



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOÃO AUGUSTO FARIAS DOS SANTOS

ELITES POLÍTICAS E SEPARATISMO NO PARÁ
UMA ANÁLISE POLÍTICA DAS FRENTE PRO-CARAJÁS E TAPAJÓS
PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

BELÉM – PARÁ
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOÃO AUGUSTO FARIAS DOS SANTOS

ELITES POLÍTICAS E SEPARATISMO NO PARÁ
UMA ANÁLISE POLÍTICA DAS FRENTE PRO-CARAJÁS E TAPAJÓS
PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do Grau de Mestre, sob orientação da Profª. Drª. Maria Dolores Silva.

BELÉM – PARÁ
2013

JOÃO AUGUSTO FARIAS DOS SANTOS

ELITES POLÍTICAS E SEPARATISMO NO PARÁ
UMA ANÁLISE POLÍTICA DAS FRENTES PRÓ-CARAJÁS E TAPAJÓS
PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do Grau de Mestre, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Dolores Silva.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora 09 / 12/ 2013, às 15:00 h no IFCH/UFPA.

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Dolores Silva (Orientadora)
PPGCP/ IFCH/ UFPA

Prof^o. Dr. Milton Farias Filho (Examinador Interno)
PPGCP/ IFCH/ UFPA

Prof. Dr. Manoel Alves da Silva (examinador externo)
FACI

Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa (examinador suplente)
PPGCP / IFCH/ UFPA

BELÉM – PARÁ
2013

Para minha mãe, que incansavelmente, criou e educou nove filhos, que apesar de não ter acesso e oportunidade do saber nunca deixou de incentivá-lo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela condução de minha vida e meus caminhos e pela linda lição que nos dar todos os dias, que é viver; e aos meus orientadores espirituais.

Aos meus pais, Osmarina Farias dos Santos e Sandoval Gabriel dos Santos, incansáveis em nos incentivar na busca do saber, pela oportunidade que me propiciaram nesta caminhada do conhecimento.

Aos familiares pela compreensão e paciência em não me ter em vários momentos por conta deste objetivo, em especial a minha irmã, amiga e mestra Socorro Santos por me incentivar, dividir suas experiências, me tranquilizar, escutar e às vezes até brigar para a realização deste mestrado.

Aos amigos Allan, Junior, Kenedy, Gleydson, Roger, Suzi, Rachel que no decorrer deste percurso dividiram os momentos de crises e felicidades que este conhecimento me trouxe, e estão na torcida por esta conclusão.

A meu poodle, Julie, pela certeza de um amor companheiro, que esteve comigo em todos os momentos da escrita, descoberta, e crises desta dissertação.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Dolores Silva, pela notória gentileza e atenção, além dos valiosos acréscimos didáticos e técnicos na elaboração deste tão sonhado trabalho acadêmico.

A todos os amigos do mestrado, pelas experiências trocadas. Marla, Américo, Bruna, Nascimento, em especial a Silvia que esteve ao meu lado dividindo os momentos felizes e de muita tensão, pelas conversas para extravasar e equilibrar a vida pessoal e profissional que em muitas vezes tiveram picos; ao amigo Dornélio da Silva, em especial também, pela disponibilidade em me atender sempre “findava os prazos” e pela paciência.

Aos queridos professores do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, em particular, ao Professor Dr. Celso Antônio Coelho Vaz, ex-Coordenador do PPGCP, pela sua condução do curso, em especial ao Professor Dr. Carlos Augusto Souza, atual Coordenador do PPGCP/UFPA, que me colocou “o pé no chão”, na condução deste projeto, em especial também a meu primo e Professor Dr. Milton Farias, pela disponibilidade imediata para discutir sobre elites, pelos livros emprestados, e sua amizade.

“No estudo da política vale mais procurar a verdade efetiva da coisa do que uma imaginação sobre ela”

Nicolau Maquiavel

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar o perfil do grupo político que esteve à frente do movimento de divisão do estado do Pará a partir da ótica da teoria das elites. Utilizei o método posicional para mapear a representação em forma de votos nas eleições parlamentares em nível Federal e Estadual de 1988, 2002, 2006 e 2010 e identificar as principais lideranças das regiões de Carajás e Tapajós. O resultado da pesquisa demonstrou que há líderes que concentram seus votos nas regiões do Tapajós e Carajás e que assumem os principais postos da estrutura política institucional dessas regiões. Identificados com problemas oriundos do processo de ocupação e desenvolvimento regional do Estado esses atores retomaram o espaço de discussão separatista. Observou-se que essas lideranças emergiram no cenário de abertura política ocorrida a partir de 1988, que possibilitou a renovação de partidos, famílias influentes e formação de lideranças que promovem o “interesse” pela criação de novos estados.

Palavras-chave: Separatismo; Elites Políticas; Perfil e Posição Político Eleitoral.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the profile of the political group that headed the movement for division of the state of Pará from the perspective of the theory of elites. I used to map the positional representation in the form of votes in parliamentary elections in the State and Federal level in 1988, 2002, 2006 and 2010 and identify key leaders from regions of Carajás and Tapajós method. The survey results showed that there are leaders who concentrate their votes in the Tapajós and Carajás region and assume that the main posts of the institutional political structure of these regions. Identified with problems arising from the occupation of state and regional development process these actors resumed their separatist space of discussion. It was observed that these leaders emerged in the political liberalization scenario occurred since 1988, which enabled the renewal of parties, influential families, and training leaders who promote "interest" by the creation of new states.

Keywords: Separatism; Political Elites; Political and Electoral Position Profile.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Classe Política em Mosca	25
Figura 2 – A Circulação de Elites em Pareto	31
Figura 3 – A Lei de Ferro em Michels	34
Figura 4 – Representação Gráfica Metodológica	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Votação SIM e NÃO nas regiões do Carajás, Tapajós e Parazinho (%)	59
Gráfico 2 - Concentração em Votos dos Deputados Federais nas Três Regiões do Pará Dividido (%)	31
Gráfico 3 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região de CARAJÁS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)	65
Gráfico 4 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 1	66
Gráfico 5 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 2	66
Gráfico 6 - Concentração em Votos dos Deputados Federais da Região de CARAJÁS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)	68
Gráfico 7 - Concentração em Votos dos Deputados Federais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)	69
Gráfico 8 - Concentração em Votos dos Deputados Federais “em Cima do Muro” nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 1	70
Gráfico 9 - Concentração em Votos dos Deputados Federais “em Cima do Muro” nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 2	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Pontos Abordados por Mosca	25
Quadro 2 - Principais Pontos Abordados por Pareto	31
Quadro 3 - Os Principais Pontos da Teoria de Michels	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Votos do Plebiscito para a criação do Estado do Carajás e Tapajós	58
Tabela 2 – Elite Política do Tapajós, Votação por Pleito Eleitoral e Partido	72
Tabela 3 – Elite Política do Carajás, Votação por Pleito Eleitoral e Partido	74
Tabela 4 – Elite Política do Parazinho, Votação por Pleito Eleitoral e Partido	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia
CN	Congresso Nacional
CDP	Coligação Democrática Paraense
FUP	Frente Única dos Partidos
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PCB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Renovador
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. Teoria das Elites: Teoria Clássica e Moderna e sua Influência nas pesquisas no Brasil	21
1.1. ESTUDOS DAS ELITES EM SOCIEDADES MODERNAS: MÉTODOS E ARGUMENTOS.....	36
1.2. ESTUDO DAS ELITES POLÍTICAS NO BRASIL: INFLUÊNCIAS E MÉTODOS.	40
2. Contexto Separatista: Ideias e Argumentos do Separatismo na região paraense	45
2.1. PRINCIPAIS ARGUMENTOS SOBRE O SEPARATISMO NO PARÁ: ARGUMENTOS UTILIZADOS PELAS FRENTES NAS CAMPANHAS “A FAVOR” E “CONTRA” A DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ	49
3. Sistema Político Paraense: Elites Separatistas e o Resultado do Plebiscito	55
3.1. RESULTADOS DO PLEBISCITO	59
3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	60
3.3. RESULTADOS DA PESQUISA.....	63
3.3.1. Análise Geral Regionalizada nas Três Regiões do Pará Dividido: Resultado do Ranking das Maiores Representações por Região.....	63
3.3.2. Resultado da Análise dos Deputados Estaduais da Região de CARAJÁS: Ranking das Maiores Representações.	65
3.3.3. Resultado da Análise dos Deputados Estaduais da Região de TAPAJÓS: Ranking das Maiores Representações.	66
3.3.4. Resultado da Análise dos Deputados Federais da Região de CARAJÁS: Ranking das Maiores Representações.	68
3.3.5. Resultado da Análise dos Deputados Federais da Região do TAPAJÓS: Ranking das Maiores Representações.	69
3.3.4. Análises de Outros Deputados Federais: Ranking dos “em Cima do Muro” ..	70
3.4. PERFIL E CIRCULAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS DO PARÁ	72
3.4.1. Elites Políticas de Tapajós	72
3.5.2. Elites Políticas de Carajás	75
3.5.3. Elites Políticas do Pará Remanescente ou “Parazinho”	77
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXO A – DEPUTADOS FEDERAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO, SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS (1998, 2002, 2006 E 2010).....	86

ANEXO B – DEPUTADOS FEDERAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO, SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO TAPAJÓS (1998, 2002, 2006 E 2010).....	88
ANEXO C – DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO, SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS (1998, 2002, 2006 E 2010).....	90
ANEXO D – DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO, SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS (1998, 2002, 2006 E 2010).....	92
ANEXO E – EDITAL N° 01, RELAÇÃO DOS INTERESSADOS EM COMPOR AS FRENTES PLEBISCITÁRIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O histórico brasileiro relativo à delimitação de fronteiras e busca de autonomia governativa no Brasil apresenta um legado político de coerção¹, através da figura do Estado e seus instrumentos regulatórios que se relacionam com as questões separatistas paraenses.

O uso da violência é um processo histórico e certificado através da instrumentalização do Estado com medidas de seguranças que buscavam a manutenção e proteção do poder regional. Estas políticas podem ser observadas em vários momentos como na instauração do poder de mandatários com a criação das capitanias hereditárias, e a criação das capitanias subalternas; ou através da instauração de governos gerais, e criação de províncias no período da independência do Brasil, criadas para centralizar o poder político e administrativo nessas localidades.

Este comportamento coercitivo do Estado na delimitação de fronteiras é observado ao analisarmos os principais eventos na história brasileira, como o Tratado de Tordesilhas em 1494 e a criação de governos gerais em 1774. Estes eventos buscavam garantir a proteção contra invasores e resguardar os interesses políticos da coroa contra invasões internas e externas, resultando na divisão do Brasil em duas zonas de interesses em 1534 em 15 porções de terras chamadas de capitanias hereditárias. Entende-se que ação política criava um poder central e outro regionalizado, em que “o donatário era autoridade máxima dentro da capitania e, com sua morte, a administração passava para seus descendentes” (CONTRIM, 2005, p.201).

Observa-se que as questões relacionadas à divisão territorial e delimitação de limites no Brasil estavam ligadas geralmente a proteção contra invasores, ocupação territorial, exploração comercial e afixação política e administrativa no Brasil. As propostas subsequentes de 1913 a 1989 basearam-se em aspectos físicos, naturais, clima, vegetação e relevo. Nestes embates o processo político e ocupacional provocaram tensões e calorosos debates favoráveis e contrários às propostas de desmembramento e anexação de estados.

A regionalização atual do Brasil foi concebida em 1970, com a divisão em cinco regiões: Norte, Nordeste, Sul, Centro Oeste e Sudeste. Porém esta estrutura sofreu modificações do gênero com o advento da constituição de 1988, motivadas por questões econômicas e ou modo de vida da população, que resultou na divisão do estado de Goiás,

¹ Para Weber (2013), a figura do Estado está ligada ao uso da violência física, pois, entende que tradicionalmente os agrupamentos políticos utilizam a força, a coerção, como instrumento de poder. Neste sentido, entendemos

criação de Tocantins, elevando também Rondônia, Amapá e Roraima à categoria de estados e que anexou o território federal de Fernando de Noronha à Pernambuco (CERQUEIRA, 2012).

Com a mudança constitucional de 1988 que delimita novos parâmetros para a criação ou desmembramentos de estados, a discussão foi retomada com origens sócio-político-cultural. Segundo Souza, Lopes e Bentes (2009), passadas mais de duas décadas, dezenas de projetos para a criação de novos estados e territórios federais tramitaram no Congresso Nacional, fato que demonstra a permanência do tema na agenda política, considerado de difícil solução, por envolver questões culturais, econômicas, geopolíticas, ausência do poder público, conflitos de elites locais que envolvem acusações de interesses políticos pela criação de cargos e amplas divergências sobre como combater as desigualdades e trazer desenvolvimento a regiões isoladas do país.

Ao norte do país há quatro movimentos de separatismo mobilizados e organizados, a exemplo do Oeste do Pará, para a criação do estado de Tapajós, ao Sul do Pará para a criação do Estado de Carajás, além do Sudoeste, para a criação do Estado do Xingu; além da transformação da ilha do Marajó em território federal. Dessas propostas, duas foram aprovadas na Câmara dos Deputados, a proposta pela criação do Estado de Carajás e a proposta pela criação do Estado de Tapajós, que esteve submetido à consulta popular, resultando no plebiscito realizado em 11 de outubro de 2011².

As respostas nas urnas da população inviabilizaram a continuidade do tramite pela divisão do Pará. Mas a problemática do separatismo na perspectiva das elites, ainda é um assunto relevante para a ciência política e a sociedade.

Desta forma, o presente estudo visa abordar a questão separatista a partir da análise dos parlamentares que estiveram à frente deste processo com o intuito de traçar um perfil e posição desses parlamentares, através da verificação do potencial político eleitoral dessas frentes que liderou a busca pela emancipação desses estados e saber se estes parlamentares se constituem como uma “elite” política nessas áreas.

Sobre “a ação política”, Weber (2013) considera que a mesma está ligada a interesses de divisão, conservação e transferência de poder, e que sua ação é um conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do mesmo, seja entre estados, ou no interior destes. Desta forma, o trabalho em tela busca compreender através dos

² A consulta através do plebiscito, prevista na CF, foi realizada nas três regiões envolvidas, porém a maioria dos eleitores disseram “não” a divisão do estado do Pará, fato que encerra o tramite pela divisão. O resultado do plebiscito indicou que 66,59% responderam negativamente as seguintes perguntas: - Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Carajás? – Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do Tapajós?

resultados das eleições parlamentares das eleições de 1988, 2002, 2006 e 2010 a análise do perfil e posição política dos grupos que estiveram à frente da campanha pelo SIM no plebiscito de 2011 pela criação dos estados de Carajás e Tapajós.

O questionamento da pesquisa é: *Quem é este grupo a favor da criação da divisão do Estado do Pará que constituiu na formação da Frente Pró-Carajás e Pró-Tapajós e o que mobiliza sua ação política?* Esta compreensão do movimento separatista sobre a ótica das elites torna-se importante na condicionante de sua ação política como classe de mobilização, para demarcar e identificar grupos políticos.

Neste sentido nosso objetivo é analisar o grupo político que esteve a frete da campanha pelo “SIM” no plebiscito de 2011, seu perfil e posição (potencial político-eleitoral), a fim de compreender a relevância política e econômica dos mesmos no Estado, assim como suas motivações para mobilização do movimento separatista no Pará.

A hipótese que norteará o trabalho é que a proposta separatista do Estado do Pará é fruto da circulação e mudança no perfil dessas elites políticas, que ascenderam no comando das principais estruturas de poder dessas regiões do Oeste e Sudeste do Pará, configuradas a partir das políticas públicas de modernização para a Amazônia e implementadas desde a década de 1970. Além disso, este movimento sustenta-se em motivações políticas e econômicas de novas elites, que ascenderam ao poder nessas regiões a partir dos movimentos migratórios e ocupacionais da Amazônia.

A metodologia busca a compreensão da dinâmica deste processo sobre a ótica das elites. Neste sentido, o grupo pesquisado foram os parlamentares Federais e Estaduais Eleitos das regiões envolvidas Carajás, Tapajós e do Pará remanescente chamado aqui de “Parazinho”, nome dado pra identificar a região que restaria do Pará. Partindo do critério de identificação de “elites políticas” através do método posicional que segundo Putnam (1976, *apud* Farias Filho, 2011), é a análise que supõe que as instituições formais e de governo oferecem uma cartografia útil das relações de poder, uma espécie de “rede política”. Neste sentido, buscou-se uma fonte segura para o estudo, no caso o TSE- Tribunal Superior eleitoral, que disponibiliza em seu site a obtenção de informações para verificar o posicionamento político eleitoral dos parlamentares eleitos nas eleições de 1988, 2002, 2006, e 2010, inclusive este site disponibiliza a votação e representação dos não eleitos, que nos chamou atenção por em alguns casos obterem uma votação expressiva, e mesmo assim, não conseguirem ser eleitos. Porém estes dados foram descartados, nesta análise, por não ser o nosso objetivo neste estudo.

A pesquisa partiu primeiramente da identificação e compreensão desses dados no qual foi gerada uma lista dos mais votados, nesta análise, foi possível identificar a posição dos representantes eleitos, a partir do critério mais votado, emergindo desta lista nomes de representações regionalizadas (Anexo A,B,C e D). Desta forma, num segundo momento, foram gerados gráficos para identificar e selecionar os parlamentares a nível Federal e Estadual que se destacam no cenário, com votação expressiva nas regiões supracitadas nessas eleições e estabelecer um ranking desses parlamentares (Anexo E) e a partir desses gráficos analisaremos o perfil e posição dessas representações.

Outra variável importante analisada é o perfil desses grupos frente estas regiões. Foi possível, após a delimitação dessas representações, realizar um repertório ideológico, a partir de dados disponibilizados no site da Câmara dos Deputados, para responder questões como: Onde foi eleito? Qual partido representa? Possibilitando uma representação regionalizada, demonstrando principalmente quem são essas principais lideranças e quais estruturas de poder estão relacionadas (Ver: Resultados da Pesquisa).

Com vistas a responder esta variedade de questionamentos levantados, informamos que a dissertação desdobra-se em três capítulos, sendo o primeiro voltado à abordagem clássica e moderna do estudo sobre elites, além de especificamente direcionar os principais trabalhos realizados a nível nacional para por fim realizar procedimentos metodológicos.

Neste sentido, o capítulo inicia com a abordagem dos clássicos em Mosca, Pareto e Michells por considerar a importância desses trabalhos para a ciência social e a sociedade, de forma a apresentar o contexto político, social e intelectual do final do século XIX e início do século XX. Neste capítulo é possível identificar as principais transformações que levaram ao estudo das minorias dominantes, demonstrando suas metodologias e avanços.

A influência dessas metodologias influenciaram trabalhos empíricos com o intuito de analisar de forma crítica os fenômenos políticos, seja através do método histórico de Mosca que possibilitou distinguir grupos e dizer que em toda sociedade há uma clara distinção entre a minoria que governa e a maioria governada, seja na teoria da “ação social” de Pareto, que buscou entender o equilíbrio social ou “ação social” nas sociedades democráticas e estabelecer uma conexão entre fins e os meios, ou ainda como vez Michells com sua “lei de ferro”, quando determina que a formação de oligarquias é inevitável mesmo em organizações que possuem um discurso democrático mais radical.

Outra perspectiva deste capítulo é demonstrar os principais avanços metodológicos na teoria das elites em sociedades modernas. Neste sentido, buscou-se apresentar os trabalhos e métodos para identificação de pessoas e grupos. O texto demonstra o avanço da conceituação

na definição de elites, sendo importante demonstrar a ação política dessas lideranças em sociedades modernas e complexas, como fez Mills ao analisar a sociedade americana, e identificar que há uma elite poderosa no comando das principais hierarquias da sociedade e que estas são responsáveis pelas principais decisões por participarem do que ele chama de “altas rodas”. Assim como Mills, Keller, Harold Lasswell e Daniel Lerner constatarem a existência de minorias influentes e que estes são inevitáveis na vida social organizada.

Por fim, neste capítulo, demonstra-se uma agenda das principais metodologias brasileira no estudo das elites políticas, e demonstra que são diversificadas, porém escassas e ainda concentram-se principalmente ao Sul do país.

No segundo capítulo fez-se uma contextualização sobre o separatista, apresentando as principais ideias sobre este tema no Brasil e na região Amazônica, demonstrando a construção do pensamento em torno do ensejo de separação. Neste sentido, é possível entender por que ocorre o enfraquecimento do sentimento nacional e ou regional, que se encontra enraizado nos processos de ocupação e desenvolvimento nacional.

Ainda neste capítulo, são apresentados os principais argumentos em torno da discussão do separatismo no Pará no ano de 2011, buscou-se identificar os principais estudos que antecederam e embasaram o contexto intelectual e social da sociedade paraense nesta discussão.

Por fim o terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa e do plebiscito, de forma a demonstrar através de gráficos e análises como se constituem as principais lideranças dessas regiões, sendo o intuito primeiro identificar somente os grupos das regiões a serem emancipadas (Carajás e tapajós) e sua circulação no interior dessas áreas. Porém no decorrer da pesquisa observou-se que o Pará remanescente, que aqui chamamos de “Parazinho”, apresentou resultados próximos aos encontrados nas regiões supracitadas, como a concentração de votos e a formação de lideranças políticas que foram gestadas pelo formato da política paraense e brasileira, personalista, que não favorece ideias e ou partidos, mais sim a figura do candidato, e que este formato está relacionado aos recursos controlados por estas elites, nesta esteira a partir de 1988 foi possível uma pequena abertura política para a formação de novas lideranças políticas.

O presente trabalho dissertativo procura contribuir de forma a demarcar e identificar grupos políticos no Estado do Pará, especificamente os separatistas. Porém o material coletado não foi totalmente dissecado, devido à necessidade de cortes, possibilitando outras análises, como por exemplo, candidatos ao parlamento que possuem votação expressiva nestas regiões, mas que não conseguiram ser eleito e se apresentam com uma votação muitas

vezes superior aos parlamentares eleitos dessas regiões, outro exemplo, é o processo de decisão a partir do ranking gerado dessas representações regionais, entre outras, possibilidades.

1. TEORIA DAS ELITES: TEORIA CLÁSSICA E MODERNA E SUA INFLUÊNCIA NAS PESQUISAS NO BRASIL

O estudo das elites teve início ao final do século XIX e início do século XX com a publicação da obra de Mosca (1939), *Elementi di Scienza Politica*. Mosca (*Idem*), nesta obra determinou a importância das elites para a ciência política, por considerar que as minorias politicamente ativas deveriam ser para os cientistas políticos o objeto de análise mais importante, dado o caráter oligárquico de todos os governantes. Desta forma, a ciência política deveria estar atenta aos mecanismos sociais e políticos responsáveis pela formação, recrutamento, socialização e conduta dessas elites (CODATO; PERISSINOTTO, 2008).

Este estudo configurou um novo modelo de pesquisa para as Ciências Sociais num momento de transformação social e extensão da democracia, estimulada pelo advento do movimento operário e sindical que ganhava espaço na arena política, fortalecidos pela expansão da atividade industrial e pelo surgimento de partidos revolucionários. Além deste contexto, novas doutrinas como o marxismo e a busca por igualdades de direitos políticos embasavam o interesse pelo estudo das minorias dominantes. Neste sentido, as massas almejavam por alijar do poder de mando político os representantes das classes abastadas denominada por Mosca (*Idem*) de “as minorias organizadas”. Essa ascensão e participação política das massas representavam uma íntima relação entre o movimento operário e a extensão dos direitos políticos (CODATO; PERISSINOTTO, *Idem*).

Esta atmosfera de transformações no contexto histórico e intelectual impulsionou uma série de trabalhos empíricos ao longo do século XX sobre as minorias dominantes nas sociedades democráticas, em especial, depois das traduções para o inglês das obras de Mosca, *Elementi di Scienza Politica* em 1896, e Pareto, *Mind and Society* editado em 1935, e *Sociologia dos Partidos Políticos* em 1911 do alemão Michels (CODATO; PERISSINOTTO, *Idem*).

Estas obras traziam análises críticas sobre os fenômenos políticos. Mosca, por exemplo, através de sua análise observou que em todas as sociedades, seja a mais simples ou a mais complexa, que há uma distinção entre a minoria que governa e a maioria de governados. Sendo considerado um dos fundadores da Teoria das Elites, buscou analisar o fenômeno das elites metodologicamente, por um “sistema de observações”, com vistas a chegar a “verdades indiscutíveis” e constatou que só era possível analisar os fenômenos políticos através do método histórico, pois este método ofereceria informações de vários

grupos e organismos políticos em diferentes períodos e civilizações, sendo possível produzir um estudo científico da vida política nas sociedades (PERISSINOTTO, 2009).

Após estas descobertas, as décadas seguintes de 1960 e 1970 mostraram um baixo interesse por parte dos cientistas políticos e sociais por estudos das elites políticas, devido ao novo cenário capitalista e suas relações com as economias de mercado. A Ciência política e a Sociologia Política redescobriram as instituições Políticas. Neste sentido, os estudos passaram a focalizar as instituições públicas, bem como regimes, partidos, eleições, principalmente nos países centrais da América do Norte e Europa. Enquanto isso na América Latina especificamente no Brasil o que se observa é “o declínio no interesse pelo assunto, porém, foi bem mais radical no Brasil, onde, a partir de meados da década de 1980, os estudos sobre as *elites políticas*, que nunca foram abundantes, praticamente desapareceram” (CODATO; PERISSINOTTO, 2008, p.7)

A teoria das elites ou elite tem gerado debates acerca do conceito, tanto na teoria social como política, além da construção de metodologias com a finalidade de identificar pessoas ou grupos considerados como elites. O termo elite frequentemente é vulgarizado pela sociedade para representar pessoas com poder e *status* sociais diferentes. Para Farias Filho (2013), o termo no singular sugere uma pessoa que faz parte de determinado grupo, “pessoa da elite”, no sentido de pertencer, refere-se também a locais ocupados e ou frequentados, por pessoas que destacam-se por reputação social ligado a atributos sociais, econômicos, políticos, administrativos e ou culturais. A definição clássica sugeriu uma formação de elites ligadas a relações de poder estabelecidas nas sociedades europeias dos séculos XIX e XX, num momento de ascensão da democracia, ou seja, a participação das massas na definição e delineamento da vida pública (PERISSINOTTO, 2009, p. 14).

Neste sentido, o movimento político e social dos séculos XIX e XX, gerava nos setores dominantes uma crescente sensação de pessimismo quanto ao futuro, esta fase do racionalismo iluminista estava dando lugar a uma era de irracionalismo, desta forma as elites conscientes, cultas e racionais estavam ameaçadas pelo avanço de um novo pensamento, cujo comportamento era marcado pela submissão da razão crítica às emoções e aos impulsos (PERISSINOTTO, *Idem*).

Este cenário e pensamento eram embasados por representantes desta corrente psicológica, Le Bon que escreveu o livro *Psicologia das Multidões*, publicado em 1895. Desta forma se há algo que unifica os teóricos das elites clássicas e os pensamentos de Le Bon, é o pensamento extremamente negativo das massas, para eles as massas são incompetentes para a atividade política, e por isso a consideram passivas. Mas se organizadas são consideradas

perigosas, e tendem ao discurso irracional e autoritário. E a democracia potencializaria esses riscos. (PERISSINOTTO, *Idem*)

A teoria das elites nasceu, portanto, do grande temor das classes dirigentes dos países onde os conflitos sociais eram mais latentes ao avanço da democracia do socialismo e do marxismo, além da ampliação da participação popular na vida pública, parecendo obvio que para tentar combater este movimento seria necessário à criação de uma teoria das minorias dirigentes. Porém, vale ressaltar e distinguir, o avanço científico e metodológico da teoria das elites, das preposições políticas e ideológicas, para fazer uma análise justa de seus conceitos. Assim sendo é necessário analisar metodologicamente esses teóricos a fim de fazer da análise política uma análise científica. (PERISSINOTTO, *Idem*).

Mosca (1939) em suas análises divide a sociedade em duas classes a que dirige e a que é dirigida, sendo esta verificação importantíssima para o início dos estudos metodológico das elites nos séculos XIX e XX. O autor buscou analisar os organismos políticos em diferentes momentos históricos e resume que na prática o poder está nas mãos da classe dirigente, afirmando que “sabemos que em nosso país, qualquer que seja ele, a direção do interesse público está nas mãos de uma minoria de pessoas influentes, direção essa à qual, voluntaria ou involuntariamente, a maioria se submete”(MOSCA, *Idem*, p.51). Essa constatação nos instiga a entender nosso objeto de estudo, as frentes separatistas, sobre a ótica das elites, suas motivações e interesses, que em 2011 buscou a divisão do estado do Pará. Desta forma Mosca prossegue afirmando que:

Em todas as sociedades – desde as pacatamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de maneira ora mais ou menos arbitrária e violenta, e supre aquela, pelo menos aparentemente, com meios materiais de subsistência e com o instrumental necessário à vitalidade do organismo político.(*Idem*, p.51).

A definição de Mosca sobre classe política versus classe dominada está embasada na forma de organização. O autor argumenta que as minorias organizadas são irresistíveis frente aos indivíduos da maioria. Nesta lógica, a ação política da minoria organizada é coordenada como se não pudessem existir diferenças e ou divergências de ideias e ou interesses (MOSCA, *Idem*). É interessante, perceber a forma que ele apresenta fatos dessa classe política: a) ao fato que todo o organismo político, existe um indivíduo que é chefe e que se situa, à testa do Estado. Porém, afirma que este poder é compartilhado, seja ao lado do rei um imperador

hereditário, um primeiro ministro, ou mordomo do paço que na realidade exerce um poder maior que o do soberano, ou seja, pode haver ao invés de uma pessoa, duas ou mais pessoas que detém o poder; b) outro fato está nas pressões das massas, onde suas paixões estão presentes em qualquer tipo de organização e exercem certa influencia na classe dirigente. Afirma que o homem que está à testa do governo, não poderia governar sem o apoio da numerosa classe dirigida, pois esta se encarrega de impor respeito às suas ordens, assim como fazer com que sejam executadas, desta forma, não poderia ir contra a classe, como um todo ou dispensa-la inteiramente (MOSCA, *Idem*).

Estes fatos são importantes para nossa análise, pois nos direciona na delimitação e entendimento da formação dessas frentes separatistas. Mosca argumenta também sobre a influência das massas “Mesmo que fosse possível, seria imediatamente obrigado a criar outra classe, sem o apoio da qual sua ação seria completamente paralisada”, (Mosca, 1939, p.52), ou seja, a determinação do tipo político, forma e condução da ação política são condicionantes de superioridade e legitimidade no conceito de classe dirigente.

Então, “A base política em Mosca é moral e legal ao mesmo tempo, moral porque há uma validade interna de confiança, respeito e admiração por parte dos comandados” e [...] “Legal porque as estruturas do Estado garantem esse poder de mando”. (FARIAS FILHO, 2013, p.4).

Mosca (1939), afirma que é fato que minorias dominam maiorias, porém este fato é um choque na realidade, é difícil para a sociedade aceitar o fato que constante e naturalmente, minorias dirijam maiorias, e não ao contrario, além de compreender os impulsos de uma minoria organizada: “o domínio de uma minoria organizada, obedecendo ao mesmo impulso, sobre a minoria desorganizada, é inevitável na realidade”, (MOSCA, *Idem*, p.54), afirma ainda que “cem homens agindo uniformemente e em conjunto, com uma mesma compreensão das coisas, triunfarão sobre mil homens que não estão de acordo e que, portanto podem ser encarados individualmente” (MOSCA, *Idem*, p.54) e prossegue:

No entanto, além da grande vantagem decorrente do fato de serem organizadas, as minorias dirigentes são usualmente constituídas de tal maneira que os indivíduos que a constituem são distinguidos da massa dos governados por qualidades que conferem certa superioridade material, intelectual e mesmo moral; ou então são herdeiros de indivíduos que possuíram tais qualidades. (Mosca, *Idem*, p. 54).

A despeito da metodológica de Mosca, observa-se, que há uma busca por procedimentos rigorosos de observação e verificação para o entendimento dos estudos sociais e da política, que segundo Hollanda, “a constituição de um método científico rigoroso,

inacessível às mentes comuns, deveria libertar o estudo da política e da sociedade do juízo vulgar e desqualificado” (2011, p.14).

Para Mosca (1939), o método mais adequado de observação dos fenômenos sociais e políticos é o método histórico. Em seus trabalhos observa que se a ciência nasce da observação de fatos a ciência política deve basear-se nos fatos históricos, pois segundo este método é preciso aplicá-lo em variados grupos e organismos políticos e em diferentes períodos históricos e tipos de civilizações. De acordo com Mosca (*Idem*), o método histórico é comparativo, que por meio da indução pode produzir generalizações científicas embasada em uma série de casos particulares.

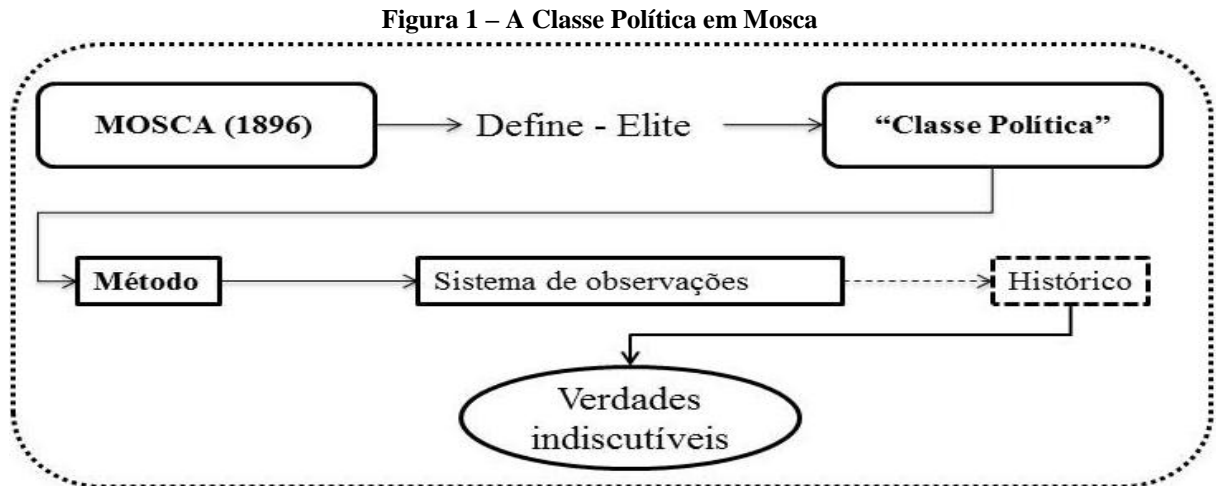
Mosca (*Idem*) sugere uma tipologia para identificar os tipos de classes políticas, qualificando como as que utilizam os recursos socialmente valorizados para justificar o processo de dominação sobre a maioria desorganizada. Neste sentido, diz que as minorias organizadas baseiam-se em três critérios básicos: 1) riqueza, 2) lugar social de nascimento, 3) e mérito. Argumenta que a riqueza migrou de critério de direito para prevalência de fato, ou seja, devido ao movimento de democratização e liberalismo, a riqueza deixou de ser um critério formal da participação da vida pública para tornar-se um dos requisitos de diferenciação das classes dirigentes em relação ao poder (MOSCA, *Idem*).

Há desta forma uma diferenciação e distinção de chances de incorporação nas elites, entre os “bem nascidos”, e “malnascidos”. Já que estes primeiros situam os homens ao conhecimento, valores e posturas que aproxima ou não dos modos de vida da classe dominante, e que somente, o terceiro critério, o mérito, em sociedades avançadas poderia superar os efeitos sociais das marcas de origem. Os critérios de diferenciação, ou justificativas, de lugares privilegiados são indiferentes à formação e sustentação das elites, estes marcadores operam de forma tácita e escalonada e escapam ao discurso político, (HOLLANDA, 2011).

Portanto, a mudança da classe dirigente se dar quando há uma mudança no equilíbrio das forças políticas, ou seja, isto acontece quando velhas capacidades perdem importância no cenário político, ou quando ocorrem mudanças na sua distribuição, à classe dirigente muda também. Sobre isso Mosca afirma:

Se uma nova fonte de riqueza se desenvolve numa sociedade, se a importância prática do saber aumenta, se uma antiga religião declina ou se nasce uma nova, se uma nova corrente de ideias se propaga, então, simultaneamente, ocorrem deslocamentos de longo alcance na classe dirigente (*Idem*, p.66).

Para melhor visualização e compreensão das principais contribuições da teoria de Mosca, elaboramos na Figura 1. Destacamos também os principais pontos abordados pelo autor no Quadro 1.



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 - Principais Pontos Abordados por Mosca

Objeto de estudo:	A Classe Política;
Sociedade:	Duas classes (governantes e governados);
Influência na classe política:	Pode haver uma pessoa influente, duas, ou mais pessoas, dependendo do tipo de governo;
CrITÉRIOS bÁsICOS de organizaÇão das minorias:	Riqueza, lugar social de nascimento e mÉrito;
Base polÍtica :	É moral, validada internamente pela confiança, respeito dos comandados; É tambÉm legal, por estÁ na estrutura do poder o que garante o poder.

Fonte: Elaboração própria.

Pareto (1935) por sua vez aprofunda as pesquisas sobre elites, na medida em que ao considerar que em toda sociedade existe um grupo de pessoas que governa, inova ao afirmar que este grupo não é uniforme e estÁvel, pelo contrÁrio, é dinâmico. Devido ao processo de renovaÇão frequente e ao declÍnio natural dos que dominam, pois as pessoas e seus status se degeneram, e morrem. Desta forma, hÁ um ciclo de renovaÇão ou que ele chama de “circulaÇão das elites”.

Suas preposiÇões estão pautadas nas condiÇões que determinam o equilÍbrio social, para tanto, considera que a sociedade humana não é homogenia e que os indivÍduos são fÍsica, moral e intelectualmente diferentes, alÉm do fato que as classes sócias não são inteiramente distintas. Argumenta que mesmo em sociedades de castas e em civilizaÇões modernas a circulaÇão entre as vÁrias classes é excessivamente rÁpida (PARETO, *Idem*).

Para validar sua teoria sobre a circulação das elites e os modos de circulação, utiliza como variável, os traços humanos: “não consideramos no momento o caráter bom ou mal, útil ou prejudicial, louvável ou repreensível dos vários traços dos indivíduos e nos limites a graus – em outras palavras, se o traço em um dado caso é fraco, médio ou intenso”, (PARETO, *Idem*, p.71). O que se pretende na verdade é criar um índice de representação, qual seja um sinal de sua capacidade, de maneira a atribuir notas, igual aos exames escolares, assim para todos os ramos da sociedade humana, trata-se de estado de fato e não de um estado potencial. Conforme o exemplo utilizado por Pareto (*Idem*, p.72)“Eu poderia saber inglês muito bem se quisesse só não sei por que não achei necessário aprender”, o examinador responde: ‘Não estou interessado no seu álibi’. A nota para o que você sabe é zero”. O que se busca são as qualidades excepcionais dos homens, o que lhe garantam alto posto para questões que possam ser levantadas para a ética de suas qualidades ou suas utilidades sociais.

Ao homem que não consegue o cliente, será dado nota 1 – reservando-se o zero para um homem que seja um completo idiota. Ao homem que fez seus milhões – honestamente ou não, conforme o caso – daremos dez – ao homem que ganhou seus milhares daremos 6. Os que apenas conseguem livra-se de ir para o asilo de indigentes terão nota 1, reservando-se o zero para os que não conseguiram. Para as mulheres “na política”, como a Aspásia de Péricles, a Maintenon de Luiz XIV, a Pompadour de Luiz XV, que lograram enfiar um homem de poder e ter uma parte na carreira do mesmo, daremos alguma nota alta, como 8 ou 9; para a prostituta que satisfaz meramente os sentidos de um homem assim e não exerce nenhuma influencia nos interesses públicos, daremos zero (PARETO, *Idem*, p. 71).

O que Pareto (*Idem*) chama de elite são as pessoas que em sua classe possuem os mais altos índices em seus ramos de atividade, sendo a ideia principal do termo “elite”, para ele é “superioridade”, ou seja, pessoas selecionadas, escolhidas, dirigentes ou simplesmente as “melhores”.

Outro aspecto interessante na metodologia de Pareto é que ele considera que em toda sociedade existem grupos que se constituem como elites, há, porém no interior delas outro grupo que as difere da elite governante a dos não-governantes: “Uma elite governante, compreendendo os indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo, e uma elite não-governante, compreendendo os demais”, (PARETO, 1935, p.73).

Entendendo, que esta separação da população leva a dois extratos sociais: “1) um extrato inferior, a não-elite, cuja a influência possível não nos interessa aqui; 2) um extrato superior, a elite, dividida em dois: a) a elite-governante; b) a elite não-governante” (PARETO, *Idem*, p.73). E esta afirmativa, nos ajuda a entender e dividir nosso objeto, os parlamentares.

Logo, é possível definir elites no plural, já que são dois grupos dentro do mesmo grupo. Nesta lógica, para ser considerado como elite não basta ocupar lugar de destaque na

sociedade, o importante é que as decisões em grupo tenham efeitos sobre os demais grupos, Farias Filho (2010). “Esta referencia é para distinguir entre os que fazem parte de uma camada social de destaque e os que realmente têm capacidade de impor decisões importantes, e que podem afetar, com efeitos de suas decisões, os seus pares da camada social” (FARIAS FILHO, 2013, p. 5).

Este dois conceitos tornam-se primordiais para identificar e separar nosso objeto de pesquisa. Na medida em que ao se busca entender a posição dos compositores das frentes separatistas, buscou-se quem seria considerado elite em nosso estudo atribuindo notas aos parlamentares. Desta forma, podemos mapear os eleitos e não-eleitos, excluindo os não-eleitos e dentro do grupo dos eleitos, selecionamos os mais votados e classifica-los.

Sobre a circulação das elites, Pareto (1935, p.73) diz:

Assim, a elite governante contém rótulos apropriados para cargos políticos de certa relevância – ministros, senadores, deputados, juizes, generais, e assim por diante – fazendo a citada exceção para aqueles que acharam o caminho para essa decantada companhia sem possuir as qualidades correspondentes aos rótulos que usam.

Pareto (*Idem*) nos informa que os rótulos são usados como meios de diferenciação nas sociedades e servem para identificar um lugar adequado nas classes. Por exemplo, o rotulo de riqueza que são hereditários e antigamente eram muito utilizados, valorizados, também na elite governante, são usados diretamente pela elite, hoje só o rótulo de rei continua nesse status-direto; Em sociedades onde a unidade social é a família, o rotulo usado pelo chefe da família beneficia também os demais; Em nossas sociedades, a unidade social é o individuo; mas o lugar que ocupa na sociedade beneficia também sua mulher, seus filhos, seus conhecimentos, seus amigos, ou seja, a riqueza, status, ajudam a conseguir rótulos da elite em geral; e acrescenta que ao se locomover de um grupo para outro um individuo traz consigo certas inclinações, sentimentos, atitudes que adquiriu, circunstancias que não podem ser ignoradas já que estes grupos se intermisturam.

Mas se a herança direta desapareceu, indiretamente a herança ainda é muito forte; e um individuo que herdou um razoável patrimônio pode ser facilmente, em certos países, nomeado senador ou conseguir ser eleito para o parlamento comprando votos ou, em certas ocasiões, enganando os eleitores com afirmações de ser o democrata dos democratas, um socialista, um anarquista. Riqueza, família ou contatos sócias também ajudam em muitas ocasiões a conseguir o rotulo da elite em geral, ou da elite governante em particular, para pessoas que de outra maneira não poderiam ter direitos sobre eles, (PARETO, *Idem*, p. 74).

Para essa mistura, se refere especificamente a dois grupos, a elite e a não-elite, é neste sentido que é utilizado o termo “circulação das elites”. E sinaliza que a velocidade da

circulação não deve ser observada de forma absoluta, mas também em relação com a oferta e procura dos elementos sociais.

Em suma, devemos prestar atenção especial: 1) no caso de um só grupo, às proporções entre o total do grupo e o número de indivíduos que são nominalmente membros, mas não possuem as qualidades requisitadas para a associação efetiva; e depois, 2) no caso de vários grupos, aos modos pelos quais ocorrem as transições de um para outro e a intensidade do movimento – ou seja, à velocidade da circulação. (PARETO, *Idem*, p. 74).

Alguns indivíduos podem chegar a essa posição de mando por meio daquilo que ele denomina “hereditariedade”, isto é, por meio da influencia política de famílias que além dos cargos políticos controlam riqueza e conexões sociais. O que resulta na formação de indivíduos que não possuem as habilidades necessárias (combinação de resíduos para o mando) e passem a ocupar um lugar importante no interior das elites políticas. Quando isso acontece à elite entra em processo de degeneração.

O estrato superior da sociedade, a elite, contém nominalmente certos grupos de pessoas, nem sempre bem definidos, que são chamados de aristocracias. Há casos em que a maioria dos indivíduos pertencentes a essa aristocracias possui de fato as qualidades necessárias para ali permanecer; mas há também casos em que um considerável número de indivíduos que formam a classe não possuem tais requisitos. Tais pessoas podem ocupar lugares mais ou menos importantes na elite governante ou podem ser barrados dela. (PARETO, *Idem*, p.77).

Neste sentido difere de cooptação política, a cooptação, implica que indivíduos estranhos sejam admitidos no seio da classe governante, desde que aceitem servi-la e comportem-se como desejam. Já a circulação das elites caracteriza-se ao contrario, sua introdução é qualitativamente distinta, trazendo suas opiniões, traços, virtudes e preconceitos. (PERISSINOTTO, 2009).

[...] as aristocracias (termos genéricos para designar os estratos políticos superiores da sociedade não duram pra sempre). Elas decaem porque diminuem não apenas em número, mas, sobretudo, em qualidade. A ascensão dos melhores indivíduos oriundos dos estratos inferiores pode ser paulatina institucionalizada, ou abrupta (revolucionária), dependendo da organização política da sociedade, mas ela deve forçosamente ocorrer para que se restaure a qualidade da elite política e, por conseguinte, o equilíbrio social. (PERISSINOTTO, *Idem*, p. 69.)

Sobre o declínio das elites, Pareto (*Idem*, p. 77) observa que “as aristocracias não perduram por muito tempo, quaisquer que sejam as causas, é um fato incontestável que depois de um certo tempo elas morrem. A historia é um cemitério de aristocracias”. Não decaem somente em números, mas em qualidade também, no sentido que perdem seu vigor e diminuem os resíduos que lhes permitiram conquistar e manter o poder. Neste sentido, a

classe dominante é revigorada não só em números, mas em qualidade, por famílias saídas das classes inferiores e que trazem consigo o vigor e a proporção de resíduos necessários para manterem-se no poder.

O fato é que se alguns desses movimentos chegam ao fim, à classe dominante caí na ruína e arrastam consigo uma nação. Neste sentido, Pareto (*Idem*, p. 78) afirma que:

uma forte causa de perturbação do equilíbrio é a acumulação de elementos superiores nas classes inferiores, e, inversamente, de elementos inferiores nas classes superiores (...) se as aristocracias humanas fossem os “puros sangues” entre os animais, que se reproduzem durante longo período com aproximadamente os mesmo traços, a história humana seria completamente diferente da historia que conhecemos.

O que ocorre é que a elite governante está sempre em lenta e continua transformação, como um rio, que sempre difere ao passar dos anos, ocorrendo de sempre em sempre um violento distúrbio. “Se há uma enchente – o rio transborda. Depois, a nova elite governante reassume sua lenta transformação. A enchente acalma-se, o rio corre normalmente, mais uma vez, em seu leito marcado” (Pareto, *Idem*, p. 78).

Para Pareto (*Idem*), as revoluções são motivações para o declínio das elites, seja pela diminuição da circulação das classes, ou declínio dos resíduos decadentes para mantê-los no poder, ou ao contrario, nos estratos inferiores surgem qualidades superiores de resíduos que os colocam no exercício das funções de governos e aptos a utilizarem a força. Fato é que nos primeiros estágios de declínio o poder é mantido por barganhas e concessões, e as pessoas se enganam em pensar que tal política pode ser levada avante indefinidamente.

Geralmente, em revoluções, os membros dos estratos inferiores são comandados por líderes dos estratos superiores, porque os últimos possuem as qualidades intelectuais necessárias para o delineamento de uma tática, enquanto sentem falta dos resíduos combativos fornecidos pelos indivíduos dos estratos inferiores. (Pareto, *Idem*, p. 78).

Em termos gerais Pareto (*Idem*), sobre sua metodologia utiliza a forma e o raciocínio, para sua base científica através do método lógico-experimental³ e busca diferir cientificamente sobre “verdade” e “utilidade”. A verdade nasce com a ciência o que ele chama de (ação-lógica- objetiva), porém afirma, que nem tudo que é verdadeiro é socialmente útil. Já a utilidade (ações ilógicas), ao contrário, os homens podem utilizar suas crenças e valores (ação - subjetiva) de acordo com o que está na cabeça das pessoas, para orientar sua conduta

³ O método de Pareto é o lógico-experimental, o qual produz preposições a partir das observações do mundo real, e por isso podem ser confrontadas com os fatos e que somente ao final da pesquisa que o cientista social saberá se sua afirmativa é ou não experimental, se corresponde ou não a experiência. (PERISSINOTTO, 2009).

social e política, podendo ser falsos, mas socialmente úteis, justificando que garantem a reprodução de interações e coesão social.

A democracia é o governo em que o povo governa diretamente. No entanto, se analisarmos atentamente os fatos, percebemos que, mesmo nas democracias mais avançadas, o povo jamais governa diretamente. Neste sentido, essa concepção é falsa, (cientificamente falsa), mas útil (socialmente útil), na medida em que induz a cidadã a acreditarem numa suposta igualdade política e, assim, a aceitarem a ordem vigente. (PERISSINOTTO, *Idem*, p. 59).

É interessante observar que o entendimento do equilíbrio social, como seu objeto central, é o viés para analisar as ações humanas em sociedade e suas interações sociais. Para tanto “do ponto de vista subjetivo, quase todas as ações humanas estabelecem uma relação lógica entre meios e fins”. Esta relação só é lógica quando se estabelece uma relação entre meios e fins. Tanto no nível subjetivo (na cabeça do agente), quanto no objetivo (no mundo real). Esta premissa se traduz em seu pensamento “todo fenômeno social pode ser considerado em dois aspectos, isto é, como é na realidade e como se apresenta ao espírito de certos homens”. (PERISSINOTTO, *Idem*, p. 54).

Como dito anteriormente há estratos nas sociedades, desta forma, há uma renovação e ou “circulação das elites” e este processo está relacionado à existência de estratos de mandos, uma superior e outro inferior. E que estes não podem manter-se incomunicáveis, além deste fato, argumenta-se que há uma desigualdade na distribuição dos resíduos⁴, ou seja, assim como nas demais atividades humanas, também no âmbito da política os resíduos são desigualmente distribuídos nas classes superiores e inferiores, sendo essa distribuição desigualmente política, (PARETO, 1935).

Observa-se, assim, que o fruto da desigualdade não está diretamente relacionado a determinantes sociais, econômicas e/ou políticas, mas na distribuição desigual dos resíduos necessários para o exercício do comando. Neste sentido “esses dois resíduos determinam, no

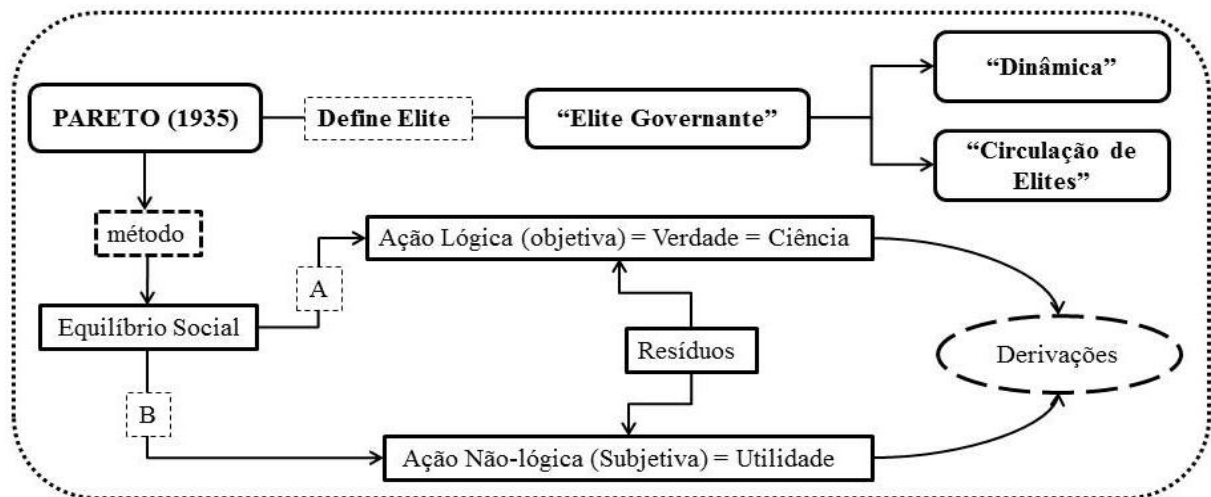
⁴ Os resíduos expressam a dimensão constante da ação, uma espécie de natureza humana quase imutável, que se constitui na raiz fundamental das condutas sociais. Portanto, os fenômenos sociais e políticos mais significativos encontram a sua verdadeira explicação não naquilo que os homens dizem de si mesmos, mas em sentimentos profundos, instintos quase imutáveis, ou seja, aquilo que Pareto chamou de resíduos. Classificação dos resíduos segundo Pareto: - Classe I: O resíduo do espírito das combinações. Este instinto é a tendência dos homens para relacionar ideias e coisas, para estabelecer conexões explicativas entre sensações e atos. É este instinto o responsável pela produção de teorias e doutrinas e que leva o homem a inovar e, no limite, a produzir a ciência. Por causa deles, os homens não conseguem agir sem formular uma justificativa aparentemente lógica para a sua conduta. (Pareto, 1935, v.2; Aron, 1987 apud Perissinotto, 2009) - Classe II: O resíduo da persistência dos agregados. Esse resíduo descreve a tendência natural dos seres humanos para defenderem a manutenção das teorias e justificativas que eles são levados a produzir pelo resíduo anterior. Esse instinto revela, assim, uma tendência para manter as combinações e recusar, pelo uso da força se preciso for, as inovações e as transformações sociais. Por essa razão, ele é bastante importante para as sociedades humanas, pois é fundamental para a manutenção do equilíbrio social. (Pareto, 1935, v.2; Aron, 1987 apud Perissinotto, 2009).

nível político, uma forte propensão para, no ato de governar, usar a persuasão (efeito dos resíduos da classe I) e ou a força (efeito dos resíduos da classe II)” (PERISSINOTTO, *Idem*, p.67).

a classe dominante ideal é aquela formada por indivíduos marcados por uma distribuição equilibrada de ambos os resíduos, isto é, uma elite política que saiba governar sem abrir mão da força nem da persuasão, ou, para ser mais correto, que saiba o momento adequado de usar uma ou outra. (PERISSINOTTO, *Idem*, p.76)

Para relembrar os principais pontos abordados por Pareto elaboramos a Imagem e o Quadro 2.

Figura 2 – A Circulação de Elites em Pareto



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Principais Pontos Abordados por Pareto

Analisa:	O equilíbrio social.
Considera que do ponto de vista subjetivo:	Todas as ações humanas estabelecem uma relação lógica, e esta relação só é lógica quando se estabelece uma relação entre meios e fins; - Tanto no nível subjetivo (na cabeça do agente), quanto no objetivo (no mundo real).
Declínio natural dos que dominam:	As pessoas e seus status se degeneram, morrem, ou seja, considera o processo é dinâmico.
Ciclos:	Renovação ou “circulação das elites”
Composição da elite:	Há no interior das elites outro grupo que as difere da elite governante, a dos (não-governantes), logo, é possível defini elite no plural, já que são dois grupos dentro do mesmo grupo
Desigualdade social:	Não está diretamente relacionado a determinantes sociais, econômicas e ou políticas, mas na distribuição desigual dos resíduos necessários para o exercício do comando.

Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente, Michels (1958) buscou seu entendimento sobre as elites a partir das oligarquias formadas dentro dos partidos políticos, no sentido de compreender como surgem

as oligarquias, mesmo nas organizações que possuem um discurso democrático mais radical. Enquanto as maiorias das escolas socialistas acreditam que seria possível a vigência de uma sociedade genuinamente democrática. Há, porém no mundo científico uma tendência conservadora que negam a existência de tal possibilidade.

essa tendência se tem particularmente acentuada na Itália, conduzida por um estudioso de peso, Gaetano Mosca, que declara que não é possível a existência de uma ordem social altamente desenvolvida que prescindia de uma “classe política”, vale dizer, uma classe politicamente dominante, a classe de uma minoria”, (MICHELS, *Idem*, p. 89).

Para Michels (*Idem*), esses seguidores dessa corrente acreditavam que o eterno conflito entre aristocracias e democracia não passavam de conflitos entre uma minoria ascendente, uma interessada na sua predominância, e a outra nova e ambiciosa minoria, interessada na conquista do poder. Desejando fundir-se com a primeira ou destronar e substituí-la, e que esses conflitos não passariam de conflitos de classes, cujas causas podem ser encontradas no antagonismo econômico, sendo assim, comparados a dois grupos de dançarinos que executam um passo de quadrilha.

A única doutrina científica que pode se opor a uma objeção efetiva sobre todas as outras teorias, que afirmem a necessidade intrínseca da existência perene de uma classe política, é a doutrina Marxista, que de acordo com essa doutrina o Estado é um mero comitê executivo da classe dirigente (MICHELS, *Idem*). Sendo que a constituição de uma nova minoria dominante se daria pelo conceito de revolução marxista que levaria a transformação social, sobre isso Michels (*Idem*, p.95) afirma:

A teoria marxista do Estado, coligada a fé na energia revolucionária da classe trabalhadora e nos efeitos da socialização dos meios de produção, conduz logicamente à ideia de uma nova ordem social que parece utópica à escola liderada por Mosca. De acordo com os marxistas o sistema capitalista de produção transforma em proletariados a grande maioria da população, cavando assim sua própria sepultura. Assim, que atingir sua maturidade, o proletariado apoderar-se-á do poder político, transformando a propriedade privada em propriedade estatal.

E sobre a Revolução, argumenta que:

Marx sustenava que o período, que se estende da destruição da sociedade capitalista ao estabelecimento da sociedade comunista, seria ligado por um período de transição revolucionária no plano econômico, a que corresponderia um período de transição política, “onde o Estado não poderia ser outra coisa do que a ditadura revolucionária do proletariado”. Em termos menos eufemísticos, haveria então uma ditadura revolucionária nas mãos daqueles líderes que tivessem sido superficialmente astutos e suficientemente poderosos para em nome do socialismo agarrar o cetro da dominação, arrebatando-o das mãos da moribunda sociedade burguesa. (MICHELS, *Idem*, p.96).

Para Michels (*Idem*), contra essa concentração teórica, sobressaia, a de uma ditadura individual que seria simplesmente um passo para a condução de uma monarquia. Desta forma, afirma que no tocante a resultados práticos é pequena a diferença entre ditadura individual e ditadura de oligarcas. “A tentativa de fazer a ditadura servir a propósitos da democracia é equivalente ao empenho de se utilizar a guerra como meio eficaz de se defender a paz, ou ao emprego de álcool na luta contra o alcoolismo”, (*Idem*, p.97). Conclui que é possível que um grupo social que tenha assegurado o controle dos instrumentos do Estado ou poder coletivo, fará todo o possível pra reter o poder pra si. Sendo possível a substituição de uma revolução social substituir as classes dominantes, por uma oligarquia de demagogos que busca seus fins acobertados sob o pretexto da igualdade.

De acordo com Michels (*Idem*), o processo de especialização de funções seria consequência inevitável às organizações mais ou menos complexas, pois a maturidade e complexidade das organizações são monopolizadas por chefes políticos e especialistas que retira das massas paulatinamente o poder de decisão, desta forma, o problema individual seria o problema, de todos os mais complexos que o socialismo vem a responder.

Um partido não é uma unidade social e nem uma unidade econômica. Baseia-se em seu programa. Em teoria, esse programa pode ser a expressão dos interesses de uma classe específica. Entretanto, na prática, qualquer pessoa pode ingressar num partido, sejam ou não sejam seus interesses coincidentes com os princípios enunciados no programa do partido. Por exemplo, o partido socialista é o representante ideológico do proletariado. Contudo, isso não basta para fazê-lo um organismo de classe. Sob o ponto de vista social, é uma mistura de classes, composto por elementos que desempenham funções diversas no processo econômico. (MICHELS, *Idem*, p. 99).

Conclui ainda que a aceitação do programa não basta para a diminuição do conflito existente entre o interesse do capital e trabalho (MICHELS, *Idem*). Haverá sempre membros pertencentes a estratos sociais superiores que aderiam à causa trabalhadora, mas que quando a ocasião exigir saberá sacrificar-se, desclassificando-se. Contudo, as maiorias dessas pessoas continuaram, não obstante, e independente das ideias do proletariado, a desenvolver interesses próprios e opostos aos interesses do proletariado, permanecendo um conflito de interesses.

A sociedade não pode existir sem uma classe, ou “política” ou “dominante”, e que esta classe dirigente embora estejam seus elementos sujeitos a frequentes renovações parciais, constitui um único fator de eficácia suficientemente durável em toda a história do desenvolvimento humano (MICHELS, *Idem*, p.102).

O autor salienta que este pensamento também considera que a humanidade está na condição de uma eterna tutela, que se acha na trágica necessidade preexistente de submissão a

uma minoria, ao qual, deva se contentar em ser o pedestal de uma oligarquia (*Idem*, 1958).
Desta forma:

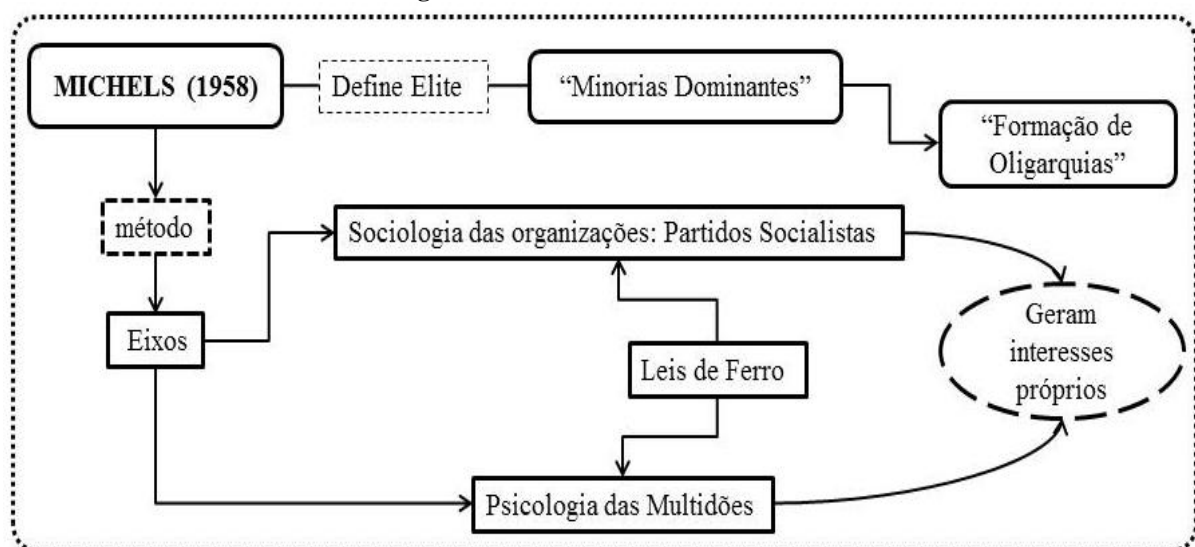
O princípio segundo o qual uma classe dominante inevitavelmente sucede a anterior e a lei, como tem sido, deduzida desse princípio, que oligarquia é, como tem sido, uma forma preordenada de vida comum de grandes agregados sociais, longe de se chocarem ou substituírem a concepção materialista da história, completam e reforçam essa concepção. Não há contradição necessária entre a doutrina de que a história seja o registro de continuadas series de lutas de classes e a doutrina de que as lutas de classes culminem invariavelmente com a criação de novas oligarquias que se fundiram às anteriores. (MICHELSON, *Idem*, P.102).

E na próxima página, o autor argumenta que:

De acordo com uma lei social de aplicação universal, todo órgão da coletividade, feito existir em decorrência da divisão do trabalho, cria para si mesmo, tão logo se ache consolidado, interesses próprios a si mesmo. A existência desses interesses específicos redundam em necessário conflito com os interesses da coletividade. E mais, existe uma tendência que leva estratos sociais no desempenho de funções específicas a se isolarem, a produzirem órgãos apropriados para a defesa de seus próprios interesses específicos. A longo prazo tenderiam a sofrer uma transformação em classes distintas. (MICHELSON, *Idem*, p. 103).

Desta forma, o Estado ou o governo não pode ser outra coisa do que a organização de uma minoria. Sendo um desejo desta minoria, impor a “ordem legal” ao resto da sociedade que é fruto das exigências de dominação e exploração das massas de escravos, que jamais poderia ser representante da maioria, encontrando-se a maioria incapaz de autogovernar-se. Apresentamos a seguir, na Imagem 3, como funciona a teoria da “lei de ferro” em Michels.

Figura 3 – A Lei de Ferro em Michels



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 - Os Principais Pontos da Teoria de Michels

“Lei de Ferro”:	É o processo de especialização de funções seria consequência inevitável às organizações mais ou menos complexas, pois a maturidade e complexidade das organizações são monopolizadas por chefes políticos e especialistas que retira das massas paulatinamente o poder de decisão, desta forma, “quem fala em organização fala em tendência à oligarquia”;
Demonstra o afastamento progressivo das lideranças:	Pois no interior dos partidos, mesmo os mais radicais, há uma profissionalização de seus membros e que este processo traz consigo o afastamento progressivo das lideranças com relação às massas governadas;
Variáveis:	Profissionalização, Ordem Técnica e Superioridade Intelectual.

Fonte: Elaboração própria.

1.1. ESTUDOS DAS ELITES EM SOCIEDADES MODERNAS: MÉTODOS E ARGUMENTOS

Com avanço dos estudos no decorrer do século XX, a teoria das elites tem ampliado a discussão através de seus conceitos, como a que colocaria em questão a sociedade americana do século XX feita por C. Wright Mills. Este questionamento ampliaria o conceito de elite no singular, ou seja, colocaria em discussão a atuação de lideranças no exercício de sua ação política em sociedades modernas e complexas, considerando “elites” as “pessoas” e ou “grupos” de detêm o poder.

Estaria à sociedade americana submetida ao domínio de uma única elite, coesa e socialmente homogênea, ou , ao contrario, seria o seu sistema político suficientemente aberto para permitir a participação política de vários grupos sociais organizados? (PERISSINOTTO, 2009, p.98).

Charles Mills esteve sempre preocupado e atento com os problemas da sociedade americana do século XX, dos “sem poder”, da “dominação da política”, “da democracia” e dos “pequenos proprietários”. Neste sentido, era preciso forjar uma sociologia a serviço dos dominados, contra os poderosos e os meios de comunicação sendo considerado um crítico da democracia americana. Sobre este fato esclarece que sua visão da sociedade moderna seria pessimista, pois segundo este autor a sociedade teria criado meios de comunicação para engessar os indivíduos, e que estes eram desprovidos de uma análise crítica da sociedade, sem autonomia, liberdade e irracionais, contrapostas ao indivíduo autônomo e livre, ou seja, sem forma. Porém esta visão sobre as massas, não o coloca em prol de uma posição antidemocrática, pelo contrário, tal análise serve para elaborar um diagnóstico crítico da sociedade americana. Mills busca mapear a elite americana, ou seja, o poder nacional, e seu

ponto de partida é o reconhecimento que a sociedade americana é controlada por uma elite poderosa em detrimento dos desprovidos de poder, este autor busca a compreensão sobre as forças e fraquezas da democracia americana (PERISSINOTTO, *Idem*).

Para Mills (1956, p. 12): “a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências”. Esta afirmativa nos aproxima do nosso objetivo, pois define “elite” como pessoas e ou grupos que ocupam uma posição diferenciada na sociedade, por considerar que para ser considerada “elite” os mesmos devem exercer função de mando (posição) e pertencer as principais estruturas da sociedade (institucional).

Outra percepção importante na obra de Mills (*Idem*) é a distinção e classificação feita na sociedade americana do século XX, para mapear quem está no poder, pois considera como a base do poder nacional, os domínios econômicos, político e militar. Neste sentido, considera as demais instituições marginais para a história moderna e ocasionalmente subordinadas àquelas três. Neste contexto, Mills (*Idem*, p. 14), considera que: “famílias, igrejas e escolas adaptam-se á vida moderna; governos, exércitos e empresas fazem essa vida moderna, e, ao fazê-la, transformam as instituições menores em meios para os seus fins”.

Desta forma, este método nos ajudar a delimitar quem pode ser considerado “elite” nas regiões de Carajás e Tapajós no contexto “separatista”. Podemos aferir que em cada sociedade, em determinado período e circunstancias, há determinantes que condicionam a vida em sociedade, porém a ação de mando e decisão está relacionada às principais instituições de cada sociedade e posições que os indivíduos ocupam que os diferem dos demais homens comuns.

A economia – antes um grande número de pequenas unidades produtoras em equilíbrio autônomo – tornou-se dominada por duas ou três centenas de empresas gigantescas, administrativa e politicamente ligadas entre si, e que juntas controlam as rédeas das decisões econômicas. (MILLS, *Idem*, P15).

Para Mills (*Idem*), as decisões são tomadas em conjunto, à medida que esses domínios aumentam, e as consequências de suas atividades se ampliam, e as decisões de um punhado de empresas influenciam os acontecimentos militares e políticos, além dos econômicos em todo o mundo. Por esta razão, as decisões ou indecisões em qualquer uma delas são ramificadas, de forma, a serem coordenadas ou a levam a uma decisão preponderante.

Neste ponto de vista, “a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio – bem como todos os modos de vida a que eles levam”, (Mills, *Idem*, p.17). Porém, a elite não é simplesmente quem detém esses

valores, o interessante, é que está relacionada à posição que ocupa nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e constituem os meios para o exercício do poder, de adquirir e conservar e desfrutar das vantagens e prestígio em sociedade.

A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui valor”. (MILLS, 1956, P.19).

Outra percepção de “elites” nas sociedades modernas é de Suzanne Keller, em sua obra “O destino das elites” publicado em 1967. Para Keller (1967, p. 13), “a existência e ou permanência de minorias influentes constituem uma das características invariáveis da vida social organizada”. Neste sentido, considera que seja qual for o tipo de sociedade, sempre haverá grupos de pessoas, que ela chama de “camada superior”, que estará em destaque nas sociedades e, que as massas independentes do que pensão a despeito desse grupo de pessoas estará submetida, sua vida, sua sorte e seu destino, a este pequeno grupo, e que estes dependem do que pensam ou fazem, pois estão em altas posições.

Esta afirmação determina que estas pessoas definam o rumo e decisões das sociedades modernas, pois produzem o futuro, por considerar que estes grupos são responsáveis pela criação de leis, livros, guerras, conquistas, triunfos, e que suas paixões orientam suas ações. Conforme afirma Keller (1967, p. 13): “como acontece em uma sociedade secreta, raramente os que estão de cima revelam o que se passa no interior de seus mundos”.

Outro aspecto importante a ser observado é o fato de considerar que este “terreno”, termo que utiliza para fazer referência ao estudo das elites, possui dificuldades de observações, como dito anteriormente é difícil entender e decodificar o que passa no interior desses grupos que ela chama de “dirigentes da vida coletiva”. Porém, compara para ilustrar que assim como os sintomas são importantes para a medicina, os depoimentos de testemunhas, a correspondência, diários, precisam ser catalogados, organizados de forma a distinguir o geral do particular, e o universal, do temporário e peculiar. Desta forma, considera elites como:

Uma minoria de indivíduos cuja missão é servir a coletividade, num sentido social. As elites são minorias ativas e responsáveis – ativas no que se concerne ao exercício das atividades em benefício e no interesse de outros pelos quais essas elites são responsáveis. As elites socialmente importantes são, em última análise, responsáveis pela realização de grandes metas sociais e pela continuidade da ordem social. A palavra continuidade tem aqui o sentido de contribuição para o desenvolvimento do

processo social e, embora não seja sinônima de sobrevivência, compreende também a possibilidade de decadência. (KELLER, *Idem*, p. 15)

Sua questão central é a busca de identificação das estratégias das elites nas sociedades industriais modernas, neste sentido, Keller (*Idem*) divide o estudo sobre elites em dois termos, moral e funcional, refere-se ao primeiro a excelência moral dos indivíduos, e a segunda as funções exercidas a uma camada social. Tenta, desta forma, conciliar as duas, pois considera que as características das sociedades industriais modernas, impossibilitam a análise do termo, vista somente por um conceito restrito, seja de classe dirigente, castas ou aristocracia. Devido nestas sociedades industriais, terem a tendência de proliferação dessas elites, pois ganham mais variedades e amplos poderes, tornando-se guardiões e criadoras de valores coletivos. Neste sentido, os homens devem conhecer as causas dessas transformações, pois este processo interverem tão somente em suas vidas e das futuras gerações.

Ao analisar algumas definições e conceitos sobre elites, Keller (*Idem*) divide os trabalhos em duas vertentes, os que orientam suas análises em uma só elite ou na elite política, os trabalhos que relacionam a coexistência de várias elites compartilhando o poder.

Ante o exposto, observa-se a importância em nosso objetivo da percepção crítica sobre alguns aspectos teóricos: Quais as elites são particularmente importantes e por que o são, em determinado estágio de desenvolvimento da sociedade? Quantas elites existem nesse período, e por quê? Quais elites que comandam em curto prazo, quais as que comandam em longo prazo e por quê? (KELLER, *Idem*, p.25)

Harold Lasswell e Daniel Lerner (1965) defendem que não se pode fazer uma definição isolada para o termo, por que na verdade o objetivo de cada pesquisa é que conduz a definição, através de índices específicos, o que pretende significar em termos concretos, pois desta forma é possível concluir se existem “elites”.

Segundo Lasswell e Lerner (*Idem*), em seu livro intitulado *As elites revolucionárias*, seu objetivo é responder como os estudos das elites servem aos objetivos democráticos? Neste sentido, sua observação nos leva ao conhecimento das funções das elites, numa sociedade democrática.

Para Lasswell e Lerner as conclusões de Mosca, Pareto e Michels; de que a influencia é fator determinante para delimitação de elites; são insuficientes e argumenta que: “se a influencia é partilhada igualmente, todo participante da situação pertence à elite. Se a divisão é desigual, os mais influentes são chamados de elites; os outros são elite intermediária ou massas” (LASSWELL; LERNER, *Idem*, p.15).

Desta forma:

a preocupação deles não é com qualquer elite, mas com um grupo que forma as elites num determinado contexto, mas não qualquer elite, apenas a elite do poder; as que não se abstém de desempenhar um papel mais ativo nas decisões. [...] defendem que a elite do poder e a elite política são distintas por que a primeira tem o poder de tomar decisões com base na ocupação de postos importantes; já a política nem sempre toma decisões por causa dos postos que ocupam, mas do poder que têm. (FARIAS FILHO, 2013, p. 9).

Esta afirmação supõe que a análise das elites está para a distinção entre membros e não membros de um grupo no contexto de estudo e diferem entre decisão e escolhas. Esta afirmação nos é interessante na medida em que a análise das elites separatistas, nos mostra que há dois grupos distintos, a saber: a) parlamentares que possuem posição (eleitos), mais que não possuem uma expressão em votos; b) parlamentares (eleitos) que possuem uma expressão em votos e lideram as respectivas frentes do movimento separatistas e figuram no cenário dessas regiões nos principais postos de comando.

1.2. ESTUDO DAS ELITES POLÍTICAS NO BRASIL: INFLUÊNCIAS E MÉTODOS

No Brasil os reflexos e influencias da teoria das elites, traduz-se, em esforços metodológicos para identificar perfil, recrutamento, formação e profissionalização. Principalmente ao Sul do país, como os trabalhos de Adriano Codato (2008, 2010), Débora Messenberg (2002, 2007, 2008), Luciano Aronne de Abreu (2008), Igor Grill (2008), André Marengo dos Santos e Luciano Da Ros (2008), Braga; Nicolas (2008), Wilson Oliveira (2008). Já na região ao norte do país encontramos uma preocupação de estudos preocupados com a formação de grupos, movimentos sociais, históricos, a exemplo dos trabalhos de Pere Petiti (2003), Milton Farias (2011), e Carlos Souza (2009, 2010), que nos auxiliaram no decorrer deste trabalho.

Observa-se que as principais agendas sobre elites políticas no Brasil estão voltadas para estudos sobre recrutamento parlamentar e profissionalização. Constata-se que há uma escassez de trabalhos sobre elites (CODATO; PERISSINOTTO, 2008). Porém, o que encontramos foi uma produção diversificada, tanto no aspecto temático quanto metodológico.

Como exemplo, do predomínio no estudo de elites sobre recrutamento e profissionalização parlamentar, encontramos os trabalhos de Grill (2008), que examina a profissionalização política dos deputados federais dos Estados do Rio Grande do Sul e Maranhão. Grill (*Idem*), através desta análise comparativa, verifica os processos de especialização política, carreiras e os perfis daqueles legisladores no período de 1945 a 2006. Com o fito de responder ao questionamento: *As condições de profissionalização política*

variam de acordo com a região ou são sempre as mesmas? Analisa as bases sociais, a trajetória política, e suas concepções heterogêneas durante o período citado.

Grill (*Idem*, p. 65) busca identificar essas “vinculações entre profissionalização política e hierarquização social”. Examina as condicionantes sociais de afirmação e as modalidades de constituição de especialistas da atividade políticas dos dois estados, ou seja, sua tarefa é identificar e compreender a configuração política dessas regiões, seus padrões de diferenciação e aproximação do perfil dessas elites é sua tarefa.

Constata que a diferenciação política do Rio Grande do Sul se molda em uma política ligada a alinhamentos ideológicos e oligárquicos, ao longo do século XX, demonstrando casos de sucessão familiar controlados por famílias de políticos e posteriormente o ingresso de segmentos sociais diversificados, ocasionando uma disputa de forças políticas, com a chegada de imigrantes e modelos de organizações partidárias afirmados em “ismos” como castilhismo, borgismo, positivismo, federalismo, liberalismo, trabalhismo, petismo, etc (Grill, *Idem*).

Grill (2008) Observa também que no caso do Maranhão, há uma diferenciação política, que está baseada principalmente no conservadorismo oligárquico, marcado pela atuação política de duas facções, os “vitorinistas” e “oposicionistas”, que eram descendentes de imigrantes libaneses. Salienta que ocorreu o ingresso de novos atores, neste caso, pelo viés literário, chamados pelo autor de “novos trunfos” políticos de gosto literário. Que estavam preocupados com problemas sociais e econômicos, e ligados à ideia de “projeto de desenvolvimento do estado” sob “bases científicas” e retórica “modernizadora”, emergindo a afirmação de bacharéis, jornalistas, economistas, e outros.

Codato (2008) ainda no campo de profissionalização, busca a compreensão da atuação da bancada de São Paulo na Assembleia constituinte de 1946, e analisa o perfil social e ocupacional das elites paulistas, em dois momentos distintos, antes do Estado Novo (1889-1937) e imediatamente depois (1946-1951).

Neste intuito Codato (2008) verifica que houve uma mudança significativa no perfil dessas elites, através da forma de recrutamento e ou renovação parlamentar, causadas pelos diversos momentos de instabilidade, controle e suspensão da liberdade política. O autor informa que as mudanças ocasionadas por uma revolução (1930), uma contra-revolução (1932), seis eleições (1933, 1934, 1936, 1945, 1947, 1950), duas constituições (1934, 1946), um golpe de Estado (1937), um contragolpe de Estado (1945) alterou o perfil dessas elites e as condições de competição política de recrutamento, que estavam ligados a interesses legitimados e sancionados pelo Estado e aos rearranjos políticos do aparelho burocrático, causados pelas transformações sucessivas desses períodos.

Outra metodologia recorrente nas análises sobre elites é o recrutamento de parlamentares. Em “Caminhos que levam à Corte”, artigo apresentado por André Marengo dos Santos e Luciano Da Ros, (2008), são analisados os padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, entre 1829 e 2006. Para isso, foram observados dados relativos à origem social, carreiras jurídicas, políticas e coercitivas dos membros do Supremo Tribunal de Justiça entre (1829-1890) e do Supremo Tribunal Federal (1891-2006).

Marengo e Ros (2008) analisam os atributos sociais dos indivíduos recrutados por essas cortes, identificando os atributos e características de cada geração de ministros. Salienta neste estudo a importância das instituições universitárias na projeção das carreiras políticas, os estados de origem e a ocorrência de mobilidade geográfica em diferentes períodos.

Neste sentido, traçam um perfil dos membros recrutados para estas instituições (MARENCO; ROS, 2008). De acordo com os autores, os resultados observados apresentam um padrão de recrutamento nas áreas jurídicas ligadas a indivíduos que percorrem tanto na arena jurídica quanto política, e a profissionais ligados também ao poder coercitivo do Estado e, que muito raramente está ligada somente a trajetória jurídica.

Observam ainda, que ao analisar os ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) recai sobre a importância da profissionalização e da diferenciação no processo de institucionalização do tribunal. Ao analisarem a ocorrência de recrutamento endógeno à magistratura. “Uma vez verificado este padrão, estar-se-ia a recrutar profissionais próprios da área do Direito, estabelecendo padrão mais autônomo e contribuindo para a diferenciação do poder Judiciário em relação aos demais órgãos do Estado” (MARENCO; ROS, 2008, p.133).

Neste caso, a referida diferenciação no padrão de recrutamento ocorre basicamente em dois níveis. O primeiro diz respeito àquelas carreiras ditas “políticas”, ligadas especialmente à ocupação de cargos junto aos poderes Legislativos e Executivos, tanto de natureza eletiva como proveniente de nomeação. Nesta situação, maior distinção entre uma e outra asseguraria maior independência das funções jurisdicionais em relação ao ambiente político, permitindo a existência de função autônoma do Direito. (MARENCO; ROS, 2008, P.133)

Um aspecto curioso e diversificado da metodologia brasileira sobre elites é o trabalho de Sergio Braga e Maria Alejandra Nicolás (2008). Eles analisam o perfil social e biográfico dos deputados estaduais e distritais brasileiros no período da legislatura de 2003-2007,

utilizam a metodologia chamada de abordagem prosopográfica⁵, nesta empreitada, utilizam portais eletrônicos das assembleias legislativas brasileiras para realizar uma avaliação das informações neles disponíveis.

Braga e Nicolas (2008) apresentam uma proposta de construção de um indicador para avaliar o grau de disponibilidade de informações sobre estes atores na *web*. Propondo avaliar o grau de transparências e disponibilidades de informações contidas nos portais eletrônicos das assembleias legislativas. Com o intuito de monitorar o uso deste instrumento tecnológico pelas elites parlamentares.

Ao construir um perfil sociopolítico desses políticos a partir das informações contidas na *web*, constroem uma metodologia e mapeiam informações a partir dos dados disponíveis sobre tais atores nos portais dos órgãos legislativos brasileiros, conforme eles encontravam-se organizados e disponíveis, desta forma, é possível aferir o que se pode obter e até onde pode chegar à análise política a partir dos dados disponíveis sobre tais atores em diversos instrumentos (BRAGA; NICOLAS, 2008).

Outro caminho interessante e específico, é o trabalho de Wilson Oliveira (2008) que analisa os dirigentes ambientalistas, e que verifica o recrutamento parlamentar sob a ótica de elites ambientalistas, ao investigar os dirigentes desses movimentos ecológicos⁶, verificando a posição de cúpula com base no capital escolar acumulado e na legitimidade conferida pela perícia técnica existentes nestes assuntos durante o período de 1970-2004.

Nesta pesquisa, Oliveira (2008) evidencia a hipótese de que a utilização de competências técnicas no exercício de funções dirigentes resulta de dinâmicas de diversificação do ensino superior e da maior articulação entre formação escolar e engajamento político. E que por meio da inserção em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” no decorrer de seus itinerários familiares, escolares, políticos e profissionais essas elites são inseridas.

O autor usa como metodologia, o instrumento biográfico e engajamento político, através de entrevistas biográficas com dirigentes de diferentes associações ambientalistas, com vistas à observação do seu engajamento político. Os resultados espelham “a inserção

⁵ Planilha prosopográfica: 1) perfil social e biográfico (abrangendo itens como cor da pele; idade; gênero; nível educacional; profissão e estrato social); 2) trajetória política (forma de entrada na política; cargos administrativos e eletivos anteriormente ocupados; filiações partidárias anteriores; vínculos com associações e movimentos sociais, dentre outras atividades) e 3) comportamento político (proposições apresentadas e aprovadas; comportamento durante as votações nominais; índice de presença em plenário; disponibilidade de portais eletrônicos; informações sobre o uso de verbas indenizatórias etc.) Ver: BRAGA; NICOLAS, 2008, p. 107.

⁶ Os procedimentos metodológicos utilizados para dar conta disso consistiram na realização de 50 entrevistas biográficas com dirigentes de diferentes tipos de associações ambientalistas, com vistas à apreensão dos itinerários que os conduziram ao engajamento político, dos significados atribuídos à formação profissional e dos tipos de recursos e de vínculos sociais que respaldam suas concepções e práticas militantes. Ver: OLIVEIRA, 2008, pg. 167.

simultânea em múltiplas redes de organizações” e “movimentos sociais” e a “ocupação deposta em diferentes esferas sociais com base nos recursos e vinculações políticas acumuladas por meio de tais inserções” (OLIVEIRA, 2008, p.167).

Dentre estes estudos a que mais se aproxima de nosso objeto de estudo são os trabalhos de Débora Messemberg (2008), que ao discutir “os principais argumentos que envolvem abordagens que analisam a política sob a perspectiva valorativa, revelando não só as contribuições, mas também seus impasses” (MESSEMBERG, *Idem*, p.17).

Messemberg (*Idem*) nesta empreitada utiliza os aspectos culturalistas para o entendimento da política nas sociedades contemporâneas, realizando uma interface entre cultura política e as práticas e representações da elite parlamentar brasileira entre 1989 e 2004, no Congresso Nacional Brasileiro. Neste sentido, revela identidades regionais diferenciadas que demarcam comportamentos e estilos diversos de fazer política. A análise sociocultural da elite parlamentar brasileira desnuda um universo simbólico e valorativo, que identifica práticas e representações, que são resignificados a partir de suas histórias culturais. Apresentando papéis desempenhados por essas elites no desempenho do sistema político brasileiro.

Observa-se neste esboço de trabalhos, que há uma diversificação de trabalhos existentes, mas que ainda represente uma pequena contribuição social, ou seja, há uma carência de estudos sobre elites no Brasil. É evidente que o Brasil não tem uma tradição em pesquisas sobre elites e que há uma concentração de estudos no Sul do país, tendo como abordagem central estudos sobre recrutamento de elites. Neste sentido, confirma-se a necessidade do aprimoramento de metodologias e o desafio da retomada de pesquisa sobre as elites políticas no Brasil e principalmente na região Norte.

2. CONTEXTO SEPARATISTA: IDEIAS E ARGUMENTOS DO SEPARATISMO NA REGIÃO PARAENSE

No Brasil a natureza dos sentimentos que alimentam a ideia de separação está ligada a forma de colonização que tivemos e ao formato de ocupação territorial e econômico deste extenso país. Geráramos hostilidades ligadas ao crescimento desordenado e desigual de um país com vasta extensão territorial, ao concentrar em regiões como o Sul e o Sudeste do Brasil investimentos que aumentam o poderio econômico, em detrimento de outras regiões mais pobres como o Norte e Nordeste. (ANDRADE, 1999)

Nesta análise observa-se que há um enfraquecimento do sentimento nacional e/ou regional, ligados ao processo de desenvolvimento, este processo recria fronteiras econômicas e sociais, além de fomentar a divisão política das regiões. Esta formação geográfica e geopolítica, ganha contornos separatistas, cujas bases não são apenas de natureza econômica ou fiscal, mas possuem influências nas bases coloniais e estão intrinsecamente ligada a formação do Brasil, em sua base psicológica, social e cultural, manifestando-se em planos e manifestos políticos e militares, e que estes são evidentes, mesmo quando “camuflados”. (ANDRADE, *Idem*)

Segundo Andrade (*Idem*), ao explicar os diversos tipos de argumentos separatistas, afirma que ao Sul do Brasil onde a colonização de alemães e italianos foi mais intensa, com isso o sentimento separatista mais forte e organizado ideologicamente. Exemplifica ao demonstrar no discurso do líder Irton Marx, que é descendente de alemão, o sentimento de hostilidade, entre o nacional e o local.

Andrade (*Idem*), ao analisar este discurso, explica que este líder defende a preservação da cultura germânica, porém absorve tendências gaúchas e ibéricas, reivindicando os ideais da Revolução Farroupilha. Demonstra, desta forma, que a natureza desses sentimentos é de natureza étnica, pois está latente quando lutam pelo direito de manter a língua e costumes de origem. Outro aspecto observado no discurso é o sentimento de injustiça em relação ao país que vivem, este sentimento é reforçado pela desigual distribuição de recursos da União nos vários territórios.

Para Andrade (*Idem*), São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco recriam tradições anteriores a Proclamação da República. São Paulo, por exemplo, ainda revive alguns sentimentos como, lembranças de atitudes de independência dos paulistas, das queixas contra a política considerada discriminatória e centralizadora o que reflete nos momentos de crise uma hostilidade contra os nordestinos, por considerarem, que estes são de uma cultura

inferior, de baixa especialização e pelo fato de serem populosos “enfeiam a cidade” e trazem problemas para os paulistas. Porém é importante entender que a pobreza e o desemprego são fatores de várias regiões do Brasil, sendo um fator de natureza econômica e que geram miséria, marginalidade e fome, em detrimento da hostilidade criada aos nordestinos.

Quando nos reportamos à ideia de separatismo no Pará, encontramos também este sentimento de “hostilidade” entre as sub-regiões do Estado, porém mais brando e ligados ao sentido de pertencimento. Muitos habitantes dessas regiões não se sentem paraenses por não absorverem a cultura da região, principalmente ao Sul do Estado que passou por um processo de migração regional com o advento da chegada de grandes empresas mineradoras. A migração de brasileiros de diversas partes do país fortalece em segundo plano outros sentimentos e justificativas para o movimento separatista, como a justificativa da extensão territorial que inviabilizaria o desenvolvimento dessas regiões ou a governabilidade, seja na distribuição de recursos e ou atendimento de políticas públicas.

Em terceiro plano surge a discussão em torno da divisão do poder, pois este movimento recriaria uma nova estrutura política-institucional. Neste sentido, a sociedade começa a refletir sobre a formação de grupos interessados na apropriação deste poder. Porém de forma em geral nascem vários conflitos quando se recria a divisão do Estado, conflitos estes que desvirtuam o entendimento da natureza dessas preposições e a busca de soluções, abrindo espaço para a sensação e sentimentos de “hostilidades, preconceitos e rinchas” entre uma região e outra, ou entre grupos que foram gestados pelo processo de colonização e desenvolvimento dessas regiões.

A ideia separatista na Região Amazônica não é recente remonta ao Brasil Colônia, Império e Republicano. Este tema sempre causou polêmica e uma preocupação pelas elites no Brasil, além de ser gerador de diversos conflitos e discursos. Suas origens remontam à “busca por unidade e ocupação”, derivada de anseios das “Elites” (MARTINS, 2011).

Na Região Norte, especificamente, é ainda mais forte por suas características, extensão e riquezas. Instituir aparelhos de estado ao longo do território era uma preocupação das elites do Brasil e particularmente no Pará ante a ameaça de movimentos de invasão instalados ou não por potências estrangeiras. Neste sentido, a estratégia estatal se convergia ao combate do pensamento de desmembramento a partir da cristalização da ideia de “desenvolvimento”, “em resposta a esse drama, a organização do estado vai sistematizar um novo arranjo institucional para fazer reconhecer sua soberania” (NEVES, 2010, p.4).

Para Neves (*Idem*), esta prática estatal ficou conhecida como “princípio *uti possidetis*”, que nada mais são do que o direito da efetiva conquista e ocupação da terra, para

moldar as práticas das elites locais durante todo o período Colonial, Republicano e, principalmente o autoritário, através da instalação de grandes projetos o que reflete, ainda hoje, na consolidação de uma nova dinâmica na Amazônia.

Para Petiti (2003), esta prática de ocupação, que em Marabá se deu através da mineração, onde no passado o município de Marabá foi dominado pelas elites oligárquicas tradicionais (Mutran, Almeida, Moraes, entre outras). Atualmente com a criação dos municípios de Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte, o “poder local” é disputado por uma nova elite composta de representantes de empresários e pecuaristas. As relações anteriormente vigentes vêm se modificando dinamicamente, alterando as formas de gestão municipal e territorial com vistas a solucionar conflitos através de mudanças nas formas de atuações.

Este processo é validado na tese de doutoramento de Petiti (2003), onde analisa e discute as práticas das elites dirigentes do Pará, especificamente Marabá, construindo um caminho para a compreensão da sociedade regionalizada em meados do séc. XIX, em uma perspectiva política, econômica e territorial. Foca na estrutura local do poder, seus dirigentes, e o processo de dominação dessas elites pelas atividades exploratórias e na evolução do sistema econômico da Amazônia.

Metodologicamente busca entender os fenômenos políticos e econômicos, não como sistemas autônomos, mas as suas inter-relações pelo tempo e território. Analisa as importantes mudanças socioeconômicas ocorridas na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, influenciadas, em grande medida, pela intervenção de diferentes instituições da Administração Federal e pelo interesse nas riquezas da floresta e subsolo da região por parte de grupos econômicos brasileiros. Como podemos observar no prefácio de Roberto Santos em seu livro, que resume a principal finalidade do autor:

analisar o cenário político paraense, dando prioridade ao estudo das instituições políticas (estrutura de governo do tipo formal-legal [...]), das práticas das principais lideranças políticas – especialmente daquelas que assumiram responsabilidades de governo – e partidos políticos paraenses”, mas ele expande a análise até os pleitos eleitorais para sentir o resultado das disputas, entre as próprias elites políticas, pelo controle Executivo estadual, Prefeituras, Assembléia Legislativa e câmara Municipais, e para também clarear, com isso, um dos principais mecanismos de “seleção de elites relevantes”. (PETITI, 2003, p.13).

Desta forma Petiti (*Idem*) indica as principais lideranças e seus eventos para demonstrar a influência das principais transformações deste período, indicando como marco as ações federais, com a chegada da Superintendência da Amazônia (SUDAM), em 1964, e do Banco da Amazônia (BASA), que modificaria substancialmente a forma de ocupação

territorial e econômica sobre sua dinâmica com o mercado nacional e novas formas de produtos internacionais.

Para Petiti (*Idem*) as principais transformações na Amazônia estão ligadas à chegada das atividades mineradoras, que provocaram mudanças radicais no volume e valor da exportação de minérios nos anos de 1980, colocando o Pará como o Estado com maior volume de minérios, além das práticas das elites políticas que assumiram responsabilidade do governo pós-1964, neste período.

Sobre essas práticas dos dirigentes políticos no Pará, Petiti (2003) confere como marco a chegada de dois representantes, Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, que até o início dos anos de 1980 converteram-se nas principais lideranças políticas do Estado do Pará. E em 1982, com a vitória de Jader Barbalho (PMDB), abriu-se um novo período político para o Pará, continuado por Hélio Gueiros (PMDB) e Almir Gabriel (PSDB).

Petiti (*Idem*) informa que Marabá, então, foi o município paraense como o maior receptor do impacto das transformações representadas pela descoberta de jazidas minerais na Serra de Carajás, além da chegada de imigrantes com a possibilidade de empregos e ocupação. Principalmente do nordeste do país, bem como de fazendeiros e sua apropriação de milhares de hectares de terras, apoiados pelos incentivos do Governo Federal, dando vazão para um novo cenário e novos atores.

Segundo Petiti (*Idem*), este cenário retrata uma disputa acirrada com velhos atores produtores de castanha, pelo uso e controle da terra, além de potencializar um verdadeiro barril de pólvora, que explica porque Marabá foi o local com maiores números de conflitos agrários e de assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no Brasil. Interessante observar a análise do discurso político dos Governantes e dos membros da elite política local desta época, além de empresários e intelectuais que influenciaram os diversos discursos que permearam o Estado do Pará que exercem um papel fundamental na formulação da ideia pró-amazônidas e, além, dos pró-paraenses, que dão vazão aos ensejos separatistas.

A criação do Estado de Tapajós, por outro lado, configura-se um regionalismo dentro do Estado do Pará⁷, neste sentido, Manuel Dutra inicia sua pesquisa de mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), para retratar o discurso e construção do Estado de Tapajós e afirma que sua motivação está para ao desvendamento dos fatores políticos, sociais e culturais que formam este movimento e busca a compreensão da retórica construída, quais

⁷ Para Bobbio (2010), regionalismo é a tendência política dos que são favoráveis às autonomias regionais, ou seja, tendência a instaurar ou sustentar as instituições autônomas locais.

fatores internos e externos contribuem para o movimento, se a campanha é alicerçada em heranças históricas de propostas de divisão territorial político-administrativa da região amazônica.

Para Dutra (1997), a legitimação deste movimento que pertencera a todo o povo do oeste do Pará sustenta-se em “problemas reais”, problemas estes vivenciados também por outras regiões do Brasil, mas que nesta localidade são integrantes da vida social e que somente teria suas soluções encontradas, “segundo seus ativistas sociais”, com a concretização de sua autonomia, por suas características específicas, que exigem uma solução regional, além de suas argumentações estarem pautadas e sustentadas, em sugestões e propostas, de dotar o Brasil e a Amazônia de novos limites políticos e administrativos.

A assunção daquelas imagens pelas elites locais as leva um discurso parecido, por meio do qual procuram convencer os demais grupos sociais, por exemplo, da justiça do movimento pela criação do Estado do Tapajós; intentam a solidariedade e, em alguns momentos, pregam a coesão, transformando um pleito particular em aspiração universal (DUTRA, 1999, p.24)

“A ação das elites encontra nesta região espaço de sua luta” (DUTRA, 1997, p. 24). Desta forma, argumenta que as elites locais ajustaram seus discursos para tentar convencer os grupos sociais para a criação do Estado de Tapajós.

2.1. PRINCIPAIS ARGUMENTOS SOBRE O SEPARATISMO NO PARÁ: ARGUMENTOS UTILIZADOS PELAS FRENTES NAS CAMPANHAS “A FAVOR” E “CONTRA” A DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ

A discussão em torno do tema provocou inúmeras abordagens para explicar as origens ou efeitos da separação dessas regiões, sendo utilizados como fontes para justificar a luta pelo “SIM” ou “NÃO” no plebiscito de 2011. Por exemplo, buscou-se verificar os impactos do pacto federativo ou até mesmo a relação de custo e benefício deste evento. Porém nosso estudo se posiciona sobre a necessidade de reflexão do perfil e da posição dos atores na arena política desse movimento.

Martins (2001, p. 263) argumenta que “atualmente, existem espalhados pelo território diversos movimentos políticos regionais que lutam pela transformação de suas regiões em novas unidades federativas”, a partir do desmembramento e/ou fragmentação de Estados já existentes. Por meio de um esforço histórico da compreensão do processo de fragmentação em curso no Brasil, afirma que este tema gera propostas, polêmicas e conflitos, além de que o debate, no processo de construção do Brasil republicano, centrou-se basicamente na manutenção da unidade política e territorial, como dito anteriormente.

Martins (2001) salienta que a busca pela unidade foi uma preocupação constante das elites políticas no período de formação do Estado brasileiro e continuou sendo em todo o período Republicano. Esta busca e manutenção da integridade da extensão territorial e combate às lutas e rebeliões por fragmentação foram uma constante em diferentes momentos como, por exemplo, o processo de independência, do nascimento do Estado-Nação, que resultou na fragmentação das províncias e na manutenção da unidade político-administrativa por Portugal.

Neste contexto, esclarece que as elites políticas sempre enfrentaram o problema do separatismo. “Umam procuram tornar-se autônomas, como Pernambuco; outras preferem tratar diretamente com Lisboa, como o Pará e o Maranhão”, mas a busca sempre foi a unidade. (MARTINS, 2001, p. 264)

As pesquisas sobre o tema “separatismo” estão divididas em grupos que acreditam que a emancipação do Estado de Carajás e Tapajós trarão impactos no pacto federalista; outros analisam sobre o prisma da inviabilidade da criação de novos Estados, ligados aos custos do processo; e há ainda os que consideram as propostas favoráveis para o desenvolvimento e melhor governança desses territórios.

Desta forma Souza, Lopes e Bentes (2009) avaliam os impactos que a questão da redivisão territorial do Estado do Pará poderá gerar ao pacto federalista, a partir de análises socioeconômicas, buscam avaliar as implicações para as áreas desmembradas e remanescentes. Os autores avaliam essas implicações e afirmam que a divisão do Pará pode afetar não somente a participação nas receitas, como, também, o pacto federativo, com o aumento da representação política da Região Norte no Congresso Nacional, “que a maioria das propostas de criação de novos estados é inviável do ponto de vista econômica” (SOUZA; LOPES; BENTES, 2009, p.229).

Para Souza, Lopes e Bentes (*idem*) os principais problemas para a questão territorial no Brasil se deram pela forma de ocupação portuguesa, por eles definida como “colonização privada”, em que investidores provindos de famílias nobres e a elite militar portuguesa tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver as regiões. Esses fatores foram à base para os principais movimentos separatistas no Brasil Colônia e Republicano e peças-chave para o estabelecimento de limites e fronteiras dos Estados e Municípios, além do processo decisório na política brasileira.

Os autores alertam ainda, que há quatro tipos de argumentos que mobilizam e vinculam a redivisão territorial: os que questionam a natureza econômica, advogando a necessidade de descentralizar recursos e dinamizar de forma mais consciente regiões

subdesenvolvidas que, sem dispor de força política acabam desassistidas pelo poder público; as que vinculam a redivisão à soberania nacional sobre áreas estratégicas, com ênfase na Amazônia, a defesa do patrimônio natural; as que alegam a falta de solidariedade e identidade, ou seja, unidade entre grupos sociais culturalmente diversos, pela presença de um multiculturalismo que alimenta as ideias separatistas; e, por fim, os grupos que vinculam a redivisão a interesses de determinadas lideranças políticas em conquistar maiores espaços de poder (SOUZA; LOPES; BENTES, *Idem*). Nosso interesse está no último grupo.

Souza, Lopes e Bentes (*idem*) avaliam variáveis socioeconômicas envolvidas na questão separatista com intuito de verificar as relações que se estabelecem e questionam as correlações entre as variáveis, contrapondo os principais argumentos, tais quais, as variáveis populacionais, de área, do Produto Interno Bruto (PIB), e PIB *per capita*, além do consumo de energia elétrica. Na busca por uma justificativa para movimentos separatistas, afirmam que o estudo mostra que não há uma relação direta entre as variáveis pesquisadas.

Outra perspectiva que inviabiliza a criação de novas unidades é a dos custos, onde são analisadas as implicações e inviabilidade econômica da criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Nesta análise Boueri (2008) afirma que as proposições de redivisão estão pautadas na perspectiva dos benefícios a serem auferidos pelas populações da região sem analisar em maiores detalhes os custos econômicos e financeiros associados de tais proposições, e adverte:

Em todo o mundo países nos quais o sistema federativo norteia as relações intergovernamentais são continuamente submetidos a uma tensão construtiva. De um lado, é reconhecido que os governos locais em geral estão mais a par das necessidades de seus constituintes, bem como, tema maior interesse na consecução célebre e eficiente de projetos que beneficiam a população local. Por outro lado, se os governos locais agirem exclusivamente de acordo com os interesses de suas populações, o resultado geral não será ótimo em termos federativos, uma vez que eles tenderam a subestimar o bem-estar do conjunto da federação e não terão a abrangência necessária para executar políticas de âmbito nacional, as quais transcendem às suas fronteiras. (Boueri, *Idem*, p.145)

Boueri (2008) orienta que para resultados ótimos nestas relações é necessário um equilíbrio entre os entes federados, que no caso brasileiro, se dá em três esferas ou níveis de jurisdição sobrepostas e implica na descentralização e resultam em um modelo de gestão mais eficiente, dadas a extensão e diversidade regionais existentes. O autor também alerta, que quando se trata de divisão de um ente federativo, os benefícios são claramente explicitados por seus autores, sendo ignorados os custos.

Seu esforço teórico busca estimar os custos inerentes ao funcionamento de uma unidade federativa, subsidiando o debate pela não divisão do Estado do Pará, e encontra com principal argumento a sustentabilidade dos novos Estados diante das responsabilidades

federativas. Tais obrigações estão dispersas em diversas funções administrativas de um novo Estado. O autor elucida a questão dos custos por meio de um levantamento dos principais encargos para a manutenção de um novo ente federativo.

Boueri (2008) afirma que estes encargos estão divididos entre 42,95% para a educação, 29,93% para a área da saúde, 26,15% para a previdência social, 22,79% para a segurança pública, 16,05% para a administração, 15,31% para o judiciário, 12,77% para área de transporte, 6,34% para o legislativo, 4,23% e outros 23,54% essenciais à justiça, que estimaria um custo fixo anual para a manutenção de um novo Estado na federação brasileira de R\$ 832 milhões. Tais receitas e despesas dos novos Estados implicariam um déficit conjunto de R\$ 1,873 bilhão, distribuído entre Tapajós (R\$ 864 milhões) e Carajás (R\$ 1,009 bilhão).

Outra perspectiva que complementa a anterior é a proposta que envolve também o debate da extensão do Estado e sua governança em relação ao interior. Neste argumento, Castro (2001) observa que a divisão está baseada na superficialidade de argumentos e na ausência de maior compreensão dos impactos da redivisão. A superficialidade da discussão é analisada em estudos de dados referentes a investimentos na área de educação básica (IDEB de 2009), que estabelece comparativos das notas dos alunos nessas áreas a serem desmembradas, com relação à região metropolitana do Pará.

Nesta óptica, afirma que não foi encontrada nenhuma discrepância no resultados dos investimentos, demonstrando ser uma justificativa irrelevante (CASTRO, 2001). Outra variável analisada é a variável saúde, que atesta que o índice de mortalidade infantil se equipara nas três regiões, afirmando que o desempenho do Pará é igual em todas as regiões e que o problema é de ordem estrutural, desmitificando esta tese.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) preocupado com esta temática reuniu em seminário os principais pensadores sobre a redivisão do Estado do Pará, com o objetivo de conhecer as opiniões dos principais segmentos sobre o tema. Estiveram presentes no evento representantes do Governo do Estado, das instituições de pesquisas, da academia, dos órgãos de desenvolvimento e financiamento da sociedade, com o intuito de contribuir para elucidar os principais argumentos em torno da divisão do Estado.

O objetivo principal foi compreender o tema, baseada na divisão geopolítica da região Amazônica e a sua nova ordem socioespacial, por meio da demonstração da nova demografia e da divisão político-administrativa da região. Neste seminário foi demonstrado que as características demográficas e de tecnificação do território paraense seriam marcadas por grandes investimentos nos setores de energia, comunicação e mineração. Essas expressões, e

evolução da população são resultados da incorporação do Estado do Pará ao mercado globalizado o que agrava e geram conflitos entre as sub-regiões.

Canto (2008) observa esta dinâmica a partir do ritmo de crescimento entre as décadas de 1960 e 1980, período de grande sedução da força de trabalho pelo aparelho do estatal, que aliado aos interesses da iniciativa privada derivou novos municípios no Estado e que hoje se agrupam em busca de autonomia política. Observa, ainda, que é preciso produzir conhecimento sobre a dinâmica populacional, tornando-se um desafio para o planejamento e execução de políticas públicas e indispensáveis para responder a demandas sociais dessas áreas.

O autor destaca que foi à evolução demográfica causada pelo autoritarismo, através de políticas públicas de ocupação, imposto a essas regiões, que reproduziu um cenário de forte migração sem planejamento pelo Governo Federal que gerou expectativas em torno do acesso a terra, provocando, entre os atores sociais, conflitos no interior do Estado, o que produziu uma lógica de ocupação distinta pelas estradas, diferente das vias de acesso tradicionais fluviais (CANTO, 2008).

Assim, os representantes do IDESP, abordam o aspecto demográfico de forma a elucidar o debate ao considerar a composição política, hidrográfica e social dos novos Estados, através da publicação “Revista de Estudos Paraenses”. Nesta linha de pensamento, apresentam gráficos e distribuem os municípios de forma a esclarecer os estudos futuros, demonstrando, por exemplo, que o Estado do Tapajós ficaria com a maior parte da reserva hidrográfica do Pará, o que equivaleria a 200.640,31 km. Além de avaliarem os desafios dos novos gestores, no âmbito social, através de indicadores de saúde, educação e segurança; demonstrando a grande diversidade regional, que, para muitos, pode se constituir em um bom argumento para as emancipações.

Neste contexto, entende-se que esta dinâmica da divisão territorial do Pará produz uma nova geografia, de territórios emergentes que se reorganizam nos eixos Sul e Sudeste, propondo o Estado de Carajás e o Estado de Tapajós, sendo que este estudo demonstra como ficaria dividido essas regiões.

Dentre os argumentos que procura justificar a criação do Estado de Carajás, há o trabalho de Costa (2011), que busca demonstrar que o PIB do futuro Estado de Carajás é maior que de oito Estados brasileiros, fato que inviabiliza, também, essas oito unidades federativas do país. Esta afirmativa defende que a criação de Carajás não representa uma ruptura com o Estado do Pará, pois suas complementaridades garantem que Carajás se apresente como uma nova fonte de oportunidades políticas, sociais e econômicas.

Para Costa (2011) essa perspectiva, a redivisão do Estado do Pará é uma alternativa mais imediata para os problemas e desigualdades entre as sub-regiões, e neste sentido, [...] esta ação amplia a presença do Estado no polígono da Amazônia Legal . Justifica-se ainda que com área superdimensionada de 1.247.289 Km², quatro vezes a área média dos Estados brasileiros, não arrecada o suficiente para cuidar dos seus habitantes e como várias cidades paraenses a mais de 1.000 Km da capital, concluindo-se, que o Pará não é administrável.

Costa (*Idem*) salienta que esta afirmação esta balizada em estudos sobre as assimetrias entre variáveis, como renda, população versus PIB, ao qual define seus resultados como uma alta concentração de renda no Sul e Sudeste do Brasil com 73% do PIB brasileiro, enquanto, no Norte é apenas 5% do PIB nacional, o que é considerado com “mal das assimetrias regionais, concentração de riquezas”.

O autor verifica também os investimentos federais, como distribuição da rede de rodovias, ferrovias federais e a quantidade de universidades federais. O Norte aparece com apenas oito unidades de universidades federais e que somente em Minas Gerais são onze, assim como as verbas federais em percentuais, como participação na renda de Administração, Saúde, Educação Pública e Seguridade Social, são desiguais. Neste quesito, a Região Norte do país apresenta uma participação de apenas 7,5%, diferentemente e inferior ao Nordeste, com 18,89%, Sudeste 41,82%, Sul 12%, e Centro-Oeste, 18,86%. Em síntese, argumenta que a emancipação geopolítica propicia melhor governança pública e integração socioeconômica do arranjo federativo (Costa, *Idem*).

3. SISTEMA POLÍTICO PARAENSE: ELITES SEPARATISTAS E O RESULTADO DO PLEBISCITO

Neste capítulo abordaremos inicialmente em rápidas considerações o termo Sistema Político em Bobbio (2010), para conceituar e caracterizar o aspecto a ser seguido em nossa análise; além de fazer uma reflexão sobre o sistema político paraense a partir dos estudos de Siqueira (1999); apresentamos então a metodologia adotada na pesquisa; em seguida analisamos os dados encontrados na perspectiva que analisou o perfil dessa elite política, nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010, tanto as que lutaram pela separação em suas respectivas regiões, Tapajós e Carajás, quanto a que lutou para que o Pará não fosse separado. É um estudo que busca entender o potencial político-eleitoral e de articulação dessas elites em seus respectivos “guetos” ou circunscrições (distritos eleitorais) políticos.

Para Bobbio (2010, p. 1163) “a expressão Sistema político refere-se a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por certo grau de interdependência recíproca”. O autor menciona quanto ao uso pela ciência política, se faz referência à noção e a observação de requisitos metodológicos e por âmbitos precisos de uso.

Apoiado na conceituação de Bobbio (*Idem*), para o entendimento do uso do termo na análise das elites políticas separatistas, entendemos que este grupo social deva ser observado sob a ótica de suas “posições e interações”, o que o autor classifica como “análise sistêmica”, observando, desta forma, seus protagonistas e suas representações. No âmbito de destacar deste grupo, uma “elite política” com poder de agenda e influência na retomada da discussão separatista.

Nesse sentido, faz-se necessário entender o cenário político que estes protagonistas, instituições e processos se relacionam, este cenário é classificado, segundo Bobbio (2010, p.1164) como “um conjunto de hipóteses interpretativas (sistema observante) capazes de investigar as relações que caracterizam a convivência interindividual própria de qualquer coletividade”.

O objetivo da análise do fenômeno separatista, sobre a ótica das elites, não é verificar todo o “sistema”, ou seja, todo o sistema político brasileiro ou ainda toda a ação parlamentar em determinado período, como realizado por Messemberg (2007). Mas observar o cenário da ocorrência da retomada do movimento separatista, a partir das transformações ocorridas com carta constitucional de 1998, desta forma, verificar o potencial político eleitoral de seus atores e suas representações. Apesar deste sistema político é profícuo esclarecer que nosso limite

está na ação política da esfera parlamentar Federal e Estadual do Estado do Pará, especificamente os atores da frente separatista.

O sistema político paraense esteve em análise na tese de mestrado de Siqueira (1999). Este trabalho se propõe a verificar o formato do sistema partidário eleitoral e parlamentar paraense, suas continuidades e rupturas, entre os partidos em quatro eleições consecutivas no período de 1986, 1990, 1994 e 1998. Este estudo nos ajuda a entender parte deste cenário até o advento da nova carta constitucional. Busca-se analisar os partidos e eleições enquanto sistemas, que sofrem condicionamentos das regras legais e das forças sociais em disputa.

Segundo Siqueira (1999) o sistema político partidário e parlamentar paraense são influenciados por contornos bipartidários, tanto no governo quanto no parlamento paraense. Esta configuração é demonstrada em seu trabalho, pelo condicionamento, dos reflexos das elites formadas contra a república velha, representada por Magalhães Barata, quanto, quantos pelos contornos partidários realizados pelos dissidentes do PL, partido criado por Barata. Além deste processo, verifica-se posteriormente ao regime militar, por ocasião da emergência da Nova República, a ascensão do PMDB no cenário paraense, tendo o Ex-vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal o parlamentar Jader Barbalho como figura expoente desta nova fase política, dando origem a uma nova configuração política e multipartidária que surge a partir de 1985.

Siqueira (*Idem*), afirma que a influência dos partidos ARENA e MDB que posteriormente transformaram-se em PSD e PMDB, determinaram a conjuntura eleitoral do governo e parlamento paraense. Os partidos PSD e PMDB determinaram esta conjuntura alicerçados na vitória da revolução de 30, na ascensão ao Governo do Pará do interventor Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e nas cisões e fusões de novos partidos.

Neste contexto, Magalhães Barata oriundo do movimento tenentista de 1922 destaca-se neste cenário, na organização da conspiração contra as elites da velha república no Pará e na formação e renovação de novos líderes no estado, ganhando notoriedade ao imprimir uma política populista, além de ser o paraense mais respeitado no exercito por sua luta contra a república velha.

De acordo com Siqueira (*Idem*), Barata como ficou conhecido popularmente, assumiu o governo do estado num contexto de economia decadente após a perda do monopólio da borracha, abandono dos seringais e preços em quedas da borracha, o que possibilitou a transformação no modo de operar a política paraense. Entre suas medidas abriu as portas do palácio à população, concedendo audiências públicas e instituindo um governo itinerante de forma a possibilitar a assistência à saúde e a justiça, entre outras ações, como abertura de

estradas, acesso a educação pública, num cenário de receitas modestas e ausências de verbas federais e aliada a família Chermont que possuía o jornal “O Estado do Pará”, conquistando a simpatia dos bairros periféricos e todos os municípios e vilas do interior.

Para Siqueira (*Idem*), esta estrutura possibilitou um monopólio político ao Partido Liberal (PL), partido criado por Barata e seu grupo, que refletiu nas eleições de 1933-34, na nomeação 7 dos nove deputados federais e 21 dos 30 deputados estaduais da época, pois contava com o apoio de todos os prefeitos municipais nomeados pelo interventor. Porém esta aliança foi interrompida com a dissidência do PL e criação de uma Frente Única contra Barata, do então presidente do partido Abel Chermont, levando Magalhães Barata à derrota. Esta cisão ocasionada pela desconfiança do chefe político, então presidente do partido, devido à criação da concentração Magalhães Barata, que após a vitória de 33, era considerada como uma estrutura paralela ao PL, ocasionou uma postura de oposição que o acompanharia durante toda sua vida pública, dando novos contornos à política paraense.

Na sequência Siqueira (*Idem*) retrata que durante oito anos de 35 a 43 houve a manutenção do PL na gestão do governo do Pará e nas eleições de 1943, Barata como era conhecido, reassume o poder na vigência do Estado Novo e apoiado pela lembrança popular de uma política modernizadora. Retomando o estilo de governar itinerante, mas agora com uma postura conciliadora e até tolerante com seus adversários, Barata busca uma aproximação com a oposição, mas sem sucesso, não atendendo aos apelos do então interventor do estado se mantendo neutro, principalmente em virtude da vigência da ditadura militar do Estado Novo.

Para Siqueira (*Idem*) o fim da segunda guerra mundial e o fim do Estado Novo representou o início de um novo período da política paraense, pois se iniciava como anunciado pelo autor “O Brasil entraria pelos tortuosos caminhos da democracia”. Este período representou a abertura e fragmentação de vários partidos como o Partido Social Democrático (PSD), criado por Magalhães Barata usando a máquina do Estado e os prefeitos por ele nomeados para estruturar o Partido a nível municipal; além da fragmentação da Frente única, coligação opositora a Barata, em vários partidos: Partido Social Progressista (PSP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Trabalhista Renovador (PTN), Partido Socialista Brasileiro (PSB), e União democrática Nacional (UDN).

Com efeito, Siqueira (*Idem*, p.18) explica que “as eleições governamentais de 1947 evidenciaram que a bi-polarização política iniciada em 1930, envolvendo Baratas (PL)

versus anti-Baratistas FUP⁸ permaneceria ativa e se seguiria por todo o período de 1946\64 agora sob a denominação de PSD versus CDP⁹, onde nenhum dos partidos anti-barata jamais aceitou consensualmente fazer coligação eleitoral envolvendo Magalhães barata”.

Com o advento do Golpe de Estado em 1964, Siqueira (*Idem*) explica que os partidos PSD e CDP dão contorno ao bi-partidarismo da ditadura. Inaugura-se assim outra fase na política paraense estabelecendo uma nova configuração na disputa eleitoral, onde os opositores do PSD dariam vida a novos partidos como o MDB, sendo o futuro PMDB, o abrigo de todo o movimento institucional de oposição ao regime militar o que ocasionou na renovação da assembleia legislativa de 1967 e a CDP dá origem a ARENA, PDS, e PPB.

Esta nova conjuntura possibilitou o advento de novos atores no cenário político paraense, conforme esclarece Siqueira (1999, p. 32):

Como estamos vendo, lideranças políticas como Jáder Barbalho, que seria mais tarde deputado federal pelo MDB em 74\78 e 78\82 e Hélio Gueiros (deputado estadual, candidato a vice-governador na chapa de Assunção em 65 pelo PSD e deputado federal eleito em 66 pelo MDB), que são protagonistas centrais da política Paraense de 1982 a 1994, são frutos da influência do PSD do período de 46\64, assim como o partido hegemônico das eleições de 94 e 98 e sua principal expressão o governador Almir Gabriel é gestado nos ventres do governo da ARENA e do PMDB.

A partir da promulgação da carta constitucional de 1988 é gestada a chamada nova república democrática brasileira abrindo novas frentes políticas e lideranças parlamentares. No trabalho em tela, entendemos que esta constituição estabeleceu novos critérios que possibilitaram a retomada da discussão separatista no Estado do Pará. Analisaremos o perfil e potencial político eleitoral das quatro últimas eleições parlamentares, sendo que após este período houveram seis pleitos proporcionais.

Segundo Souza (2010), A Constituição Federal que em seu art. 18, § 3º, prevê que os estados brasileiros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais. Para que este processo ocorra, segundo ainda o art. 18, § 3, torna-se necessário, que seja ouvida a população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e o congresso nacional, por meio de apresentação de lei complementar sobre a matéria, o que veio a acontecer no plebiscito de 2011.

⁸ Frente Única dos Partidos

⁹ CDP: As disputas partidárias no período de 46/64 são caracterizadas pela intensa disputa entre Partido Social Democrático e todos os demais dentro de um amplo espectro ideológico aglutinado em torno da autodenominação – Coligação Democrática Paraense.

3.1. RESULTADOS DO PLEBISCITO

O plebiscito é uma consulta ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. Está previsto no art. 14 da Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Essa lei, entre outras coisas, estabelece que nas questões de relevância nacional e nas previstas no § 3º do art. 18 da Constituição – incorporação, subdivisão ou desmembramento dos estados; o plebiscito é convocado mediante decreto legislativo. As consultas feitas no Estado do Pará trataram da possibilidade de desmembramento dessa unidade federativa e da criação de mais dois estados na região - Carajás e Tapajós; nos termos dos decretos legislativos nº 136/2011.

A eleição ocorreu no dia 11 de dezembro de 2011. Dos 4.848.495 eleitores paraenses, 3.601.849 votaram. A abstenção foi de 25,71%, o que representou a ausência de 1.246.646 eleitores que deixaram de votar nesse dia. A tabela 1 indica o quantitativo de votos do plebiscito.

Tabela 1 - Votos do Plebiscito para a criação do Estado do Carajás e Tapajós

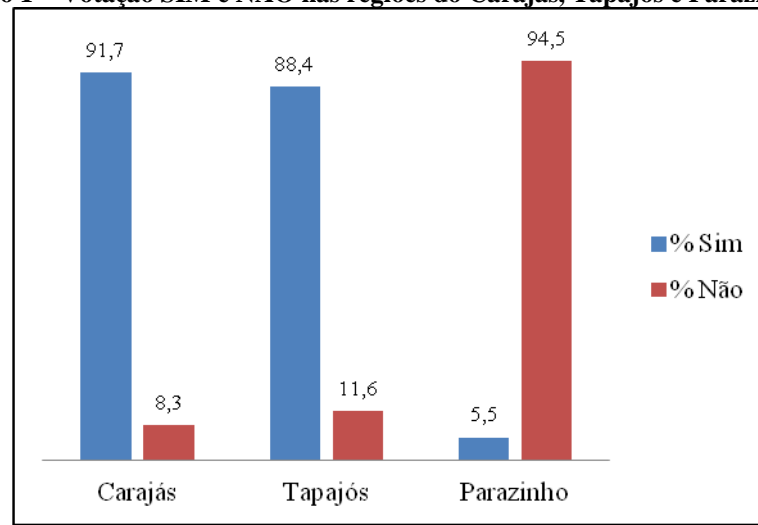
Opções de Votos	Carajás		Tapajós	
	f Votos	%	f Votos	%
Não	2.363.561	65,62	2.344.654	65,10
Sim	1.185.546	32,92	1.203.574	33,42
Nulos	14.895	0,41	17.729	0,49
Branco	37.847	1,05	35.892	1,00
Total de votos	3.601.849	100	3.601.849	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

A primeira pergunta da consulta era relativa a região do Carajás: “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?”. Do total de votos 65,62% disseram NÃO à divisão para a criação dessa nova unidade federativa; apenas 32,92% votaram pelo SIM.

A segunda pergunta da consulta relacionava-se à região do Tapajós: “Você a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?”. 65,10% votaram pelo NÃO; e 33,42% votaram pela criação da nova unidade federativa.

Estendemos o estudo com maior refinamento para saber como se procedeu a votação em cada região. A seguir, no Gráfico 1, apresentamos o resultado, em percentual, da votação para o SIM e NÃO nas regiões do Carajás, Tapajós e Parazinho, conforme a proposta de divisão do Pará.

Gráfico 1 – Votação SIM e NÃO nas regiões do Carajás, Tapajós e Parazinho (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Na região do Carajás, o desejo pela separação é maior, pois 91,7% votaram pelo SIM; enquanto apenas 8,3% votaram pelo NÃO. A votação no município de Marabá, que reivindicava ser a capital do futuro Estado do Carajás, o SIM obteve 92,8% dos votos e apenas 7,2% votaram pelo NÃO.

No Tapajós, 88,4% votaram pelo SIM; e apenas 11,6% votaram pelo NÃO, demonstrando o quanto, internamente na região, o povo manifestava a intenção de separação. A votação na cidade de Santarém, a maior da região que reivindicava ser a capital do futuro estado, 98,2% votaram pelo SIM; e apenas 1,8% votaram pelo NÃO. Ao contrário das regiões emancipacionistas, no Pará remanescente a votação pelo NÃO ultrapassou a 95%, conforme observamos no Gráfico 1.

3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A princípio, com base no referencial teórico metodológico parte-se de um conceito restrito de elites em Mills, que delimita elites segundo sua posição nas instituições: “a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender um ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências”. (MILLS, 1956, p.12). Esta teoria nos ajudou a delimitar em qual estrutura do poder institucional estaria o objeto do trabalho em tela. Desta forma, selecionamos os parlamentares a nível Federal e Estadual do estado do Pará, entendendo que este grupo em si, faz parte de uma elite política.

Utilizamos também Pareto (1958) como base teórica e metodológica para restrição da amostra em nossa análise. Sabendo que para o autor a ideia principal do termo “elite” está

ligada a “superioridade”, este entende que a elite é formada por pessoas que em sua classe possuem os mais altos índices de seus ramos de atividade, ou seja, pessoas selecionadas, escolhidas, dirigentes ou simplesmente as “melhores” (Pareto, *Idem*). Deste modo, este teórico ajuda a delimitar nosso objeto de estudo aos parlamentares mais votados nas regiões.

Ao nos alertar para a existência de dois grupos dentro das elites, Pareto (*Idem*, p. 73) argumenta que “em toda sociedade existem grupos que se constituem como elites, há, porém no interior delas outro grupo que as difere da elite governante a dos não-governantes” e nos ajuda a entender que entre os parlamentares eleitos há outro grupo de maior expressão. Partindo dessa conceituação e aplicando ao nosso estudo, considera-se elite apenas os parlamentares, pois eles assumem posição de destaque no cenário político paraense, expresso em votos. Assim consideramos para pesquisa as posições institucionais eletivas do poder legislativo Federal e Estadual, por considerar que as frentes a favor e contra do plebiscito eram compostas por membros deste poder.

Outro aspecto elucidado por Pareto (*Idem*) e que nos servil de base é o conceito de “circulação de elites”, este se refere ao processo de degeneração e renovação das elites e é expresso pela captação das posições de mando pelos indivíduos através da “hereditariedade”, isto é, por meio da influência política das famílias que controlam os cargos políticos, riqueza e conexões sociais; mas não possuindo formação e habilidades necessárias como a combinação de resíduos para o mando, esses indivíduos ocasionam o processo de degeneração das elites e proporcionam a renovação da mesma (Pareto, *Idem*). Esse processo é dinâmico e podemos verificar que a manutenção do poder depende da qualidade de quem ocupa lugares importantes no interior das elites.

Após estas delimitações vincularam-se estes conceitos ao “método posicional” (PUTNAM, 1976, apud FARIAS FILHO, 2011). Neste sentido, foram delimitados os parlamentares da esfera Federal e Estadual ligados aos segmentos político-representativo do sistema político-institucional paraense constituído pelos parlamentares eleitos nos pleitos de 1998, 2002, 2006 e 2010. Assim sendo, definimos como fonte de nossa pesquisa os dados TSE para os cargos eletivos do poder legislativo Estadual e Federal, por considerar que toda sociedade possui em sua estrutura posições de mando e por ser uma cartografia útil em que nelas podemos identificar as elites.

Diante dessas delimitações buscou-se a posse dos bancos de dados do resultado das eleições proporcionais de deputados federais e estaduais dos anos de 1998, 2002, 2006, e 2010 (ANEXO A, B, C e D). Desta forma, foi possível estabelecer o posicionamento de cada

deputado eleito nas quatro eleições e extrair do banco de dados a distribuição da votação de cada deputado pelas três unidades passíveis de separação: Tapajós, Carajás e Parazinho.

Assim podemos identificar a maior ou menor concentração de votos dos deputados federais e estaduais, juntamente com seus posicionamentos em cada região (ANEXO E). Com essa separação pode-se visualizar ao longo das quatro eleições consecutivas o enraizamento de cada elite que reivindicava a separação e as que eram contra. Para então descobrirmos os reais interesses de cada elite política na luta específica do separatismo. Além do que, com a distribuição da votação dos deputados (estaduais e federais) queríamos analisar de que forma essa elite circula: se em maior intensidade em seus guetos eleitorais autóctones ou se ultrapassam fronteiras. De posse desses grupos posicionados eleitoralmente nas quatro eleições analisadas, cruzamos esses dados com a lista dos deputados que integravam as frentes separatistas.

Para refinar o nosso estudo, no banco de dados buscou-se posicionar os principais deputados (estaduais e federais) agregando seus respectivos partido político e votação em cada eleição, para assim identificarmos na linha do tempo político (quatro eleições) a evolução de sua votação e o enraizamento de outros atores que entraram na arena político-separatista, aferindo a circulação dessa elite ao longo do tempo eleitoral (Gráficos gerados a partir do ANEXO A, B, C e D).

Geramos um ranking e gráficos dos parlamentares das representações, para analisar e observar o perfil e potencial eleitoral dos parlamentares que se destacam em votos obtidos nas quatro últimas eleições nas áreas de Carajás e de Tapajós, regiões que reivindicavam a separação. Assim procedemos nas eleições de 1998; 2002; 2006 e 2010 estabelecer uma lista dos mais votados. Deste modo, identificamos quais atores representam estes “redutos eleitorais”¹⁰, ou seja, quem são esses representantes e quais áreas representam.

Nesta clivagem foram identificadas as representações do Sul/Sudeste e Sudoeste/Oeste do Pará com maior representação em sua região, separando os parlamentares com percentual de representação baixa. Neste sentido, cruzamos com a lista dos parlamentares envolvidos no movimento separatista e somente depois desta clivagem estabelecemos uma lista da “elite separatista atuante”, que assumindo uma posição de poder no sistema político dessas regiões, se destacam dos demais representantes na retomada da discussão separatista, o que refletiu no plebiscito de 2011. Na Imagem 4, pode-se verificar os passos metodológicos utilizados na pesquisa.

¹⁰ Refere-se às circunscrições (distritos eleitorais), que o representante obteve votos, em nosso estudo refere-se a circunscrição dos municípios que compunham os futuros estados de Carajás e tapajós.

Figura 4 – Representação Gráfica Metodológica



Fonte: Elaboração própria.

3.3. RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo sobre a frente que lidera, ou que está à frente do movimento separatista do Estado do Pará, busca entender e responder a alguns questionamentos, a saber: a) Quem participa dessas frentes? Qual o potencial político e eleitoral desse grupo? O que são elites políticas locais, ou se preferirmos “elites políticas separatistas”?

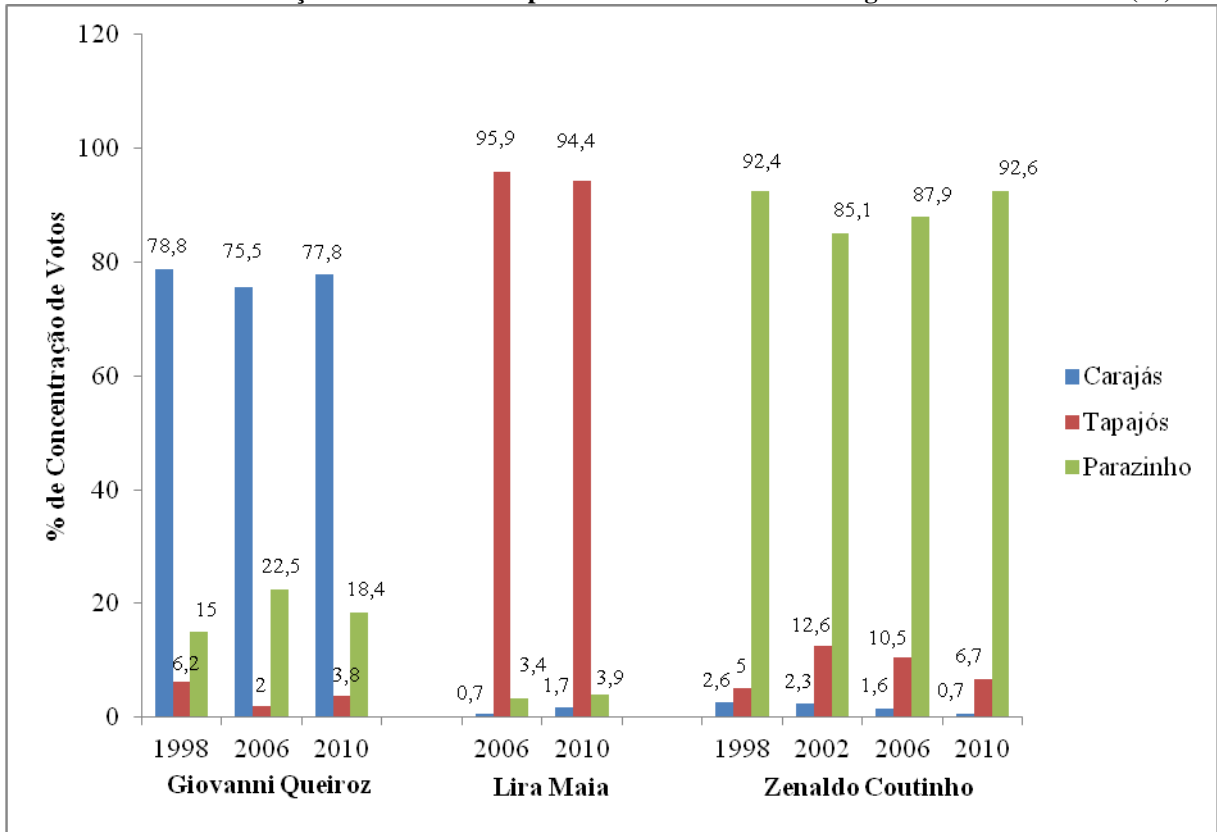
A pesquisa demonstra que o sistema político paraense abre espaço para formação de lideranças políticas e agrupamento de grupos que se relacionam, posicionam e decidem de acordo com suas posições e representações. Neste sentido, “há uma competição voraz” que compromete a identidade, coesão e a disciplina dos partidos, ocasionando uma personificação do candidato e uma maximização do eleitor, devido os partidos não produzirem listas, mas candidaturas individuais múltiplas (TAVARES, 1994).

3.3.1. Análise Geral Regionalizada nas Três Regiões do Pará Dividido: Resultado do *Ranking* das Maiores Representações por Região.

Através da identificação da concentração dos votos nas três regiões estudadas e do ranking de representações constatamos que temos uma lista frequente e crescente da participação dessas lideranças nas quatro eleições parlamentares estudadas (Ver: Gráfico 2).

Deste modo os Deputados Federais Giovanni Queiroz, Lira Maia e Zenaldo Coutinho, encontram-se com um percentual acima de 75% de votos concentrados respectivamente em seus redutos eleitorais, Tapajós, Carajás e Parazinho.

Gráfico 2 - Concentração em Votos dos Deputados Federais nas Três Regiões do Pará Dividido (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Observa-se que estes três representantes possuem uma maior concentração em votos dentro dessas áreas e que estes vinham desenhando um quadro de representação crescente em cada região. Conforme explica Mosca “A base política em Mosca é moral e legal ao mesmo tempo, moral porque há uma validade interna de confiança, respeito e admiração por parte dos comandados [...]. Legal porque as estruturas do Estado garantem esse poder de mando”. (FARIAS FILHO, 2013, p.4). Desta forma, não basta ser considerado elite, ou seja, está na condição de “eleito”, o importante é que as decisões em grupo tenham efeitos sobre os demais grupos, o que demonstra a força e ação política desses parlamentares em suas respectivas regiões.

Percebe-se também pelo Gráfico 02 que os dois deputados federais representantes das frentes separatistas, circulam predominantemente dentro dos seus “guetos” ou circunscrições eleitorais, possuindo, dessa forma, articulações suficientes para reivindicar e liderar a

separação. Da mesma forma observa-se que o deputado Zenaldo Coutinho que liderou a Frente contra a separação, também tem sua votação ao longo das quatro eleições concentrada no Pará remanescente “Parazinho” (Ver: Gráfico 02). Demonstrando credibilidade e tendo respaldo para a defesa da divisão ou separação do Estado do Pará. Sua votação é ínfima no Carajás e no Tapajós ele ainda obtém votos, mas sem grande expressividade, o que o descredencia para qualquer outro posicionamento.

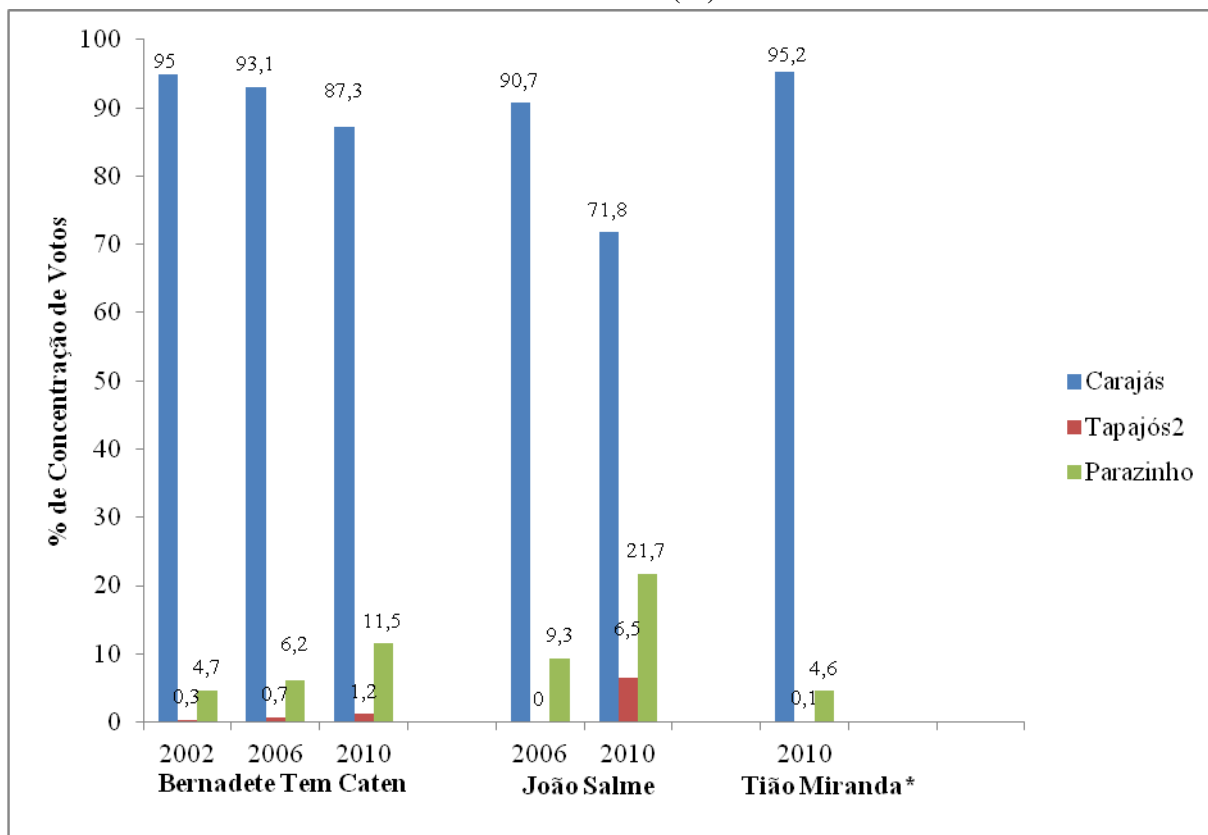
Como é percebida pelos primeiros dados da pesquisa, esta representação parlamentar não se dá de forma homogênea no Estado do Pará podendo ser caracterizada pelo voto concentrado ou regionalizado. Isto é causado pelas regras eleitorais institucionalizadas, como o voto em lista aberta, o voto proporcional, em que o voto torna-se personificado na figura do representante. Estas regras de acordo com Cintra (2006) deveriam representar democraticamente diferentes tendências sociais e políticas da sociedade em determinado território, ou seja, um deputado estadual ou federal deveria representar “todo o estado do Pará em votos e representações”.

Porém o que ocorre de acordo com Mosca (1939) é um acordo “tácito” e “escalonado”, entre essas lideranças em suas regiões, que por conseguinte as difere dos demais e as credenciam como representantes em diversas agendas, seja pela construção de valores, riqueza ou mérito, como observado nos resultados eleitorais dos parlamentares demonstrado na concentração de votos a nível regionais como Giovanni Queiroz, Lira Maia e Zenaldo (Ver: Gráfico 02).

3.3.2. Resultado da Análise dos Deputados Estaduais da Região de CARAJÁS: *Ranking* das Maiores Representações.

Quanto a nível estadual a exemplo dos parlamentares estaduais com votação concentrada em Carajás, temos a representação de votos de João Salame, Tião Miranda e Bernadete Ten Caten apresentada no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região de CARAJÁS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)



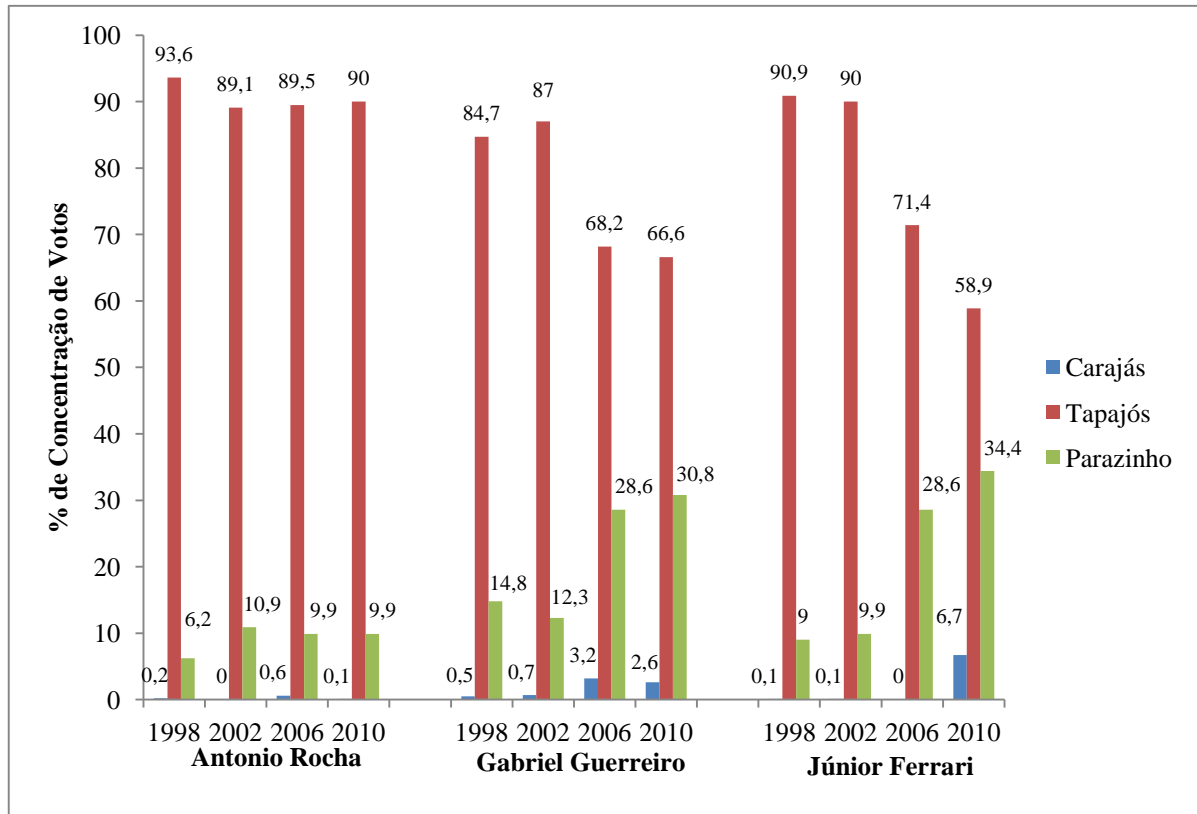
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

*Nota: Tião Miranda foi eleito em 2010

3.3.3. Resultado da Análise dos Deputados Estaduais da Região de TAPAJÓS: *Ranking* das Maiores Representações.

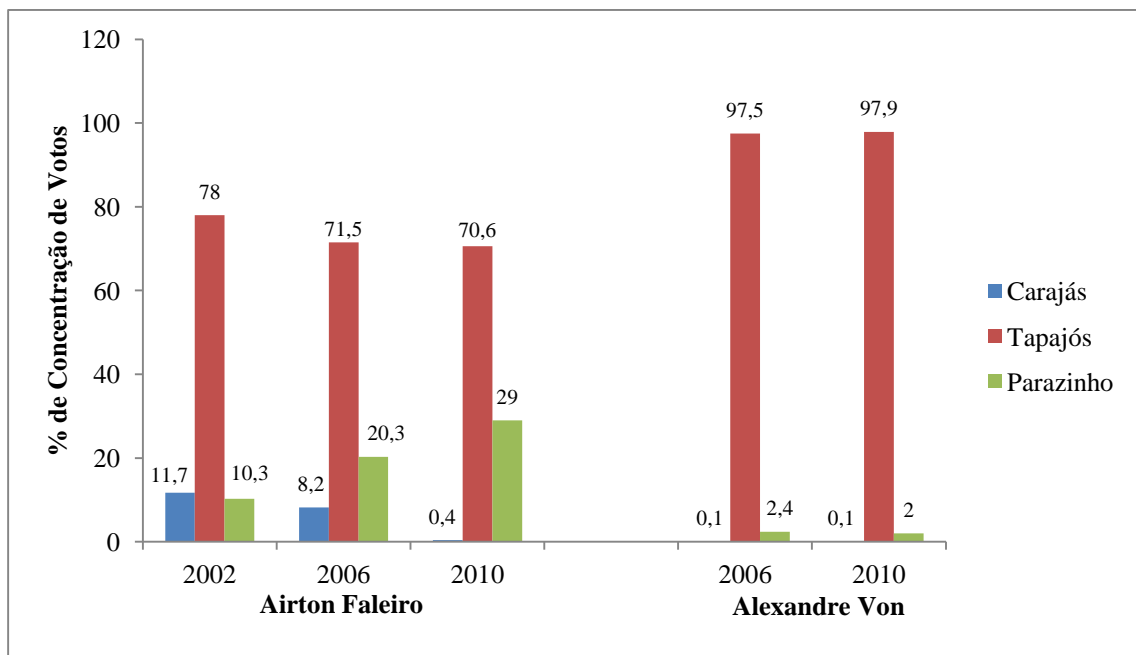
Antônio Rocha, Gabriel Guerreiro, Junior Ferrari, Airton Faleiro e Alexandre Von, os representantes com votos concentrados no Tapajós estão expostos no Gráfico 4 e 5.

Gráfico 4 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Gráfico 5 - Concentração em Votos dos Deputados Estaduais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 2



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

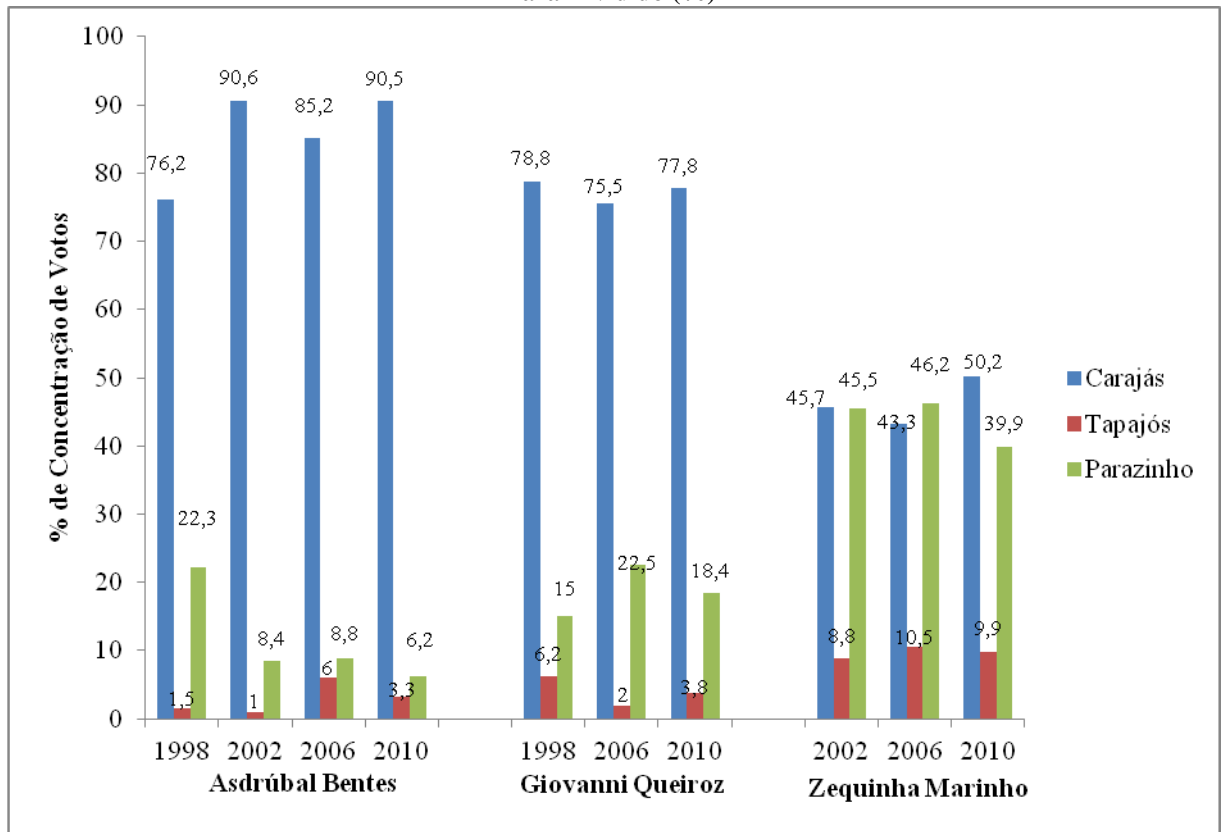
Neste sentido, este o sistema político favorece as lideranças locais ao estabelecer, internamente, um sistema de trocas e favores, além de fortalecer a formação de grupos regionais, criando uma elite política em cada região. Dentro do grupo de parlamentares que exerce mandato a nível Federal e Estadual há diferentes lideranças, que possuem maior poder de decisão e agenda e direcionam a vida pública em suas circunscrições, outros grupos com menor influência conforme esclarece Pareto (1935), ao fazer a classificação de elite-governante (com poder de decisão) e elite-não governante (menor poder de decisão).

Estas lideranças desempenham um papel decisivo para o preenchimento das cadeiras a nível Executivo, Federal e Estadual, elas influenciam, além de serem os principais formuladores de novas alianças na definição de agendas e demandas no sistema político paraense. Neste sentido o próprio sistema político abre espaço para a retomada da discussão e reagrupamento das elites políticas regionais em “as elites separatistas” que se caracterizam por serem grupos coesos, com identidade e interesses específicos,.

3.3.4. Resultado da Análise dos Deputados Federais da Região de CARAJÁS: *Ranking* das Maiores Representações.

Em Carajás as lideranças que mais sobressaem nas listas dos candidatos mais votados são Asdrúbal Bentes, Giovanni Queiros e Zequinha Marinho (Ver: Gráfico 6) que concomitantemente fazem parte da lista da frente separatista de Carajás, neste sentido, é possível relacionar a adesão das principais lideranças políticas de Carajás ao interesse da divisão do estado, que com o poder de agenda e decisão retomaram o sentimento e discussão separatista.

Gráfico 6 - Concentração em Votos dos Deputados Federais da Região de CARAJÁS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

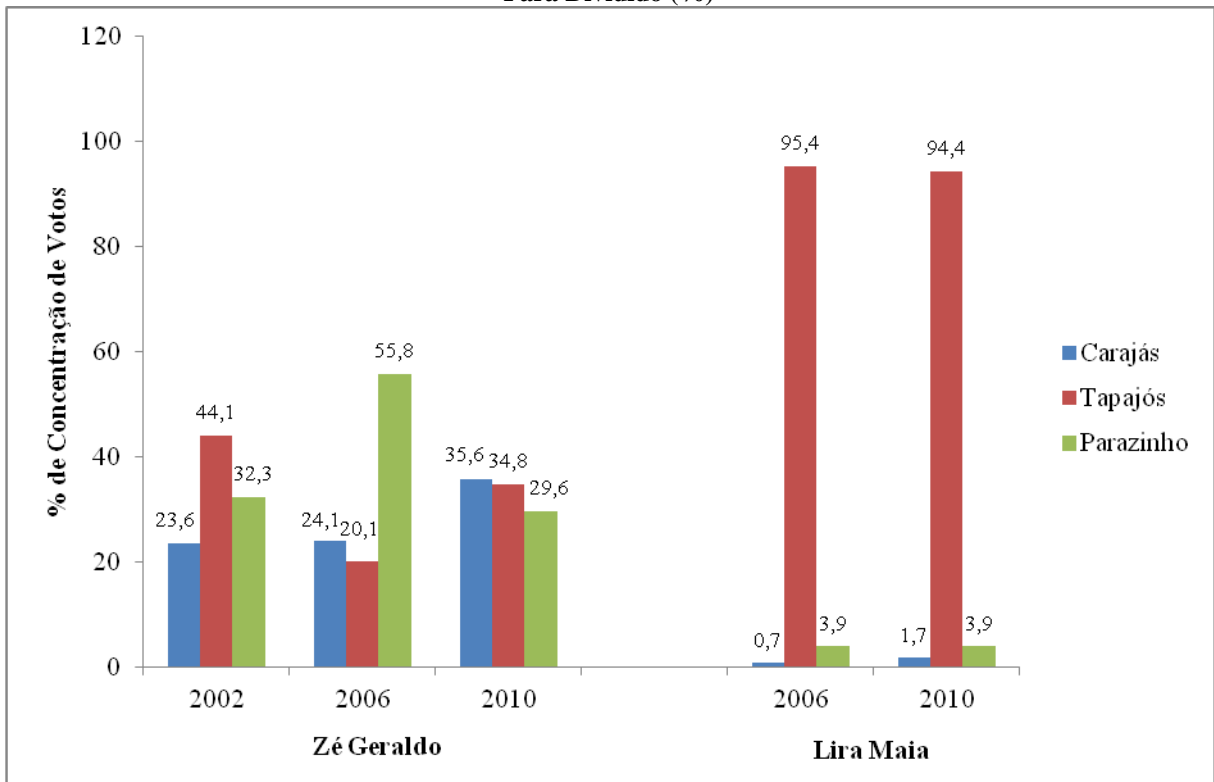
Como se pode observar no Gráfico 06 é grande o poder de concentração de votos dessas lideranças na região de Carajás, o que justifica sua participação política no movimento. Os dados demonstram que a média de votação do parlamentar Giovanni Queiros é de 77% no período selecionado, assim como de Asdrúbal Bentes com 85% e Zequinha Marinho que obteve a média de 46%. Este deputado, pertencente a bancada evangélica e por esta razão, pulveriza seus votos pelas demais regiões onde membros de sua igreja se faz presente, tendo a maior concentração em Carajás e no Pará remanescente “Parazinho”.

3.3.5. Resultado da Análise dos Deputados Federais da Região do TAPAJÓS: *Ranking* das Maiores Representações.

Assim como em Carajás, a região do Tapajós (Ver: Gráfico 7) reflete uma adesão política das principais lideranças ao movimento separatista, também, versus os representantes mais votados encontrado na pesquisa. Demonstra-se também que a retomada da discussão separatista é essencialmente política, visto que as frentes contra e a favor da divisão do Estado do Pará foram formadas somente por “lideranças parlamentares” com grande poder de

representação e concentração de votos em suas respectivas regiões. Percebe-se a ausência de lideranças sociais, empresariais e outras na participação da direção do movimento.

Gráfico 7 - Concentração em Votos dos Deputados Federais da Região do TAPAJÓS nas Três Regiões do Pará Dividido (%)

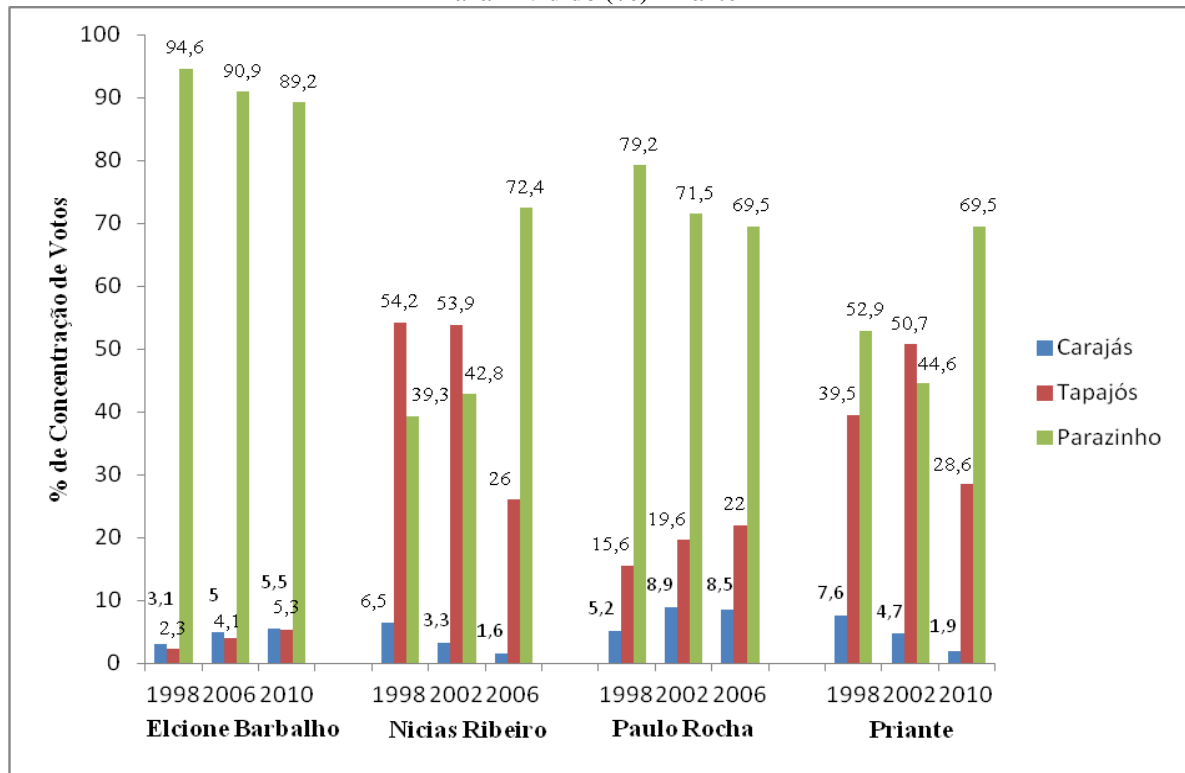


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

3.3.4. Análises de Outros Deputados Federais: *Ranking* dos “em Cima do Muro”

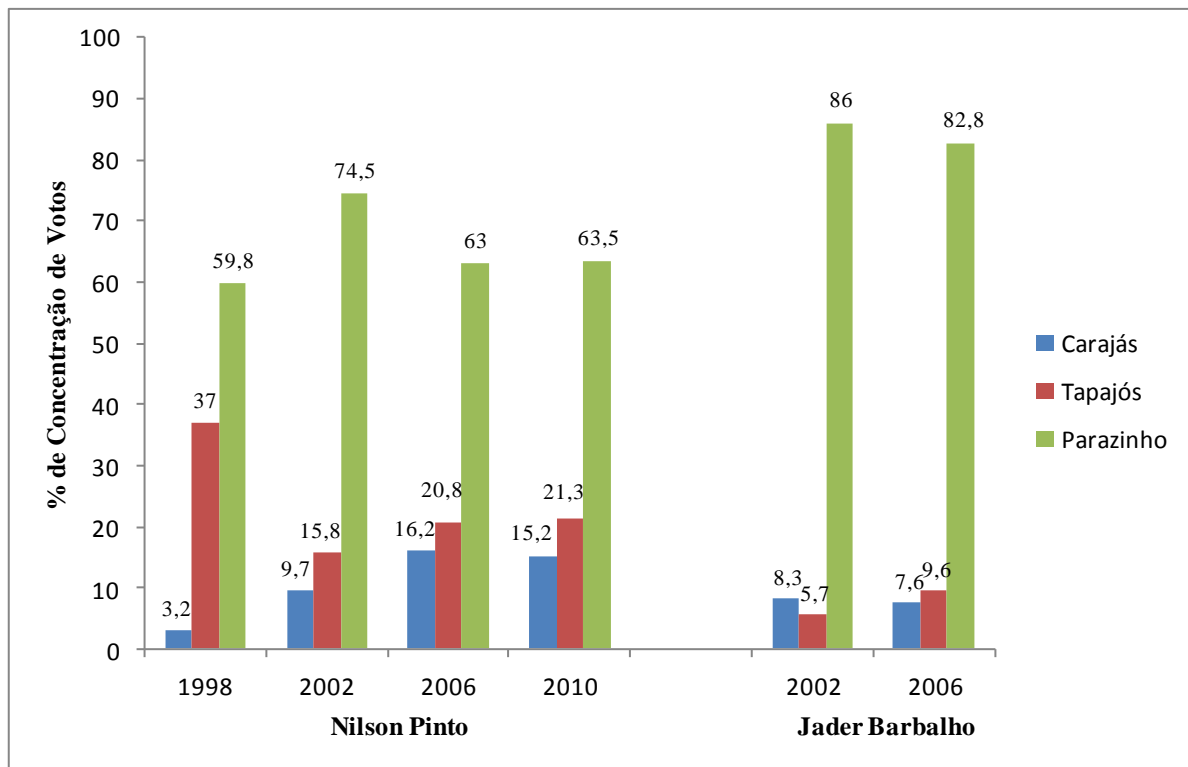
É curioso observar que a concentração de votos nos mostra outra variável a neutralidade, pois lideranças que poderiam ter se posicionado contra ou a favor na discussão e aparecem na pesquisa por possuírem votos significativos nessas regiões, preferiu manter-se “neutro”. Esse é caso dos parlamentares José Priante (PMDB), que obteve a média em Tapajós de 39% dos votos e no “Parazinho” 56%; assim como Nicias Ribeiro (PSDB) com 45% no Tapajós e 51% no Parazinho; Paulo Rocha (PT) com 19% em Tapajós e 74% no “Parazinho”; e por último Nilson Pinto (PSDB), com 24% Tapajós e 65% no “Parazinho”. Apresentamos esses dados com mais detalhes no Gráfico 8 e 9.

Gráfico 8 - Concentração em Votos dos Deputados Federais “em Cima do Muro” nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Gráfico 9 - Concentração em Votos dos Deputados Federais “em Cima do Muro” nas Três Regiões do Pará Dividido (%) – Parte 2



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Ressalte-se os parlamentares do PMDB, especialmente Jader Barbalho e Elcione Barbalho. Apesar dos dois obterem a maior concentração de votos no Pará remanescente “Parazinho”, possuem uma das maiores cadeias de comunicação do Estado do Pará. Jader sempre rechaçou a ideia separatista, só se posicionou no Senado em (2001) a favor do projeto de criação do Estado do Tapajós, do senador Mozarildo Cavalcanti (RR), como forma de se contrapor ao seu adversário Almir Gabriel, mas durante o plebiscito não se viu os Barbalho trabalhando por esta causa; muito pelo contrário, eles fazem parte da elite belenense que era contra a divisão do estado. É bem verdade que os Barbalho abriram algumas brechas para o movimento separatista em seus meios de comunicação, pois não lhes interessava romper com as lideranças do Tapajós e Carajás, tendo em vista às eleições de governador, deputados estadual e federal, e senador de 2014.

Esta “pseudo” neutralidade representa uma estratégia eleitoral de posicionamento político e demonstra também o “interesse político” como determinante para o posicionamento contra ou favor na discussão separatista. O que representaria nas futuras eleições uma resposta nas urnas, visto que o sistema político paraense é personalista, onde a figura do candidato sobrepõe o partido, neste sentido o posicionamento na arena separatista causaria riscos eminentes para o pleito executivo de 2012 e proporcional de 2014.

Prova disso é o resultado do pleito Executivo de 2012, onde três lideranças do movimento se consolidaram em suas regiões, demonstrando que sua estratégia foi correta, pois assumiram o poder dos executivos municipais: Zenaldo (PSDB) contra o movimento separatista (Prefeito de Belém); João Salame (PPS), a favor de Carajás (Prefeito de Marabá); Alexandre Von (PSDB), a favor de Tapajós (Prefeitura de Santarém); e os demais irão ser testados nas urnas de 2014.

3.4. PERFIL E CIRCULAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS DO PARÁ

3.4.1. Elites Políticas de Tapajós

Pareto (1935) nos informa que os rótulos são usados como meios de diferenciação nas sociedades e servem para identificar um lugar adequado nas classes, desta forma, estas pessoas ou grupos circulam internamente na estrutura de poder. “Assim, a elite governante contém rótulos apropriados para cargos políticos de certa relevância – ministros, senadores, deputados, juízes, generais, e assim por diante”(PARETO, 1935, p.73).

A Tabela 2 nos mostra a elite política do Tapajós que foi construída e percebida ao longo das quatro eleições pela maior concentração e crescente votação em cada eleição. Essa

elite circula internamente, criando ramificações e raízes que, ao longo dos anos estudados e vem cada vez mais aumentando sua representação na arena eleitoral dos cargos proporcionais.

Tabela 2 – Elite Política do Tapajós, Votação por Pleito Eleitoral e Partido

Elite Política do Tapajós	Número de Votos por Pleito Eleitoral e Partido por Onde foi Eleito							
	Ano 1998	Partido	Ano 2002	Partido	Ano 2006	Partido	Ano 2010	Partido
Antonio Rocha	12.034	PMDB	29.846	PMDB	29.025	PMDB	28.995	PMDB
Gabriel Guerreiro	15.017	PMDB	18.502	PMDB	22.113	PV	23.541	PV
Jr. Ferrari	8.326	PTB	19.145	PTB	32.934	PTB	43.279	PTB
Ncias Ribeiro	42.243	PSDB	67.093	PSDB	73.308	PSDB	Não se reelegeu	-
Megale	-	-	21.146	PL	49.265	PSDB	40.090	PSDB
Zé Geraldo	-	-	79.262	PT	102.179	PT	119.544	PT
Airton Faleiro	-	-	23.571	PT	25.271	PT	32.893	PT
Josefina	-	-	-	-	26.691	PFL	28.544	PMDB
Lira Maia	-	-	-	-	102.750	PFL	119.549	DEM
Alexandre Von	-	-	-	-	26.096	PSDB	44.837	PSDB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Como se percebe entre os quatro primeiros parlamentares, o parlamentar Antônio Rocha do PMDB é o único que mantém, nas quatro eleições estudadas, sua votação equilibrada e crescente na região do Tapajós. Esse ator político ingressou na vida pública em 1992, pós-processo de abertura democrática, e vem construindo uma carreira sólida em Santarém. Em sua trajetória obteve a maior votação da região do oeste do Pará na Câmara Municipal, dois anos depois em 1994 tornou-se Deputado Estadual mais votado dessa região, sendo reeleito em 1988, 2002, 2006 e 2010 exercendo desta forma quatro mandato. Exerceu também cargos respeitáveis, como Presidente da Comissão de Segurança pública e Presidente do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado.

Gabriel Guerreiro do PMDB, Geólogo e Professor, também se consolidou nesta região como Deputado Estadual em vários períodos, além de Deputado Federal constituinte em 1987-1991 (data da posse 01/02/1987). Assume também respeitáveis posições como Coordenador do Setor de Geografia do Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas da UFPA; Diretor da Companhia Projetos de Geologia e Mineração Ltda (Progeo), Diretor-Presidente da Companhia de Mineração do Pará, Paramenérios, 1991; Além de assumir atividades sindicais em sua região como Vice-Presidente do CREA/PA/AP da primeira região de 1981 à 1982; Presidente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia (Apgam), 1979-1981 e 1981-1983.

Outro parlamentar de destaque é João Júnior Ferrari, conhecido como Junior Ferrari do PSD, Advogado, natural de Oriximiná-PA, atuante declarado da Frente Pró-Tapajós, reeleito com mais de 43 mil votos em seu terceiro mandato como Deputado Estadual, fez parte da mesa diretora ocupando a 1º cadeira de vice-presidente do poder e titular das comissões mais importantes da ALEPA, a de Justiça e Finanças.

Nicias Ribeiro do PSDB é professor e engenheiro eletrônico, oriundo do MDB em 1968-1981, passando para o PMDB em 1981-1996 e por fim PSDB em 1997. Licenciou-se várias vezes do seu cargo para tratamento médico, assumiu vários cargos públicos como Vereador de Belém pelo MDB em 1977 a 1979, Deputado estadual pelo MDB 1979-1987, Deputado Estadual pelo PMDB 1983- 1987, entre outros, apesar da ascensão não obteve votos suficientes em 2010 para se reeleger deputado federal.

Além dessas elites políticas surgiram na região outras lideranças que se destacam no âmbito parlamentar e que também já tinham ramificações em outras áreas políticas, como por exemplo, o deputado federal Joaquim de Lira Maia. Este parlamentar aparece e figura no cenário Tapajônica a partir de 2006 com votação expressiva, tanto na primeira eleição, quanto na reeleição em 2010, porém vem construindo sua carreira desde anos anteriores.

Lira Maia, que é natural de Santarém, engenheiro agrônomo já foi do PFL em 1993-2003, PMDB entre 2003-2005, PFL em 2005-2007 e atualmente é do DEM, foi secretário de agricultura no município de Santarém; passando em seguida a secretário de Agricultura do Estado do Pará no Governo Hélio Gueiros, o que lhe credenciou a eleger-se deputado estadual pela região.

O deputado Lira Maia elegeu-se também prefeito de Santarém por dois mandatos em 1997-2000 e 2001-2004. Porém, não conseguiu eleger seu sucessor, Alexandre Von, mas nas eleições proporcionais subsequentes elegeu-se duas vezes deputado federal.

O enraizamento dos Maia na região perpassou pelo fortalecimento de seu grupo elitista à medida em que ajudou a eleger seu aliado, o deputado estadual Alexandre Von e emplacando o vice na chapa de sua irmã; além de eleger seu sobrinho à Câmara de Vereadores de Santarém.

O prefeito de Santarém, eleito em 2012, Alexandre Von é Economista, foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santarém entre 1989-1990, Secretário Municipal de Santarém entre 1993-1996, Vice-Prefeito por dois mandatos de Santarém. Alexandre Von pertence a essa elite política tapajônica que defende o separatismo, ele construiu sua história política ao longo dos anos, sendo vereador em Santarém, vice-prefeito de Rui Correa; depois, com a eleição de Lira Maia prefeito, foi vice também por duas legislações, o que lhe rendeu

capital político para eleger-se deputado estadual por dois mandatos. Como podemos perceber, essas elites políticas circulam em seus próprios guetos ao longo dos anos, criando raízes, solidificando-se e ramificando-se à posteridade assim como outros parlamentares citados na Tabela 2.

3.5.2. Elites Políticas de Carajás

Na região do Carajás, os deputados Tetê Santos, Adrúbal Bentes e Giovanni Queiroz já possuem um histórico de eleição e reeleição, também percebemos o surgimento de nomes como Bernadete Caten, Zequinha Marinho e Tião Miranda ao longo do tempo, que irão formar a recente elite política dessa região. Para exemplificar essa atual elite, temos como um dos principais expoentes do separatismo o deputado estadual João Salame, que entrou na carreira política em 2006, assumindo cargo parlamentar nesta região, e reelegeu-se em 2010. A Tabela 3 apresenta os indivíduos que integram a elite política do Carajás e suas respectivas votação.

Tabela 3 – Elite Política do Carajás, Votação por Pleito Eleitoral e Partido

Elite Política do Carajás	Número de Votos por Pleito Eleitoral e Partido por Onde foi Eleito							
	Ano 1998	Partido	Ano 2002	Partido	Ano 2006	Partido	Ano 2010	Partido
Tetê Santos	15.130	PSDB	25.516	PSDB	32.809	PSDB	23.975	PSDB
Adrúbal Bentes	26.206	PMDB	42.280	PMDB	42.738	PMDB	87.681	PMDB
Giovanni Queiroz	31.748	PDT	-	-	52.860	PDT	93.461	PDT
Bernadeth	-	-	17.737	PT	36.202	PT	33.736	PT
Zequinha Marinho	-	-	76.177	PSC	91.577	PSC	147.615	PSC
Wandekolk	-	-	-	-	94.879	PSDB	68.547	PSDB
João Salame	-	-	-	-	15.300	PPS	22.127	PPS
Tião Miranda	-	-	-	-	-	-	41.193	PTB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

João Salame é natural de Marabá, jornalista, atuou a maior parte do tempo em Goiás onde se formou, aos 21 anos foi convidado pelo Governador de Goiás, Rezende, para assumir o cargo de Secretário de Comunicação da Primeira-dama do estado, Íris de Araújo. Na década de 1980 foi duas vezes diretor do Diretório central de estudantes, além de Diretor sindical dos Jornalistas de Goiás em 1985. Em 1993 assumiu a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Marabá, iniciando sua carreira nesta região e ainda nesta gestão assumiu o cargo de Gerente regional da Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (AMAT); foi também secretário de planejamento no governo de Geraldo Veloso; e hoje é o atual Prefeito de Marabá.

Na assembleia legislativa do Pará, seu partido PPS era da base política do governador Simão Jatene. Com o advento do plebiscito, Salame posicionou-se pela separação do Estado, isto fez-lhe romper com o Governo de Simão Jatene, assumindo a causa separatista e surgindo assim como a principal liderança político-separatista do sul/sudeste do Pará. Em 2012 esse seu posicionamento veio render-lhe dividendos político-eleitorais nas eleições para prefeito de Marabá. Ao candidatar-se derrotou seu antigo aliado, o também deputado estadual Sebastião Miranda (PTB). Este aliado do Governador Simão Jatene que durante a campanha do plebiscito mostrou-se “em cima do muro”, causando-lhe sua derrota.

Giovanni Queiroz do PDT é médico, agropecuarista, natural de Minas Gerais está em seu quinto mandato parlamentar é uma figura proeminente em relação às propostas de reorganização territorial. Na década de 1970 mudou-se para o Sul do Pará, onde tornou-se um grande agropecuarista, neste período filia-se ao partido ARENA e em 1982 filia-se ao PDT; em 1987 torna-se deputado estadual, participando da constituinte estadual, permanecendo até 1991.

Em 1990, elege-se Deputado Federal, ganhando destaque como pioneiro e fundador de muitos municípios, entre eles Redenção, Rio Maria e Xinguara. Colocou em pauta a criação do Estado de Carajás, além de defender a criação de outros estados como Tapajós e o Maranhão do Sul. Reelege-se como deputado outras duas vezes, permanecendo na função de 1991 à 2003; em 2006 retorna a vida política como deputado federal, assumindo em 2007 e reelege-se em 2010 para o segundo mandato consecutivo, o quinto desde então.

Asdrubal Bentes do PMDB é uma figura elitista dessa região e mantém sua carreira sólida nas principais estruturas do estado. Ele é advogado e servidor público, natural de Humaitá do Amazonas, participou do partido ARENA no período de 1976-1979 e a partir da década de 1980 filia-se ao PMDB; foi Prefeito de Salinópolis 1983-1985 e está no seu quarto mandato.

Bernadete Ten Caten do PT, nasceu em Natal de Santa Rosa - RS, é oriunda de movimentos sociais como Sindicato dos Professores (SINTEPP) e PT, foi secretária de Educação em Marabá e em Nova Ipixuna foi vereadora 1997-2000; Superintendente do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária no Sul e Sudeste do Pará; Tendo posição de destaque no cenário parlamentar em 2006, quando foi eleita deputada estadual e se reelegendo em 2010.

Tião Miranda, engenheiro florestal e natural de Marabá, é também uma figura relativamente nova no cenário parlamentar em Carajás. Iniciou sua carreira em 2002 com o

falecimento do Prefeito de Marabá Geraldo Veloso, esta eventualidade lhe rendeu notoriedade e reconhecimento nesta região, o que lhe habilitou ao cargo de deputado estadual em 2010.

Zequinha Marinho é Pedagogo e natural de Tocantins. Figura recente no plano parlamentar conseguiu eleger-se deputado federal em 2006, e reelege-se em 2010, porém já figurava nas principais instituições de sua região como Presidente do Diretório Municipal do PDT, Vice-Presidente do diretório Regional do PDT, deputado estadual, representante das frentes evangélicas no congresso nacional.

3.5.3. Elites Políticas do Pará Remanescente ou “Parazinho”

No Pará remanescente “Parazinho”, o principal expoente do Não Separatismo é o deputado federal Zenaldo Coutinho que consolidou-se nesta região também depois do plebiscito. Como pode-se ver na Tabela 4 (abaixo), Zenaldo tem sua maior concentração de votos nas quatro eleições no Parazinho ou Pará remanescente, o que lhe credenciou a ser uma das lideranças do movimento Não Separatista. Essa exposição de Zenaldo trouxe-lhe dividendos políticos satisfatórios, elegendo-se prefeito de Belém em 2012.

Tabela 4 – Elite Política do Parazinho, Votação por Pleito Eleitoral e Partido

Elite Política do P	Número de Votos por Pleito Eleitoral e Partido por Onde foi Eleito							
	Ano 1998	Partido	Ano 2002	Partido	Ano 2006	Partido	Ano 2010	Partido
Zenaldo Coutinho	49413	PSDB	85041	PSDB	141368	PSDB	154265	PSDB
Ana Cunha	-	-	35449	PMDB	47468	PSDB	35336	PSDB
Paulo Rocha	58439	PT	130974	PT	117275	PT	-	-
Elcione Barbalho	88840	PMDB	-	-	114465	PMDB	209635	PMDB
Jader Barbalho	-	-	344018	PMDB	311526	PMDB	-	-
Celso Sabino	-	-	-	-	-	-	19140	PR

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

De modo geral, verificamos que a consolidação de lideranças parlamentares em todas as regiões estudadas está ligada ao equilíbrio social, que estabelecem uma relação lógica entre meios e fins, delimitando a estrutura do poder local, ou seja, conforme afirma Pareto (1935), o fruto da desigualdade social, não está diretamente relacionado a determinantes sociais, econômicas e ou políticas, mas na distribuição desigual dos resíduos necessários para o exercício do comando, e esta elite se consolida assumindo os principais postos de poder desta região. Desta forma, a discussão separatista é uma agenda “lógica” dessas lideranças, que buscam a manutenção e permanência no poder já que estas “não conseguem ultrapassar esses limites na sua atuação política”, onde circulam de forma dinâmica baseados em valores,

crenças e principalmente hereditariedade. Esta Afirmativa pode ser aferida quando se relacionam as listas das frentes separatistas de Carajás e Tapajós ver (Anexo E), com os resultados de concentração em votos dessas lideranças (Anexo A, B, C e D), onde as principais lideranças desses movimentos figuram como maiores lideranças dessas regiões que assumiram ou assumem postos importantes na estrutura do poder local.

CONCLUSÃO

Uma vez investigadas as frentes mobilizadoras do movimento separatista do Estado do Pará com o intuito de identificar este grupo, delimitar seu perfil e posição frente à política paraense. Verificou-se que seu entendimento perpassa pela necessidade da compreensão da história de delimitação de fronteiras no Brasil, pelo processo de ocupação e desenvolvimento econômico dessas regiões, na busca por unidade e ocupação, além do entendimento da abertura política, criando uma nova república democrática, ocorrida a partir de 1988 no sistema político paraense. Esses fatos nos levam a entender a importância posicional desses representantes.

Averiguou-se que o processo histórico brasileiro de ocupação e desenvolvimento do país é o nascedouro dos ensejos separatistas, visto que provoca ao longo do tempo o enfraquecimento do sentimento de pertencimento nacional ou regional, gerando o sentimento de “hostilidade” em algumas regiões ou “pertencimento” entre outras. Este processo está ligado à formação e construção geográfica e geopolítica do Brasil que são reflexos das bases coloniais. Porém, o enraizamento de “não pertencimento” em algumas regiões está embasado no modelo de ocupação econômica e territorial, promovidos por políticas de ocupação e investimentos econômicos concentrados em regiões mais ricas, como o Sudeste do país, em detrimento de outras regiões como o norte e nordeste, o que geram novas fronteiras econômicas e sociais.

Quando recriamos estas delimitações ao norte do estado, nos leva a refletir no segundo capítulo sobre a história e argumentos em torno do separatismo e compreendem-se, superficialmente, as justificativas e o nascimento das propostas separatistas que embasam o discurso de emancipação. Como exemplo temos a vasta extensão territorial que prejudica e afasta o desenvolvimento e administração regional, o sentimento de exclusão de políticas públicas, entre outras, que são justificativas de natureza psicológica para não se sentirem paraenses. Porém é importante ressaltar que estes problemas econômicos e sociais não são exclusivos dessas regiões, o que nos leva a concluir que as origens dos ensejos separatistas estão nos problemas reais dessas regiões, mas a ação mobilizadora está na “ação das elites que encontra nessas regiões espaço de sua luta” (Dutra, 1997, p.24), uma arena fértil para convencer os grupos sociais para a criação de novos estados.

Esta historiografia nos possibilitou compreender parcialmente nossa hipótese que a proposta separatista do Estado do Pará é fruto da circulação e mudança no perfil dessas Elites Políticas, nas regiões do Oeste e Sudeste do Pará. Isso se deu quando consideramos que estes

problemas são frutos do regionalismo, onde os ativistas de movimentos sociais fortalecem esse sentimento ao acreditarem que somente com a autonomia desta região será possível resolver “problemas reais” e de “características específicas” dessas regiões.

No caso de Tapajós, Problemas como a ausência de políticas públicas efetivadas pelo governo do Estado do Pará, além do distanciamento econômico, político e cultural que aproxima seu maior município, Santarém, de outro estado, Manaus. Com este fato verificamos o estreitamento econômico e cultural que acentua um sentimento de abandono e a sensação de “não pertencimento” ao estado do Pará.

Diferentemente no Sul do Pará, onde os problemas estão ligados ao processo de ocupação e desenvolvimento ocorrido no país, principalmente pela influência do Governo Federal que elevou o “interesse” por parte de grandes grupos brasileiros nas riquezas, jazidas e subsolo da Amazônia, alinhados com a criação da SUDAM em 1964, e do Banco da Amazônia que viabilizou a forma de ocupação territorial e as relações do mercado nacional e internacional. Além destes fatos, a descoberta de jazidas em Marabá ocasionou uma intensa migração de diversas partes do Brasil acentuando o sentimento de “não pertencimento” e “hostilidade” que caracterizam estes municípios.

Conclui-se que aliada a esta histografia houve uma ascensão dos representantes desses movimentos econômicos e sociais que assumiram a responsabilidade de governo no decorrer dos tempos, alicerçados a abertura democrática pós-ditadura militar, formaram terrenos férteis para a criação de elites políticas regionais que justificam a “ação política” dessas representações.

Através do resultado da pesquisa, nas quatro eleições parlamentares, observa-se que há uma relação intrínseca entre concentração de votos e representações dessas frentes, existindo o acordo “tácito” entre as elites políticas locais em relação à retomada do movimento separatista no Pará. Essas elites políticas circulam e recriam raízes em suas próprias circunscrições políticas, “respeitando” as fronteiras políticas das outras elites. Desta forma essa elite política cria um sistema de trocas e favores para manutenção do poder, criando ramificações nas esferas das câmaras municipais, das assembleias legislativas e prefeituras municipais, fortalecendo grupos, pessoas e famílias, fato verificado na análise posicional dessas lideranças.

A partir destes fatos a justificativa real para a retomada do movimento separatista no estado do Pará é a necessidade política de criarem o seus próprios territórios, onde possam ramificar-se a outras esferas de poder Executivo. Estas elites possuem poucas ou quase

nenhuma participação no comando central do poder no Pará, demonstra-se com isso que seu capital político tem apenas alcance na arena parlamentar regionalizada.

A pesquisa também demonstrou que o posicionamento das lideranças políticas “contra” ou “a favor” da criação das duas novas unidades federativas são estratégias eleitorais e de posicionamento político. O posicionamento “contra” ou “favor” dessas representações representa em futuras eleições uma resposta às urnas para o executivo municipal de 2012 e proporcional de 2014, assim consolidam o capital político de seus representantes.

Observa-se que esta estratégia foi positiva, pois nas eleições de 2012, o deputado federal Zenaldo Coutinho (PSDB), que liderou a frente da “Não Separação”, elegeu-se prefeito de Belém; o deputado estadual João Salame (PPS), líder do movimento a favor do Carajás, elegeu-se prefeito de Marabá; Além de Alexandre Von (PSDB), a favor do projeto de Tapajós, elegeu-se prefeito de Santarém. Os demais serão testados nas urnas nas eleições do poder executivo e proporcionais de 2014.

Como percebemos, a exposição assumida “contra” ou “a favor” consolida a liderança em seu território, corroborando com o acordo “tácito” existente. Nesse sentido, infere-se que apesar do resultado do plebiscito não ter sido validado a discussão não acabou, pois ela é mobiliza “interesses” políticos regionais. O Pará pós-plebiscito continua explicitamente “mais” dividido politicamente e esta afirmativa poderá ser testada em futuros trabalhos empíricos sobre os resultados das eleições pós-plebiscito.

REFERÊNCIAS

- ANASTACIA, Fátima; NUNES, Felipe. A reforma da Representação. In *Reforma Política do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp. 17-33.
- ANDRADE, Manoel Correa de. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU); Bauru – SP: Editora do Sagrado Coração (EDUSC), 1999.
- ARRETCHE, Marta. “Método de Constituição das Instâncias Decisórias”. In _____ *Reforma Política do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp. 123-127.
- BEZERRA, Gregório. Argumentos a favor da divisão. *Informativo Dom Eliseu*. Belém. 2011. Disponível em: <<http://ajudardomeliseu.blogspot.com/2011/11/argumentos-favor-da-divisao.html>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- BOTTINELLI, Eduardo. Las carreras políticas de los senadores en Uruguay: ¿cambios o continuidades ante el triunfo de la izquierda?. In: *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 29-43, jun. 2008.
- BOUERI, Rogério. Custos de Funcionamento das Unidades Federativas Brasileiras e suas Implicações sobre a Criação de Novos Estados. *Texto para discussão 1367*. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov/sites/000/2/tds/TD_1367.pdf>. Acessado em 08 de outubro de 2011.
- BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 29-43, jun. 2008.
- CANTO, Otávio do. Divisão do Estado do Pará: contribuições ao debate. In *Revista de Estudos Paraenses*. Belém: IDESP, v.11, n.2, PT. B. p. 85-166, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. *Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. Desconstruindo a divisão. Belém, 2011. *Blog Hupomenemata*. Disponível em: <<http://humnemata.blogspot.com/2011/09-material-sobre-divisao-do-para.html>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.
- _____. Os quatro custos de dividir territorialmente o Pará. Belém, 2001. *Blog Hupomenemata*. Disponível em: <<http://hupomnemata.blogspot.com/p/sobre-mim.html>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.

CERQUEIRA, Wagner. O processo de divisão regional do território brasileiro. *Mundo Educação*, 2012. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/o-processo-divisao-regional-territorio-brasileiro.htm>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.

CINTRA, Antônio Octávio. “Sistema Eleitoral”. In *Reforma Política do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp. 128-132.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 29-43, jun. 2008.

_____. *Agenda de Pesquisa e o Campo Profissional da Ciência Política Brasileira Hoje*. Departamento de Ciências Sociais Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2010.

CONCEIÇÃO. Divisão regional do Brasil. Santa Catarina, 2010. *Blog Geoconceição*. Disponível em: <<http://geoconceicao.blogspot.com/2010/04/divisao-regional-do-brasil.html>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.

COTRIM, Gilberto. *História Geral – Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2005.

DUTRA, Manuel. *O Pará dividido: discurso e construção do estado de Tapajós*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. *Elites locais nos municípios paraenses: que são e qual a sua visão do mundo? Relatório de pesquisa*. UFPA/NAEA – FADESP – SEDECT. Belém: Pará, 2013.

_____. Elites Políticas Regionais: Contornos Teórico- Metodológicos para Identificação de Grupos Políticos. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. – v. 26 n° 77. Out.2011.

_____. Mapeamento de Elites políticas em regiões Amazônicas. In: *Psicologia Política*. v. 11. n° 21. pp. 29-44. jan./jun. 2011.

GRILL, Igor. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008.

HOLLANDA, Cristina Albuquerque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KELLER, Suzanne. *O Destino das Elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel. *As elites revolucionárias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Herbert Toledo. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estado no Brasil. In *Caderno CRH*. Salvador, n.35, pp. 263-288, jul./dez.2001.

MESSEMBERG, Débora. A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). In *Sociedade e Estado*. Brasília, vol.22, nº 2, 2007, pp.309-370.

_____. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008.

_____. *A Elite Parlamentar do pós-constituinte: Atores e Práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Classe*. Mc Graw Hill Book Company, inc., (1939). Tradução: Alice Ranchel, ZAHAR Editores, Rio de Janeiro.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Sobre história de uma Província do Norte: o estado de tranqüilidade e ordem na Província do Amazonas: notas sobre a sina do desenvolvimento. *Editorial: história e-história*. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=114>>. Acessado em 08 de outubro de 2011.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento Político, Competência Técnica e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008

PALHETA DA SILVA, J. M. Território e Mineração na Amazônia Paraense. In: *12 Encuentro de Geógrafos de la América Latina*. Montevideo. Caminando en una América Latina em Transfromación. Universidad de la República: Universidad de la República. v. 01. p. 1-12, 2009.

PARETO, Vilfredo. *The Mind And Society*. Tradução de A. Bongiorno e A. Livingston. Ed. Artur Livingston, quatro volumes (Nova York: Harcourt, Brace e Company, 1935), pp. 1419-1432, 1512-1527, Comentários ao texto por Arthur Livinston. Tradução: Alice Rangel.

PERISSINOTTO, Renato M; CODATO, Adriano. Dossiê “elites políticas”. In: *Revista de Sociologia e Política*. v. 16, nº. 30: 7-15, jun. 2008.

_____. *As elites políticas questões de teoria e método*. Curitiba: Ibplex, 2009.

PETITI, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado de Pará pós-64*. Belém: PAKA-TATU, 2003.

PIRES, Geovana Raiol; COELHO, Andréa dos Santos. Divisão do estado do Pará: subsídios para reflexão. In *Revista de Estudos Paraenses*. Belém: IDESP, 2008. V.11, N.2, PT. B.p.85-166, 2008.

PUTNAN, Robert D. Studying Elite Political Culture: The Case of “Ideology”. In. *The American Political Science Review*. Vol. 65, No. 3, Sep., 1971.

ROBERT MICHELS. A lei de ferro da oligarquia. Texto extraído de Robert Michels, *Political Parties* (Grencoe: The Free Press, 1958), pp. 361/372, 381/392 e 393/409. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro.

SANTOS, André Marengo dos; ROS, Luciano Da. Caminhos que levam à corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do poder judiciário brasileiro (1829-2006). In *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008.

SANTOS, Fabiano. A Reforma do Poder Legislativo no Brasil. In: *Editorial Plenarium*. 2003, pp 26-40.

SIQUEIRA, Edir Veiga. *Formato e Evolução do Sistema Partidário-Parlamentar Paraense: 1945/1998*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; LOPES, Maria Lúcia Bahia; BENTES, Elizabeth dos Santos. A secessão nortista: aspectos socioeconômicos da redivisão territorial no estado do Pará. In *Amazônia: Cia & Desenvolvimento*. Belém, n.9, jul./dez 2009.

_____. *Redivisão Territorial no Estado do Pará: motivações políticas e impactos econômicos e sociais*. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão Relatório de Pesquisa - UNAMA: Belém – Pará, 2010.

TAVARES, José Antonio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013.

**ANEXO A – DEPUTADOS FEDERAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO,
SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS
(1998, 2002, 2006 e 2010)**

Eleição 1998 - Região do Carajás - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
2	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	25035
9	Raimundo José Pereira dos Santos	PFL	Eleito	8392
10	Valdir Ganzer	PT	Eleito	7954
11	Victor Pires Franco Neto	PFL	Eleito	5032
12	Jose Benito Priante Junior	PMDB	Eleito	4592
14	Paulo Roberto Galvão da Rocha	PT	Eleito	3011
16	Nicias Lopes Ribeiro	PSDB	Eleito	2742
17	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	2736
20	Anivaldo Juvenil Vale	PSDB	Eleito	2079
25	Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior	PSDB	Eleito	1281
27	Josué Bengtson	PTB	Eleito	944
28	Gerson dos Santos Peres	PPB	Eleito	847
61	Jorge Neto da Costa	PMDB	Eleito	48

Eleição 2002 - Região do Carajás - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
2	José da Cruz Marinho	90	Eleito	34777
3	Ann Clélia de Barros Pontes	3	Eleito	34755
7	Jader Fontenelle Barbalho	170	Eleito	28520
9	Jose Geraldo Torres da Silva	721	Eleito	18727
10	Paulo Roberto Galvao da Rocha	2	Eleito	11694
11	Anivaldo Juvenil Vale	468	Eleito	11076
12	Raimundo José Pereira dos Santos	12	Eleito	9589
13	Nilson Pinto de Oliveira	8	Eleito	9134
17	Josué Bengtson	28	Eleito	6753
20	Jose Benito Priante Junior	5	Eleito	4499
21	Victor Pires Franco Neto	40	Eleito	4313
26	Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior	20	Eleito	1974
39	Wladimir Afonso da Costa Rabelo	1	Eleito	344

Eleição 2006 - Região Do Carajás - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	39914
6	Jose Geraldo Torres Da Silva	PT	Eleito	24590
7	Jader Fontenelle Barbalho	PMDB	Eleito	23795
10	Gerson dos Santos Peres	PP	Eleito	10.553
11	Jose Roberto Oliveira Faro	PT	Eleito	8851
14	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	5753
15	Nilson Pinto de Oliveira	PSDB	Eleito	4870
22	Lúcio Dutra Vale	PMDB	Eleito	1393

Eleição 2010 - Região do Carajás - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Asdrubal Mendes Bentes	PMDB	Eleito	82372
2	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	74844
3	Jose da Cruz Marinho	PSC	Eleito	74134
4	Jose Geraldo Torres da Silva	PT	Eleito	48568
7	Claudio Alberto Castelo Branco Puty	PT	Eleito	23843
8	Nilson Pinto de Oliveira	PSDB	Eleito	21069
9	Wladimir Afonso da Costa Rabelo	PMDB	Eleito	18278
11	Jose Roberto de Oliveira Faro	PT	Eleito	16567
12	Esmerino Neri Batista Filho	PT	Eleito	15496
13	Lucio Dutra Vale	PR	Eleito	12253
14	Arnaldo Jordy Figueiredo	PPS	Eleito	11146
16	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	10882
21	Joaquim de Lira Maia	DEM	Eleito	4553
26	Jose Benito Priante Junior	PMDB	Eleito	3513
27	Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior	PSDB	Eleito	3512

**ANEXO B – DEPUTADOS FEDERAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO,
SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO TAPAJÓS
(1998, 2002, 2006 e 2010)**

Eleição 1998 - Região do Tapajós - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
2	Jose Benito Priante Junior	PMDB	Eleito	23687
3	Nicias Lopes Ribeiro	PSDB	Eleito	22897
8	Valdir Ganzer	PT	Eleito	9860
9	Paulo Roberto Galvão da Rocha	PT	Eleito	9145
10	Anivaldo Juvenil Vale	PSDB	Eleito	8112
12	Raimundo José Pereira dos Santos	PFL	Eleito	6587
15	Gerson dos Santos Peres	PPB	Eleito	4306
18	Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior	PSDB	Eleito	2.462
21	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	2061
22	Victor Pires Franco Neto	PFL	Eleito	2015
23	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	1966
31	Josué Bengtson	PTB	Eleito	952
51	Jorge Neto da Costa	PMDB	Eleito	95

Eleição 2002 - Região do Tapajós - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Jose Benito Priante Junior	PMDB	Eleito	48.783
4	Jose Geraldo Torres da Silva	PT	Eleito	34958
5	Paulo Roberto Galvao da Rocha	PT	Eleito	25.696
7	Jader Fontenelle Barbalho	PMDB	Eleito	19.752
8	Anivaldo Juvenil Vale	PSDB	Eleito	17561
9	Nilson Pinto de Oliveira	PSDB	Eleito	14.838
10	Raimundo José Pereira dos Santos	PL	Eleito	11118
11	Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior	PSDB	Eleito	10.718
14	José da Cruz Marinho	PDT	Eleito	6757
18	Josué Bengtson	PTB	Eleito	4334
24	Victor Pires Franco Neto	PFL	Eleito	1431
25	Ann Clélia de Barros Pontes	PMDB	Eleito	1272
46	Wladimir Afonso da Costa Rabelo	PMDB	Eleito	133

Eleição 2006 - Região do Tapajós - Deputado Federal

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Joaquim de Lira Maia	PFL	Eleito	32.909
2	Jader Fontenelle Barbalho	PMDB	Eleito	27229
4	Jose Geraldo Torres da Silva	PT	Eleito	21118
8	Nilson Pinto de Oliveira	PSDB	Eleito	7071
10	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	4303
13	Lúcio Dutra Vale	PMDB	Eleito	3151
19	Paulo Roberto Galvão da Rocha	PT	Eleito	1773
22	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	1008

Eleição 2010 - Região do Tapajós - Deputado Federal				
Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Joaquim de Lira Maia	DEM	Eleito	110.796
3	Jose Benito Priante Junior	PMDB	Eleito	48402
4	Jose Geraldo Torres da Silva	PT	Eleito	37204
6	Nilson Pinto de Oliveira	PSDB	Eleito	26.143
8	Wladimir Afonso da Costa Rabelo	PMDB	Eleito	17304
9	Lucio Dutra Vale	PR	Eleito	15.862
10	Claudio Alberto Castelo Branco Puty	PT	Eleito	15.842
11	Jose da Cruz Marinho	PSC	Eleito	14540
12	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	10864
14	Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior	PSDB	Eleito	7484
18	Arnaldo Jordy Figueiredo	PPS	Eleito	4712
20	Esmerino Neri Batista Filho	PT	Eleito	4387
22	Giovanni Correa Queiroz	PDT	Eleito	2697
24	Jose Roberto de Oliveira Faro	PT	Eleito	2569
27	Asdrubal Mendes Bentes	PMDB	Eleito	1603

**ANEXO C – DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO,
SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS
(1998, 2002, 2006 e 2010)**

Eleição 1998 - Região do Carajás - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
2	Francisco Eduardo Oliveira Victer	PDT	Eleito	15758
3	Elza Abussafi Miranda	PSDB	Eleito	15517
5	José da Cruz Marinho	PDT	Eleito	11371
7	Jose Lima da Silva	PMDB	Eleito	10821
9	Pio X Sampaio Leite	PTB	Eleito	10076
31	Francisco Carlos Ribeiro	PFL	Eleito	1813
32	Claudiomar Dias de Almeida	PPS	Eleito	1802
34	Luiz Afonso de Proença Sefer	PL	Eleito	1775

Eleição 2002 - Região do Carajás - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Maria Alves dos Santos	PSDB	Eleito	23760
3	Faisal Faris Mahmoud Salmen Hussain	PTB	Eleito	17649
9	Pio X Sampaio Leite	PTB	Eleito	11649
12	Denimar Rodrigues	PPS	Eleito	10431
15	José Carlos Antunes	PL	Eleito	7292
35	Airton Luiz Faleiro	PT	Eleito	2765
43	Luiz Afonso de Proença Sefer	PL	Eleito	2284
47	José Megale Filho	PL	Eleito	2038
49	Alessandro Albuquerque Novelino	PL	Eleito	1900
50	Martinho Arnaldo Campos Carmona	PSDB	Eleito	1800
54	Helder Zahluth Barbalho	PMDB	Eleito	1596
60	Mario Couto Filho	PSDB	Eleito	1139
63	Márcio Desiderio Teixeira Miranda	PDT	Eleito	1054
65	André Teixeira Dias	PSDB	Eleito	975

Eleição 2006 - Região Do Carajás - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Bernadete Ten Caten	PT	Eleito	33711
3	André Teixeira Dias	PSDB	Eleito	10750
7	Alessandro Albuquerque Novelino	PSC	Eleito	5795
12	Maria Alves dos Santos	PSDB	Eleito	4.606
24	Cássio Coelho Andrade	PSB	Eleito	2068
25	Esmerino Neri Batista Filho	PT	Eleito	1748
27	José Megale Filho	PSDB	Eleito	1720
29	Domingos Juvenil Nunes De Sousa	PMDB	Eleito	1465
30	Luiz Afonso de Proença Sefer	PFL	Eleito	1388

Eleição 2010 - Região do Carajás - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Shydney Jorge Rosa	PSDB	Eleito	30304
2	Jose Alfredo Silva Hage Junior	PR	Eleito	14434
3	Maria Nilma Silva de Lima	PMDB	Eleito	12520
5	Marcio Desiderio Teixeira Miranda	DEM	Eleito	11101
6	Bernadete Ten Caten	PT	Eleito	9.812
7	Paulo Sergio Souza	PT	Eleito	9736
8	Carlos Alberto Barros Bordalo	PT	Eleito	8140
9	Simone Maria Morgado Ferreira	PMDB	Eleito	7972
10	Josefina Aleluia de Aquino Carmo	PMDB	Eleito	7606
11	Parsifal de Jesus Pontes	PMDB	Eleito	7310
13	Luiz Furtado Rebelo	PP	Eleito	6780
14	Cilene Lisboa Couto Marques	PSDB	Eleito	6762
16	João Ferrari Junior	PTB	Eleito	5751
18	Valdir Ganzer	PT	Eleito	5592
20	Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon	PSDB	Eleito	5405
22	Antonio Rocha	PMDB	Eleito	5005
25	Alessandro Albuquerque Novelino	PMN	Eleito	4552
26	Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro	PV	Eleito	4434
29	Jose Raimundo de Oliveira	PSB	Eleito	4093
30	Airton Luiz Faleiro	PT	Eleito	3877
32	João Salame Neto	PPS	Eleito	3799
38	Manoel Carlos Antunes	PSDB	Eleito	3226
39	Luzineide Barros do Nascimento	PR	Eleito	2967
42	Francisco das Chagas Silva Melo Filho	PMDB	Eleito	2696
46	Fernando Antonio Rodrigues Coimbra	PDT	Eleito	2548
47	Cassio Coelho Andrade	PSB	Eleito	2484
53	Jose Megale Filho	PSDB	Eleito	2232
54	Martinho Arnaldo Campos Carmona	PMDB	Eleito	2135
57	Sebastião Miranda Filho	PTB	Eleito	1839
62	Edilson Moura da Silva	PT	Eleito	1548
72	Hilton Alves de Aguiar	PSC	Eleito	1284

**ANEXO D – DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO PARTIDO POLÍTICO,
SITUAÇÃO ELEITORAL E QUANTIDADE DE VOTOS NA REGIÃO DO CARAJÁS
(1998, 2002, 2006 e 2010)**

Eleição 1998 - Região do Tapajós - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Maria do Carmo Cardoso Martins	PT	Eleito	14124
2	Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro	PMDB	Eleito	12723
3	Rosa de Fátima Barge Hage	PPB	Eleito	12030
4	Antônio Rocha	PMDB	Eleito	11270
6	Jose Geraldo Torres da Silva	PT	Eleito	8292
23	Nadir da Silva Neves	PL	Eleito	4197
28	André Teixeira Dias	PFL	Eleito	3215
40	Ivanildo Ferreira Alves	PSB	Eleito	1821
42	Francisco Carlos Ribeiro	PFL	Eleito	1748
51	Pio X Sampaio Leite	PTB	Eleito	823

Eleição 2002 - Região do Tapajós - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Antonio Rocha	PMDB	Eleito	26598
2	Airton Luiz Faleiro	PT	Eleito	18386
3	João Ferrari Júnior	PTB	Eleito	17234
10	José Megale Filho	PL	Eleito	11.355
22	Joaquim Passarinho Pinto de Souza Porto	PSD	Eleito	5678
28	Haroldo Martins e Silva	PMDB	Eleito	3.482
41	Sebastião Cezar Leão Colares	PSDB	Eleito	1086
43	Durbiratan de Almeida Barbosa	PMDB	Eleito	1034
44	Mario Andrade Cardoso	PT	Eleito	990
45	Martinho Arnaldo Campos Carmona	PSDB	Eleito	941
47	José Rodrigues de Souza Neto	PPB	Eleito	888
48	Regina Lúcia Barata Pinheiro de Sousa	PT	Eleito	826

Eleição 2006 - Região do Tapajós - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
1	Antonio Rocha	PMDB	Eleito	25990
3	Carlos Eduardo Cardoso Martins	PT	Eleito	25293
4	Domingos Juvenil Nunes de Sousa	PMDB	Eleito	23423
5	José Megale Filho	PSDB	Eleito	21.773
8	João Ferrari Júnior	PTB	Eleito	13.544
15	Haroldo Martins e Silva	PFL	Eleito	2825
17	Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro	PV	Eleito	2424
19	Arnaldo Jordy Figueiredo	PPS	Eleito	1958

Eleição 2010 - Região do Tapajós - Deputado Estadual

Ranking	Candidato	Partido	Situação	Votos
2	Jose Megale Filho	PSDB	Eleito	13.784
7	Paulo Sergio Souza	PT	Eleito	9782
8	Antonio Rocha	PMDB	Eleito	9012
9	Josefina Aleluia de Aquino Carmo	PMDB	Eleito	8.963
10	João Ferrari Junior	PTB	Eleito	8.616
12	Airton Luiz Faleiro	PT	Eleito	7645
13	Bernadete Ten Caten	PT	Eleito	6929
14	Jose Alfredo Silva Hage Junior	PR	Eleito	6569
15	Cilene Lisboa Couto Marques	PSDB	Eleito	6125
16	Alexandre Raimundo De Vasconcelos Wanghon	PSDB	Eleito	6036
20	Shydney Jorge Rosa	PSDB	Eleito	5061
21	Luiz Furtado Rebelo	PP	Eleito	5031
23	Hilton Alves de Aguiar	PSC	Eleito	4905
27	Fernando Antonio Rodrigues Coimbra	PDT	Eleito	3886
29	Simone Maria Morgado Ferreira	PMDB	Eleito	3820
31	Valdir Ganzer	PT	Eleito	3725
32	Edilson Moura da Silva	PT	Eleito	3536
33	Maria Nilma Silva de Lima	PMDB	Eleito	3.497
34	Parsifal de Jesus Pontes	PMDB	Eleito	2943
41	Martinho Arnaldo Campos Carmona	PMDB	Eleito	2087
42	Francisco das Chagas Silva Melo Filho	PMDB	Eleito	1891
44	Carlos Alberto Barros Bordalo	PT	Eleito	1760
46	Marcio Desiderio Teixeira Miranda	DEM	Eleito	1645
51	Cassio Coelho Andrade	PSB	Eleito	1417
53	Eliel Pereira Faustino Filho	PR	Eleito	1357
55	João Salame Neto	PPS	Eleito	1243
60	Edmilson Brito Rodrigues	PSOL	Eleito	1147
61	Luzineide Barros do Nascimento	PR	Eleito	1133
64	Sebastião Miranda Filho	PTB	Eleito	1060
67	Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro	PV	Eleito	1021
70	Jose Raimundo de Oliveira	PSB	Eleito	942

ANEXO E – EDITAL Nº 01, RELAÇÃO DOS INTERESSADOS EM COMPOR AS FRENTE PLEBISCITÁRIAS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **RICARDO FERREIRA NUNES**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 8º da Resolução TSE nº 23.347 de 18.08.2011, TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS INTERESSADOS EM COMPOR AS FRENTE PLEBISCITÁRIAS (PLEBISCITO 2011 – DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ – CRIAÇÃO DO ESTADO DO CARAJÁS E DO ESTADO DO TAPAJÓS) de que trata o art.3º da resolução supra:

Prot/Proc.	Nome da Frente	Integrantes
22902/2011 (Pet-nº1121-84)	Frente Pró Estado do Tapajós	Parlamentares: 1) Joaquim de Lira Maia – Dep. Federal/DEM (Presidente) 2) Zé Geraldo – Dep. Federal/PT 3) Alexandre Von – Dep. Estadual/PSDB 4) Airton Faleiro – Dep. Estadual/PT 5) Antonio Rocha – Dep.Estadual/PMDB 6) Gabriel Guerreiro – Dep.Estadual/PV 7) Hilton Aguiar – Dep. Estadual/PSC 8) Josefina Carmo – Dep. Estadual/PMDB 9) Júnior Ferrari – Dep. Estadual/PTB 10) Ozório Juvenil – Dep.Estadual/PMDB 11) Raimundo Santos – Dep. Estadual/PR 12) Zé Maria – Dep. Estadual/PT 13) José Megale – Dep. Estadual/PSDB 14) Júnior Hage – Dep. Estadual/PR (licenciado) E outros membros
23017/2011 (Pet.nº 1122-69)	Frente a Favor da Criação do Estado do Carajás	Parlamentares: 1) Giovanni Correa Queiroz – Dep.Federal/PDT (Presidente) 2) Asdrubal Mendes Bentes – Dep. Federal/PMDB 3) Jose da Cruz Marinho – Dep.Federal/PSC 4) Wandenkolk Pasteur Gonçalves – Dep.Federal/PSDB 5) Bernadete Ten Caten – Dep.Estadual/PT 6) João Salame Neto – Dep.Estadual/PPS 7) Milton Zimmer Schineider – Dep.Estadual/PT 8) Parsifal de Jesus Pontes – Dep.Estadual/PMDB 9) Pio X Sampaio Leite – Dep.Estadual/PDT 10) Sebastião Miranda Filho– Dep.Estadual/PTB E outros membros
23029/2011 (Pet.nº 1123-54)	Em Defesa do Pará Contra a Criação de Carajás	Parlamentares; 1) Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior – Dep.Federal/PSDB - (Presidente) 2) Márcio DesidérioTeixeira Miranda – Dep Estadual/DEM 3) Ana Maria do Socorro Magno Cunha – Dep. Estadual/PSDB 4) Edilson Moura da Silva – Dep Estadual/PT 5) Simone Maria Morgado Ferreira – Dep Estadual/PMDB 6) Haroldo Martins e Silva – Dep Estadual/DEM 7) José Eduardo Pereira da Costa – Dep Estadual/PTB 8) Cilene Lisboa Couto Marques – Dep Estadual/PSDB 9) Arnaldo Jordy Figueiredo – Dep Estadual/PPS 9) Arnaldo Jordy Figueiredo – Dep Federal/PPS 10) Elcione Therezinha Zahluth Barbalho – Dep Federal/PMDB 11) Marinor Jorge Brito – Senadora/PSOL E outros membros

<p>23028/2011 (Pet.nº 1123-54) 23028/2011 (Pet.nº 1124-39)</p>	<p>Frente Contra a Criação do Estado do Tapajós</p>	<p>Parlamentares: 1) Celso Sabino de Oliveira – Dep.Estadual/PR (Presidente) 2) Eliel Pereira Faustino Silva – Dep.Estadual/PR 3) Carlos Alberto Barros Bordalo – Dep.Estadual/PT 4) José Raimundo de Oliveira Belo – Dep.Estadual/PSB 5) Valdir Ganzer-Dep.Estadual/PT 6) André Teixeira Dias-Dep.Federal(Suplente)/PSDB 7) Cláudio Alberto C. Branco Puty – Dep.Estadual/PT 8) Edmilson Brito Rodrigues – Dep.Estadual/PSOL 9) Alessandro A. Novelino – Dep.Estadual/PSL E outros membros</p>
<p>23032/2011 (Pet.nº 1125-24)</p>	<p>Frente Contra a Criação do Estado do Tapajós</p>	<p>Parlamentares: 1) Eliel Pereira Faustino Silva – Dep.Estadual/PR (Presidente) 2) Alessandro A. Novelino – Dep.Estadual/PSL E outros membros</p>

Belém, 02 de setembro de 2011.

Desembargador RICARDO FERREIRANUNES
Presidente

Publicado em 5.9.2011 - DJE nº 161, de 3.9.2011, pág. 1 e 2
Publicação de errata em 8.9.2011 - DJE nº 162, de 6.9.2011, pág. 1
Republicação de errata em 9.9.2011 - DJE nº 163, de 8.9.2011, pág. 1